



GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA DO ESTADO
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO

SEÇÃO A – PREÂMBULO

I. Regência legal:

Esta licitação obedecerá, integralmente, as disposições da Lei estadual nº 9.433/05 (alterada pelas Leis estaduais nº 9.658/05 e nº 10.967/08), Decreto Estadual nº 9.534/05, Decreto estadual nº 10.944/08, Decreto Estadual nº 15.924/2015, da Lei Complementar nº 123/06, e subsidiariamente os dispositivos da Lei Federal nº 8.666/93, além das normas da ABNT: NBR 6118; NBR 7187; NBR 7188; NBR 7197; NBR 8681; NBR 6122.

II. Órgão: Secretaria de Infraestrutura do Estado da Bahia – SEINFRA / Superintendência de Infraestrutura de Transportes da Bahia - SIT

III. Modalidade

(X) Concorrência nº:
001/2019

IV. Processo Administrativo

024.2058.2018.0003331-85

V. Tipo de Licitação:

TÉCNICA E PREÇO

(X) (O PREÇO SERÁ RESULTANTE DA APLICAÇÃO DO MULTIPLICADOR "K" PROPOSTO PELO LICITANTE, CONFORME DESCRITO NA SEÇÃO C-1)

VI. Objeto da licitação/Codificação no Certificado de Registro – SAEB:

Elaboração de Projetos Básicos de Melhoramento e Pavimentação, Implantação e Restauração de rodovias no Estado da Bahia e apoiar a SEINFRA-SIT na realização de vistorias, diagnósticos, estudos hidrológicos, estudos geotécnicos, sondagens, estudos de tráfego, estudos ambientais, levantamentos topográficos, revisão, adequação, levantamentos de quantitativos e orçamentos, inspeções e projetos de obras D'Art especiais.

Família: 07.30

Código: 07.30.24.00001244-0

VII. Pressupostos para participação:

(X) Serão admitidos a participar desta licitação os interessados que atenderem a todas as exigências contidas neste instrumento e nos seus anexos, e que pertençam ao ramo de atividade pertinente ao objeto licitado, independentemente da apresentação do Certificado de Registro Cadastral - CRC, emitido pela Secretaria da Administração do Estado da Bahia – SAEB. **[Concorrência]**

VIII. Documentos passíveis de substituição pelo extrato do Certificado de Registro:

(X) A licitação se processa com a utilização do **SIMPAS**:

(X) O Certificado de Registro Cadastral-CRC, concomitantemente com os documentos elencados no Extrato do Fornecedor, estando no prazo de validade, poderá substituir todos os documentos relativos à habilitação referidos no **item XII** abaixo, **exceto os concernentes à Qualificação Técnica, Regularidade Trabalhista e o Balanço Patrimonial**. Caso o certificado consigne algum documento vencido, o licitante deverá apresentar a versão atualizada do referido documento no envelope de habilitação.

IX. Participação de consórcios:

(x) Poderão participar desta licitação pessoas jurídicas reunidas em consórcio.

X. Informações quanto a aquisição do edital, autenticação de documentos e abertura da sessão pública da licitação:

Este Edital será disponibilizado nos endereços eletrônicos da SEINFRA www.infraestrutura.ba.gov.br / COMPRASNET www.comprasnet.ba.gov.br, enquanto os seus Anexos, estarão disponíveis no site da SEINFRA. O horário para autenticação dos documentos pela Comissão de Licitação, quando necessário, será das 08h:30' às 12:00h e das 13h:30' às 17:00h, diariamente, até 02 (dois) dias úteis antes da realização da licitação, no endereço abaixo.

Endereço: Secretaria de Infraestrutura - SEINFRA- Comissão Permanente de Licitações – CPL - Avenida Luís Viana Filho, nº 440 – 4ª Avenida, Prédio Anexo, 1º andar, Ala B— Centro Administrativo da Bahia - CAB – Salvador-Bahia - CEP: 41.745-002, Fone: (71) 3115-2174

Data de abertura: 27 de fevereiro de 2019.

Horário: 09h30min

XI. Dotação orçamentária:

Unidade Orçamentária	Destinação de Recurso	Projeto/Atividade	Natureza da Despesa
24801	0.146.000000 0.149.000000	3288	3.3.90.39

XII. Para a habilitação dos interessados, exigir-se-ão os documentos relativos a:

XII-1. Habilitação jurídica, comprovada mediante a apresentação:

a) De registro público, no caso de empresário individual.



GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA DO ESTADO
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

- b) Em se tratando de sociedades empresárias, do ato constitutivo, estatuto ou contrato social, com suas eventuais alterações supervenientes em vigor, devidamente registrados, acompanhados, quando for o caso, dos documentos societários comprobatórios de eleição ou designação e investidura dos atuais administradores.
- c) No caso de sociedades simples, do ato constitutivo, estatuto ou contrato social, com suas eventuais alterações supervenientes em vigor, devidamente registrados, acompanhados dos atos comprobatórios de eleição e investidura dos atuais administradores.
- d) Decreto de autorização, no caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

XII-2. Regularidade fiscal e trabalhista

XII-2.1 Regularidade fiscal, mediante a apresentação de:

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ.
- b) Prova de inscrição no Cadastro de Contribuinte Municipal - relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual.
- c) Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual e Municipal do domicílio ou sede do licitante.
- d) Prova de regularidade para com a Fazenda Federal, inclusive INSS.
- e) Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), mediante a apresentação do Certificado de Regularidade do FGTS - CRF.

XII-2.1.1 As microempresas e empresas de pequeno porte que desejarem os benefícios da Lei Complementar nº 123/06, deverão comprovar esse enquadramento tributário, bem como indicar a existência ou não de restrição de regularidade fiscal, assinalando nos campos correspondentes no **Anexo V**.

XII-2.1.2 A comprovação do enquadramento tributário da microempresa e empresa de pequeno porte dar-se-á mediante a apresentação de documentos fiscais nos quais conste registrada essa condição.

XII-2.1.3 Na hipótese de execução do contrato por filial da licitante deverá ser apresentada, por ocasião da assinatura do contrato, a prova da regularidade fiscal da filial, como condição para o início da execução.

XII-2.2 Regularidade trabalhista, mediante a apresentação de:

- f) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, através de certidão negativa, ou positiva com efeitos de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

XII-3. Qualificação Técnica

(X) Atividade sujeita à fiscalização de entidade profissional. Qualificação técnica a ser comprovada através de:

a) Registro ou inscrição na entidade profissional competente, qual seja: Certidão de Registro e Regularidade do Licitante e do(s) seu(s) Responsável(is) Técnico(s) junto ao CREA ou CAU do local da sua sede;

b) Em se tratando de empresa não registrada no CREA do Estado da Bahia, deverá apresentar o registro do CREA do estado de origem, ficando a licitante vencedora obrigada a apresentar o visto do CREA/BA antes da assinatura do contrato. Em qualquer caso a certidão deverá conter os dados cadastrais atualizados.

c) Comprovação de aptidão para o desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação, através da apresentação de um ou mais atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, preferencialmente de acordo com o modelo constante do **Anexo VI**, bem como apresentação da(s) certidão(ões) de Acervo Técnico - CAT. [Lei 9.433/05 - Art. 101, II];

d) Comprovação do licitante de que possui, em nome da empresa, atestado de responsabilidade técnica para execução de serviço de características semelhantes às do objeto desta licitação, listados no modelo constante do **Anexo VI**, emitido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, acompanhado do(s) respectivo(s) Certificado(s) de Acervo Técnico expedido(s) pelo(s) CREA/CAU da(s) região(ões) onde o(s) projeto(s) tenha(m) sido elaborado(s), que comprove(m) ter executado ou participado da execução de projetos de engenharia equivalentes ou semelhantes ao objeto da presente licitação. [Lei 9.433/05 - Art. 101, §2º];

e) Declaração firmada pelo Licitante e pelo Responsável Técnico de conhecimento dos requisitos técnicos para o cumprimento das obrigações objeto da licitação, bem como de todas as informações sobre a licitação, relativas aos serviços preferencialmente de acordo com o modelo constante do **Anexo IV.2. [Lei 9.433/05 - Art. 101];**

f) Indicação das instalações e do aparelhamento, adequados e disponíveis para a realização do objeto da licitação, em conformidade com o constante no Item 1.2.2 - SEÇÃO B - DISPOSIÇÕES ESPECÍFICAS, do Instrumento Convocatório, preferencialmente de acordo com um dos modelos constantes do **Anexo VIII. [Lei 9.433/05 - Art. 101, III]**

g) A licitante deve apresentar relação dos componentes da equipe técnica indicada para execução do objeto desta licitação, bem como a qualificação de cada um dos seus membros, observando a equipe técnica mínima prevista no Item 1.2.2 - SEÇÃO B - DISPOSIÇÕES ESPECÍFICAS, do Instrumento Convocatório.

XII-3.1 O licitante deverá assinalar no **ANEXO VIII** a opção quanto ao momento de demonstração do atendimento das exigências relativas às instalações e aparelhamento.

XII-3.2 Na hipótese de declaração de disponibilidade imediata, a verificação será feita na fase de habilitação;

XII-3.3 Optando o licitante pela declaração formal de disponibilidade futura deverá, após a homologação e adjudicação, fazer prova da efetiva existência das instalações e do aparelhamento, em estrita consonância com os requisitos estabelecidos neste instrumento convocatório, ficando esclarecido que a declaração falsa caracteriza o ilícito administrativo previsto no art. 184, V, da Lei estadual nº 9.433/05;

XII-3.4 A comprovação de que o pessoal técnico indicado pelo licitante vincular-se-á à execução contratual deverá



GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA DO ESTADO
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

ser feita através de uma das seguintes formas: a) Carteira de Trabalho; b) Certidão do Conselho Profissional (CREA/CAU); c) Contrato social; d) Contrato de prestação de serviços; e) Termo através do qual o profissional assuma a responsabilidade técnica pela obra ou serviço licitado e o compromisso de integrar o quadro técnico da licitante no caso do objeto contratual vir a ser a esta adjudicado;

XII-3.5 A comprovação de que a licitante possui, em seu quadro, na data prevista para a entrega da proposta, detentor de atestado de responsabilidade técnica para execução de serviço de características semelhantes às do objeto desta licitação deverá ser feita através de uma das seguintes formas: a) Carteira de Trabalho; b) Certidão do Conselho Profissional; c) Contrato social; d) Contrato de prestação de serviços; e) Termo através do qual o profissional assuma a responsabilidade técnica pelo serviço licitado e o compromisso de integrar o quadro técnico da licitante no caso do objeto contratual vir a ser a esta adjudicado;

Nota Importante: O Termo que trata a alínea "e", dos subitens XII-3.4 e XII-3.5, deverá está com firma reconhecida, ou acompanhado de cópia do documento de identificação do profissional subscritor da declaração.

XII-3.6 A comprovação das instalações canteiros, máquinas, equipamentos e pessoal técnico especializado será atendida mediante a apresentação de relação explícita e declaração formal de sua disponibilidade, sob as penas da lei, vedadas, entretanto, as exigências de propriedade e de localização prévia;

XII-3.7 A qualificação da equipe técnica deverá ser feita com apresentação da Certidão de Acervo Técnico – CAT, de cada um dos seus membros, conforme definido no termo de referência, acompanhado de declaração do profissional autorizando a empresa a incluí-lo na equipe, firmada com data posterior à publicação do Edital, e comprovação de regularidade junto ao CREA/CAU para os profissionais que assim a legislação exigir;

XII-3.8 Somente será admitida a substituição de algum membro da equipe técnica, no curso da execução do contrato, por outro profissional de comprovada experiência equivalente ou superior, e desde que previamente aprovado pela SEINFRA/SIT.

XII-4. Qualificação econômico-financeira:

(**X**) A ser comprovada mediante:

- a) Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, podendo ser atualizado por índices oficiais, quando encerrados há mais de 03 (três) meses da data da apresentação da proposta, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios. O licitante apresentará, conforme o caso, publicação no Diário Oficial ou Jornal de Grande Circulação do Balanço ou cópia reprográfica das páginas do Livro Diário numeradas sequencialmente onde foram transcritos o Balanço e a Demonstração de Resultado, com os respectivos Termos de Abertura e Encerramento registrados na Junta Comercial e certidão de regularidade profissional, emitida pelo Conselho Regional de Contabilidade ou no caso de empresas sujeitas a tributação com base no lucro real, o Balanço Patrimonial Demonstração de Resultado emitido através do SPED (Sistema Público de Escrituração Digital) contendo Recibo de Entrega do Livro, os Termos de Abertura, Encerramento e Autenticação, podendo este último ser substituído pela Etiqueta da Junta Comercial ou Órgão de Registro;
- b) Apresentar a relação dos compromissos assumidos pelos licitantes, que repercutam sobre sua capacidade financeira ou operacional, nos termos do art. 102, §3º da Lei Estadual 9.433/05;
- c) Demonstração de **patrimônio líquido no montante mínimo de 10% (dez por cento)** do valor estimado dos serviços. Neste caso, o Licitante apresentará o demonstrativo dos cálculos correspondentes, devidamente assinado, pelo Dirigente / Sócio e pelo respectivo Contador para tal qualificados;
- d) Certidão negativa de falência ou recuperação judicial expedida pelo distribuidor da sede do licitante, com data de expedição ou revalidação dos últimos 90 (noventa) dias anteriores à data da realização da licitação, prevista no **item X deste preâmbulo**, caso o documento não consigne prazo de validade.

XII-4.1 Na hipótese de licitação por lotes, o patrimônio líquido exigível será calculado em função da soma de tantos quantos forem os lotes em que a interessada tenha apresentado as melhores ofertas. Quando for atingido o limite da capacidade econômico-financeira da proponente, esta será declarada inabilitada para o(s) lote(s) subseqüentes, **observada a ordem seqüencial dos lotes** constante do instrumento convocatório, sendo vedada a escolha, pela proponente, dos lotes para os quais deseja a habilitação.

(**X**) Declaração, em papel timbrado do Licitante, atestando que os dados referentes à apresentação dos cálculos correspondentes aos índices abaixo relacionados foram extraídos do balanço, correspondendo à boa situação financeira da empresa, conforme **ANEXO IV.4**, deste instrumento convocatório, quais sejam:



GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA DO ESTADO
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

ÍNDICE DE LIQUIDEZ CORRENTE - ILC, maior ou igual a 1,50:

$$ILC = \frac{AC}{PC}$$

ÍNDICE DE ENDIVIDAMENTO GERAL - IEG, menor ou igual a 0,60:

$$IEG = \frac{PC + ELP}{AT}$$

Onde:

AC = Ativo Circulante

PC = Passivo Circulante

ELP = Exigível a Longo Prazo

AT = Ativo Total

- (X) O balanço patrimonial e o capital integralizado solicitados poderão ser atualizados por índices oficiais, se for o caso, na forma prevista no Inciso I e § 2º do Art. 102 da Lei Estadual nº 9.433/05, respectivamente. Neste caso, o Licitante apresentará o demonstrativo dos cálculos correspondentes, devidamente assinado, pelo Dirigente / Sócio e pelo Contador para tal qualificados.
- (X) Demonstração, com dados do seu último balanço já exigível na forma da lei, de que possui Disponibilidade Financeira Líquida igual ou superior ao orçamento oficial da obra ($DFL \geq$ orçamento oficial da obra), a qual mede a capacidade que a licitante possui de contratar com a Administração Pública Estadual, obtida através da fórmula:

$DFL = (10 \times PL) - VA$ (R\$), onde:

DFL= DISPONIBILIDADE FINANCEIRA LÍQUIDA

PL = PATRIMÔNIO LÍQUIDO

VA = Somatório dos saldos contratuais das obras e serviços em andamento ou a iniciar, devidamente comprovados através do documento exigido na relação de compromissos assumidos, conforme **ANEXO IV.3 e IV.4** deste Instrumento Convocatório.

XII-5. Declaração de Proteção ao Trabalho do Menor

Conforme o inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, para os fins do disposto no **inciso V do art. 98 da Lei Estadual nº 9.433/05**, deverá ser apresentada declaração quanto ao trabalho do menor, conforme modelo constante do **Anexo III** deste Instrumento.

XIII. Regime de execução/fornecimento (forma de medição para efeito de pagamento):

Empreitada por preço () Global (X) Unitário

XIV. Prazo de execução:

(X) **Serviços não contínuos.**

O prazo de execução do serviço será de 540 (quinhentos e quarenta) dias, contado a partir do décimo dia da emissão da ordem de serviço emitida pela SEINFRA/SIT, admitindo-se a sua prorrogação exclusivamente nos termos do art. 141 da Lei estadual nº 9.433/05.

XIV.1 - A prorrogação do prazo está condicionada à ocorrência de, ao menos, uma das hipóteses do art. 141 da Lei Estadual 9.433/05.

XIV.2 - A prorrogação deverá ser previamente justificada e autorizada pela autoridade competente para celebrar o ajuste e será realizada através de termo aditivo.

XV. Garantia do Contrato

- (X) A contratada deverá prestar garantia de 5% (cinco) por cento do valor do contrato, podendo optar por uma das modalidades previstas no §1º do Art. 136 da Lei estadual nº 9.433/05, ficando esclarecido que a garantia deverá ter seu valor atualizado nas mesmas condições do contrato.

XVI. Manutenção das Condições da Proposta – Reajustamento e Revisão

- (X) Durante o curso da execução do contrato, os preços serão reajustados consoantes as seguintes regras:

XVI-1 Os preços são fixos e irrevogáveis durante o transcurso do prazo de 12 meses da data base da(s) proposta(s), nos termos do artigo 146 da Lei estadual nº 9.433/2005, após o que a concessão de reajustamento, nos termos do inc. XXV do art. 8º da Lei Estadual nº 9.433/05, será feita mediante a aplicação do **Índice de Consultoria**, referencial DNIT e/ou SEINFRA/SIT, apurados e fornecidos pela Fundação Getúlio Vargas.

XVI-2 A revisão de preços, nos termos do inc. XXVI do art. 8º da Lei Estadual nº 9.433/05, dependerá de requerimento da contratada quando visar recompor o preço que se tornou insuficiente, instruído com a documentação que comprove o desequilíbrio econômico-financeiro do contrato, devendo ser instaurada pela própria administração quando colimar recompor o preço que se tornou excessivo.



GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA DO ESTADO
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

XVI-2.1 O requerimento de revisão de preços deverá ser formulado pela contratada no prazo máximo de um ano a partir do fato que a ensejou, sob pena de decadência, em consonância com o art. 211 da Lei federal nº 10.406/02.

XVII. Exame prévio da minuta e aprovação da assessoria jurídica ou indicação da Ordem de Serviço que dispensa a oitiva do parecer que aprovou o edital padrão (art. 75, da Lei Estadual nº 9.433/05).

(X) Declaro que a fase interna deste procedimento foi examinada pelo órgão legal de assessoramento jurídico, através do Parecer PGE nº xxxxxxxxxxxxxxxx.

XVIII. Índice de apêndices:

SEÇÕES

- (X) SEÇÃO A – PREÂMBULO
- (X) SEÇÃO B - DISPOSIÇÕES ESPECÍFICAS
- (X) SEÇÃO C - MODELO PARA ELABORAÇÃO DE PROPOSTA DE PREÇOS
- (X) SEÇÃO C-1 MODELO DE DESCRIÇÃO DA PROP. DE PÇO E DECL. DE ELABORAÇÃO IND. DE PROPOSTA
- (X) SEÇÃO C-2 MODELO DE DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO (LEI COMPLEMENTAR Nº 123/06) **[exclusiva para microempresa e empresa de pequeno porte]**
- (X) SEÇÃO D - CRITÉRIOS PARA AVALIAÇÃO DAS PROPOSTAS TÉCNICAS
- (X) SEÇÃO E - CRITÉRIOS PARA PARTICIPAÇÃO DE EMPRESAS EM CONSÓRCIO

ANEXOS:

- (X) I. Disposições Gerais
- (X) II. Modelo de Procuração
- (X) III. Modelo de Prova de Habilitação - Proteção ao Trabalho do Menor
- (X) IV. Minuta do Contrato
- () ~~IV.1 Minuta de Aditivos (NÃO SE APLICA)~~
- (X) IV.2 Modelo de Declaração de Ciência dos Requisitos Técnicos
- (X) IV.3 Relação dos Contratos da Empresa em Execução e a Iniciar
- (X) IV.4 Demonstração de Disponibilidade Financeira Líquida
- (X) V. Declaração quanto à Regularidade Fiscal (Lei Complementar nº 123/06) [exclusiva para microempresa e empresa de pequeno porte]
- (X) VI. Modelo de Prova de Qualificação Técnica - Modelo de Comprovação de Aptidão e Desempenho
- (X) VI.1 Identificação e Formação Profissional de Técnicos
- (X) VI.2 Disponibilidade de técnicos
- (X) VI.3 Relação dos Trabalhos Similares Realizados pela Empresa
- (X) VI.4 Ficha de Identificação da Empresa
- () ~~VII. MODELO DE PROVA DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA – MODELO DE DECLARAÇÃO DE CIÊNCIA DOS REQUISITOS TÉCNICOS (NÃO SE APLICA)~~
- (X) VIII. Modelo de Prova de Qualificação Técnica – Indicação das Instalações, do Aparelhamento e do Pessoal Técnico
- (X) IX. Especificações dos serviços
- (X) X. Modelo de petição de impugnação
- (X) XI. Modelo de petição de recurso

XIX. Responsável pela expedição do convocatório e meio de contato:

Servidor responsável e portaria de designação	Alexinaldo Negreiros da Silva - Portaria nº 123/2018 - Publicação: 16/08/2018
---	---

Endereço: Secretaria de Infraestrutura - SEINFRA- Avenida Luís Viana Filho, nº 440 – 4ª Avenida, Prédio Anexo, 1º andar, Ala B— Centro Administrativo da Bahia - CAB – Salvador - Bahia - CEP: 41.745-002

Horário: 8:30 h às 18h

Tel.: 3115-2174

E-mail: cpl@infra.ba.gov.br

Salvador, 10 de janeiro de 2019.

Alexinaldo Negreiros da Silva
Presidente da Comissão Permanente de Licitação



GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA DO ESTADO
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

SEÇÃO B – DISPOSIÇÕES ESPECÍFICAS

**TERMO DE REFERÊNCIA DA
LICITAÇÃO**

- (X) 1. OBJETO DA LICITAÇÃO
(X) 2. ESPECIFICAÇÕES PARA ELABORAÇÃO DA PROPOSTA DE PREÇOS
(X) 3. DETERMINAÇÕES ADICIONAIS
(X) 4. OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS ESPECÍFICAS
(X) 5. ORÇAMENTO ESTIMADO EM PLANILHAS

1. OBJETO:

Elaboração de Projetos Básicos de Melhoramento e Pavimentação, Implantação e Restauração de rodovias no Estado da Bahia e apoiar a SEINFRA-SIT na realização de vistorias, diagnósticos, estudos hidrológicos, estudos geotécnicos, sondagens, estudos de tráfego, estudos ambientais, levantamentos topográficos, revisão, adequação, levantamentos de quantitativos orçamentos, inspeções e projetos de obras D'Artespeciais.

1.1. Justificativa

A demanda dos projetos que se pretende contratar, diz respeito às necessidades de atendimentos atuais, tanto do ponto de vista de implantação de novas rodovias, interligando municípios situados no Estado da Bahia, quanto da recuperação da malha rodoviária existente, que, em alguns casos, devido ao estado de deterioração, necessita da elaboração de projetos para sua perfeita execução.

Hoje a malha do Sistema Rodoviário Estadual – SRE abrange uma extensão total de aproximadamente de 18.571 km.

A SEINFRA/SIT visando o enfrentamento do desafio de manter em condições satisfatórias de trafegabilidade uma rede tão extensa, desenvolve atualmente três programas de serviços:

- a) Programa de Restauração e Manutenção de Rodovias – PREMAR**, que, através de financiamento do BIRD, abrange uma extensão de 2.108,00 km de restauração de rodovias estaduais em diversas regiões;
- b) Consórcios Intermunicipais**, que atinge uma malha de aproximadamente de 5.271 km de extensão;
- c) Programa Conserva**, que através de 23 contratos de execução, tendo por escopo a manutenção (Tapa-buracos / Limpeza da drenagem e da faixa de domínio), alcança uma extensão de 11.192 km da malha rodoviária estadual.

O Programa Conserva, é responsável pela maior extensão de manutenção da malha rodoviária entre os três programas citados acima. Foi detectada dentro deste programa, através de inspeções das equipes residentes e controle de solicitações / reclamações dos usuários, a necessidade de uma intervenção mais portentosa (restauração) em torno de 10 % desta malha, o correspondente a 1.119 km, o que determinou a realização de licitação para contratação de empresa visando a elaboração de **Projetos Básicos de Restauração** para atender esta demanda não abraçada por operações tipo "tapa buraco".

No que diz respeito aos **Projetos Básicos de Implantação** chegou-se a uma extensão de aproximadamente 190 km a partir de priorizações de trechos da malha rodoviária planejada do Sistema Rodoviário Estadual – SRE de 2017, de 3.809 km, aplicando-se o percentual de 5%. A elaboração desses projetos serão contempladas no triênio de 2018 / 2019 / 2020.

1.2. Especificações, características, quantitativos, local e prazo de execução

1.2.1. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

Escopo dos Serviços: Para melhor caracterização geral do escopo, os serviços foram discriminados a seguir:

1.2.1.1. Relatório de Inspeção

Visita Técnica com registros escritos, imagens e vídeos, para posterior apresentação em relatório técnico, contendo informações nas áreas de engenharia rodoviária. A vistoria será executada por profissionais capacitados da área técnica afim, visando o levantamento de informações para conhecimento prévio da área ou trecho onde se pretende a intervenção subsidiando a elaboração de projetos básicos.

Deverá ser apresentado o relatório de vistoria para aprovação pela SIT/DPPE – (Diretoria de Projetos e Programas Especiais), após cada evento, com a finalidade de subsidiar a execução dos Documentos do Projeto Básico de Restauração, sendo observados os seguintes aspectos:

- a) O relatório deve ser entregue impresso e em meio digital em pdf e editáveis, em até cinco dias após a realização da vistoria;
- b) Conter a data da Vistoria;
- c) Conter todos os registros de irregularidades, claramente identificadas e documentadas;
- d) Apresentar o registro individual de ocorrências, com informações relevantes observadas na vistoria sobre as condições do pavimento, drenagem, terraplenagem (localização de corte e aterro), e sinalização, informando seu



GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA DO ESTADO
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

estado de conservação e das Obra d'Arte do trecho vistoriado;

- e) Indicar as coordenadas UTM do início e final do trecho, pontos notáveis e das Obra d'Arte;
- f) Conter registro fotográfico com texto explicativo de cada caso, (mínimo 20 fotos), vídeo com no mínimo 5 min de gravação (início, meio e final do trecho);
- g) Deverá apresentar um croqui de localização com as distâncias médias de transportes (dmt) dos principais materiais a serem utilizados (pedreira, areia, água, empréstimos para terraplenagem, jazidas para base e sub-base), indicar usina de asfalto mais próxima do trecho em questão.
- h) Informar a estrutura do pavimento existente;
- i) Medidas das larguras da plataforma existente em 1 corte e 1 aterro a cada 3 km;
- j) É recomendado que a inspeção seja realizada em conjunto com o técnico residente da SIT / DCM- (Diretoria de Conservação e Manutenção) da região.
- k)

1.2.1.2. Documentos do Projeto Básico de Restauração

Os documentos do Projeto Básico deverão ser apresentados em 02 (duas) vias, contendo no mínimo as seguintes informações:

- 1. **Índice:** indica a paginação do início de cada capítulo;
- 2. **Apresentação:** fornece informações sobre a identificação da Contratada, o número e o objeto do contrato, o lote, a rodovia, o trecho, o subtrecho, o segmento, a extensão e a identificação do Relatório;
- 3. **Mapa de Situação:** indica o trecho em estudo, o segmento em destaque e sua situação em relação à região, com sua amarração às principais localidades;
- 4. **Desenvolvimento:** apresenta detalhadamente, por item de serviço, os trabalhos executados, resultados obtidos e conclusões e soluções recomendadas, conforme conceitos expostos no presente Termos de Referência;
- 5. **Memorial Descritivo:** descrevendo as áreas impactadas e característica do empreendimento e situação do trecho;
- 6. **Cronograma geral:** indicar os itens de serviço previsto a serem realizados com prazos em porcentagem;
- 7. **Memória de Cálculo:** Planilha de memória de cálculo das quantidades.

O conteúdo deverá ser apresentado obedecendo:

a) Projeto Geométrico

- a.1) Relatório contendo a justificativa do projeto;
- a.2) Planta em escala 1:2.000 e perfil em escalas (H) 1:2.000 e (V) 1: 200;

b) Projeto de Terraplenagem

- b.1) Texto contendo a descrição do projeto;
- b.2) Notas de serviço de terraplenagem com os elementos indispensáveis à execução da obra, quando for o caso;
- b.3) Folhas de cálculo dos volumes, quando for o caso;
- b.4) Desenho das seções transversais tipo, em corte e aterro;
- b.5) Demais desenhos que elucidem o projeto.
- b.6) Os desenhos mostrando os detalhes do projeto de terraplenagem deverão ser apresentados, quando cabível, em arquivos magnéticos convertidos para os aplicativos disponíveis na SIT.

c) Projeto de Drenagem e Obras d'Arte Correntes

- c.1) Texto contendo a descrição do projeto;
- c.2) Desenhos tipo das estruturas de drenagem;
- c.3) Demais desenhos que elucidem o projeto;
- c.4) Notas de serviço, quando for o caso;

d) Projeto de Pavimentação

- d.1) Texto contendo a descrição do projeto;
- d.2) Dimensionamento do pavimento, com ISC indicação do subleito, número N (fornecido pela SIT);
- d.3) Apresentar diagrama linear com localização dos materiais a serem utilizados;
- d.4) Apresentação da seção tipo do pavimento indicando espessura e tipo de material das camadas de base e sub-base;
- d.5) A solução de restauração do pavimento a ser indicada deverá ser discutida previamente com o engenheiro da SIT/DCM responsável pela região do trecho em estudo. Em caso de discordância, o assunto deverá ser submetido a instância técnica superior.

e) Projeto de Sinalização e obras complementares

- e.1) Texto contendo a descrição dos projetos;
- e.2) Desenhos de detalhe dos dispositivos;
- e.3) Demais desenhos que elucidem o projeto;

f) Proteção Ambiental

- f.1) Texto contendo a descrição dos projetos;
- f.2) Texto da gestão da qualidade;



GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA DO ESTADO
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

- f.3) Texto sobre segurança operacional;
f.4) Demais desenhos que elucidem o projeto.

1.2.1.2.1. Estudos Topográficos

Nos estudos topográficos deverá ser locado o eixo da diretriz, obedecendo aos seguintes critérios:

- a) Locação de eixo da rodovia em toda sua extensão, fazendo-se a amarração dos pontos notáveis (PC, PT, TS, ST, etc.) e das tangentes longas a cada 2 km, em marcos de concreto, com dimensões de 10 cm x 10 cm x 40 cm. A locação será de 50 em 50 m para os trechos em tangente e de 20 em 20 m para os trechos em curva. As curvas horizontais circulares serão definidas os seus raios de acordo com a classe da rodovia;
 - b) Nivelamento e contranivelamento geométrico em todos os piquetes de locação do eixo da rodovia. O contranivelamento será fechado em cada RN, com tolerância admitida pelas normas do DNIT;
 - c) Seções transversais em todos piquetes da locação do eixo da rodovia.
 - d) Implantação de rede de referências de nível (RRNN) a cada 1.000 m, em marcos de concreto com dimensões de 10 cm x 10 cm x 40 cm, a uma distância mínima de 20 m do eixo da rodovia e contendo o número e a cota correspondente a cada RN;
 - e) Levantamento planialtimétrico dos dispositivos de drenagem problemáticos e cadastro de todas as obras d'arte correntes e especiais existentes;
 - f) Levantamento do cadastro da faixa de domínio, cercas, **edificações**, redes de eletrificação, adutoras, cabos óticos, tubulações diversas, limite de propriedades com identificação de proprietários etc.;
 - g) Base de Referenciamento e Amarração: Será feita a implantação de uma base de 2 (dois) marcos de concreto, com afastamento entre si de um mínimo de 1.000 m, e a determinação de suas coordenadas plano retangulares no sistema UTM, referenciadas ao SIRGAS 2000. Deverá ser indicado o Marco de Referência do IBGE, com sua respectiva monografia e dados, utilizado para o transporte de coordenadas para a referida base. Será utilizada a altitude elipsoidal do transporte inicial, como referência à qual toda a altimetria será referenciada, na precisão especificada;
 - h) Base intermediária ou de fechamento: Será implantada uma base em espaçamento aproximado de 20 km, para controle ou fechamento, que também poderá ser utilizada para a divisão em trechos dos trabalhos de levantamento, e a determinação de suas coordenadas a partir da primeira base já implantada. Os marcos destas bases deverão ser implantados em locais seguros que não sejam afetados pelo projeto, preferencialmente na faixa de domínio da estrada. Os equipamentos exigidos para esta tarefa são: GPS - geodésico de mono frequência (Código C/A+L1) de precisão nominal de 5 mm+1 ppm, para transporte com base de até 50 km, ou de dupla frequência, que opera com linha de base de até 200 km, devendo a precisão planimétrica exigida se situar entre 10 a 20 mm;
 - i) Poligonal Referencial: Será implantada com Estação Total, de precisão nominal de 05" (cinco segundos), devendo partir da base de referência inicial até o local da Estação Inicial (E-00), de onde partirá o levantamento da faixa. Esta E-00 deverá se situar no bordo da estrada, e o espaçamento do estaqueamento deverá ser determinado pelo tipo de vegetação existente no trecho. Em caso de vegetação densa, que impeça o detalhamento da faixa por irradiação com a Estação Total, será utilizado o estaqueamento de 50 em 50 m com abertura de picada para as seções transversais e levantamento tradicional de faixa. Em caso de visibilidade para irradiação com a Estação, poderá ser especificado o estaqueamento de 50 em 50 m, estações pares, para amarrar os serviços de sondagem ou outro detalhamento que necessite de referência local. O arquivo da poligonal e pontos de detalhamento será processado aplicando-se os programas que fazem a Modelagem Digital do Terreno, traçam suas curvas de nível, e desenharam as seções no estaqueamento desejado;
 - j) Altimetria: O estaqueamento da poligonal referencial já terá uma precisão altimétrica entre 10 e 20 mm/km. Ao invés do tradicional nivelamento geométrico do eixo com contra nivelamento, logo após a implantação das bases referenciadas, deverá ser feito um nivelamento de transporte de cota, com a implantação de referências de nível a cada 1 km, os quais serviriam como fechamento altimétrico da poligonal referencial;
 - k) Amarrações: As amarrações serão pontos de apoio à locação. São necessárias referências (marcos ou piquetões), com coordenadas referenciadas ao SIRGA 2000 e precisas, com um mínimo de 2 (dois) pontos por curva, no alto de cortes ou em pontos dos quais se tenha visibilidade para os pontos notáveis, pontos iniciais ou finais de curvas, ou mesmo o seu estaqueamento intermediário, pois os pontos a serem locados por coordenadas também poderão ser carregados pela Estação, passando a mesma a fornecer o ângulo e distância necessários à locação de cada ponto. O bom fechamento das curvas e poligonais é garantido pelo alto nível de precisão do equipamento, o qual pode ser configurado para fornecer sempre a distância horizontal, trabalhando-se assim com a projecção horizontal do projeto.
- Obs.** Todos os serviços que englobam esta fase terão que ser executados de forma que evitem agressões desnecessárias ao meio ambiente.



GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA DO ESTADO
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

1.2.1.2.2. Estudos Geotécnicos

Os estudos geotécnicos deverão seguir as recomendações contidas no plano de ação elaborado e aprovado para este fim, abrangendo sondagem e coleta de materiais no campo e realização de ensaios, os quais serão executados de acordo com Manuais e Métodos de Ensaio da SIT e/ou DNIT, em laboratórios da Contratada localizados no estado da Bahia.

Os estudos geotécnicos constarão de:

a) Estudo do subleito

As sondagens de subleito deverão ser executadas a cada 2,00 km para se ter uma amostragem das camadas do pavimento existente (base, sub-base e subleito).

As amostras coletadas deverão definir o pavimento existente até o subsolo local. Deste modo serão coletadas e ensaiadas amostras de cada estrato transposto, com espessura de cada camada existente. Os furos serão posicionados ao longo do eixo locado ou na borda da rodovia a ser definida pela fiscalização.

Com o material coletado nas sondagens serão feitos os seguintes ensaios:

- Granulometria sem sedimentação;
- Índices físicos (LL, LP, umidade natural);
- Compactação;
- Índice de Suporte Califórnia, com energia do Proctor Simples;
- Densidade "in situ".

Os resultados dos ensaios deverão ser apresentados em quadro resumo, onde deverão constar além desses resultados, os índices de grupo e a classificação dos solos segundo o HRB.

As sondagens deverão ser representadas no projeto geométrico, no perfil do eixo locado.

b) Ocorrências de materiais granulares

No estudo de ocorrências de materiais para pavimentação, distinguem-se: Jazidas, cascalheiras, saibreiras e depósitos de materiais terrosos, que atenda as especificações de materiais para sub-base e base.

Deverão ser localizadas e estudadas todas as ocorrências economicamente viáveis e cujos materiais deverão compor as camadas do pavimento.

Os estudos deverão abranger, os volumes necessários à execução do pavimento. Todas as ocorrências localizadas e não utilizadas no projeto, por qualquer motivo, deverão ser posicionadas no croqui geral de jazidas.

O reconhecimento de jazidas constará de:

- Sondagens;
- Ensaios de laboratório;
- Cubagem.

As jazidas deverão ser sondadas com no mínimo 9 furos. As profundidades dos furos deverão ser a da ocorrência do material aproveitável, visando obter o volume necessário.

De cada furo deverá ser coletada quantidade suficiente para a execução dos ensaios de caracterização (Granulometria, Limites de Atterberg e densidade "in situ") ou ensaios completos (Granulometria, Limites de Atterberg, densidade "in situ", Compactação pelo Proctor Intermediário e CBR).

Nas jazidas previstas para execução de bases, compactação e CBR utilizarão também a energia do Proctor Modificado.

Caso os materiais apresentem características de solos lateríticos, deverá ser executado em, no mínimo, 3 (três) amostras, a determinação da relação sílica/sesquióxido

1.2.1.2.3. Quantitativos e Orçamento da Obra

Deverá ser elaborada a memória de cálculo das quantidades dos serviços que compõem o projeto.

Em conjunto com o quadro da memória de cálculo, deverá ser elaborado e apresentado um diagrama linear com as soluções adotadas de restauração para cada segmento homogêneo.

O quadro de quantitativos de serviços deverá relacionar os diversos itens do Referencial de Preços da SIT, separadamente para cada tipo de serviço previsto.

O orçamento geral da obra será elaborado pela SIT com base nos quantitativos fornecidos pela empresa contratada.

As especificações técnicas, que se referirão aos aspectos complementares e particulares das obras, que obedecerão às Especificações da SIT / DNIT, deverão ser sucintas e claras.

1.2.1.3. PROJETO BÁSICO DE IMPLANTAÇÃO E DE MELHORAMENTO E PAVIMENTAÇÃO

1.2.1.3.1. Relatório de Diagnóstico

A inclusão desta fase na elaboração do projeto visa possibilitar uma melhor racionalização dos trabalhos, uma vez que os profissionais especializados em suas áreas deverão, obrigatoriamente, trocar informações para a definição da concepção do projeto. Nestas condições, além de se adotar procedimentos



GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA DO ESTADO
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

padronizados, poderão ser adotados, também, procedimentos específicos para solução de cada problema relacionados com os diversos estudos, inclusive os de meio ambiente e segurança viária. Para definição desses aspectos deverão ser executadas as seguintes atividades:

1.2.1.3.1.1. Tráfego

Nesta fase serão coletados dados e informações sobre o tráfego veiculado pela rodovia e previsões de demanda futura, devendo ser observados os segmentos homogêneos do trecho, do ponto de vista operacional, número "N" para projeto de pavimentação, composição por tipo de veículo, etc., de acordo com o manual de tráfego do DNIT.

Deverão ser identificados, também, os locais críticos do ponto de vista de segurança viária, para operação da via (interseções, acessos e travessias urbanas), bem como a necessidade de terceiras faixas, alargamentos, rebaixamentos ou elevação de greide e locais onde se situam pontes estreitas ou outros obstáculos.

1.2.1.3.1.2. Geometria

Para elaboração do diagnóstico da geometria da rodovia deverá ser executado o cadastro, visando definir os diversos pontos de passagem ao longo do trecho, identificando-se, entre outros, os pontos críticos:

- Interseções;
- Acessos;
- Travessias urbanas;
- Locais que exigirão tratamento urbanístico, paisagístico e ecológico.

Além desses pontos críticos, deverão ser registrados todos os pontos notáveis, tais como ponto inicial, final e travessias e eventuais problemas ambientais e de segurança viária existente, que podem ser objeto de estudos e soluções de projeto.

1.2.1.3.1.3. Drenagem e Obras d'Arte Correntes

O diagnóstico de drenagem e das OAC será feito através de vistoria e cadastramento de todo sistema de drenagem existente, visando avaliar não só o estado de conservação e capacidade, como também a adequação estrutural, inclusive problemas de fundação, drenagem superficial e dos dispositivos relativos às obras d'arte correntes, utilizando, inclusive, cartas topográficas do IBGE e outros Órgãos, em escalas adequadas, definindo as bacias de contribuição de cada sistema.

A verificação e a análise do cadastro de drenagem visam definir os locais críticos, para os quais deverão ser realizados estudos de alternativas na fase de Projeto Executivo, destacando-se, entre eles, os problemas relacionados com os sistemas de:

- drenagem superficial;
- drenagem de grota;
- drenagem profunda;
- proteção do pavimento em relação a reservatório de água, decorrente da execução de terraplenagem da rodovia e barramentos existentes;
- reconstituição ambiental dos locais danificados pela ação das águas ou deficiência do sistema de drenagem existente.

1.2.1.3.1.4. Estabilidade dos Taludes de Cortes e Aterros

O diagnóstico da estabilidade dos taludes dos cortes e aterros deverá ser feito a partir da análise das características dos materiais envolvidos e do sistema de drenagem existente, identificando-se os tipos de escorregamento e erosões ocorridos e as prováveis causas, observando-se, também, as possíveis interferências com o sistema viário existente, o risco de interrupção da rodovia, o comprometimento ambiental e as consequências relativas à segurança viária.

1.2.1.3.1.5. Obras d'Arte Especiais

O diagnóstico das obras d'arte especiais deverá ser feito a partir de vistorias a serem realizadas nas pontes e/ou viadutos existentes, conforme estabelece o PRO 123/82.

1.2.1.3.1.6. Segurança Viária

O diagnóstico da segurança viária deverá ser feito a partir da avaliação da necessidade de implantação de sinalização, cercas, defensas, barreiras, etc.

1.2.1.3.1.7. Avaliação dos Impactos Ambientais

O diagnóstico será feito a partir da identificação das ocorrências pertinentes, tais como:

- Taludes de corte e aterros com superfícies erodidas;
- Processos erosivos instalados na faixa de domínio e áreas impactadas pela implantação da rodovia;
- Ocupação indevida da faixa de domínio.



GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA DO ESTADO
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

A Contratada deverá descrever:

- O tipo e o estágio atual da cobertura vegetal;
- O uso e ocupação do solo ao longo da sua faixa de domínio e áreas adjacentes

1.2.1.3.8. Estudo

Os estudos serão de fundamental importância para definição do nível de qualidade dos projetos de engenharia para Implantação, melhoramento e pavimentação e restauração de rodovias, devendo relacionar alternativas tecnicamente viáveis, para subsidiar a escolha daquela que apresentar a melhor solução com o menor custo global.

1.2.1.3.8.1. Estudos de Tráfego

Os estudos de tráfego consistirão de contagens volumétricas classificatórias a serem realizadas pela Contratada, com duração de sete dias, no intervalo entre 07 e 21 horas, cada dia, de acordo com a classificação adotada pelo DNER e deverá ter por finalidade:

- Definir segmentos homogêneos do trecho, do ponto de vista operacional, número "N" para projeto de pavimentação, composição por tipo de veículos com seus respectivos fatores de carga, volume médio diário anual de tráfego, total e por modo de transporte.
- Fazer as correções, diária e sazonal, dos dados coletados, através de índices apropriados.

Caberá à Contratada, a partir desses dados, calcular os parâmetros necessários ao dimensionamento das camadas estruturais para o projeto do pavimento da rodovia, seguindo as especificações contidas no item 3.4 deste Edital.

Caso haja a necessidade de executar pesquisas de origem e destino, deverá ser expressamente autorizada pela Fiscalização.

O cálculo do número equivalente de operações do eixo padrão (N) de 8,2 tf, para cada um dos postos de contagem, será feito mediante aplicação das metodologias AASHTO e USACE. Os fatores de veículos serão os calculados com as cargas máximas permitidas pela lei da balança. As taxas de crescimentos serão observadas na série histórica ou fornecidas pela DPPE / SIT, para um período de vida útil em serviço de dez anos

1.2.1.3.8.2. Estudo Topográfico

Nos estudos topográficos deverá ser locado o eixo da diretriz, obedecendo aos seguintes critérios:

- a) Locação de eixo da rodovia em toda sua extensão, fazendo-se a amarração dos pontos notáveis (PC, PT, TS, ST, etc.) e das tangentes longas a cada 2 km, em marcos de concreto, com dimensões de 10 cm x 10 cm x 40 cm. A locação será de 20 em 20 m para os trechos em tangente e de 10 em 10 m para os trechos em curva. As curvas horizontais circulares terão definidos os seus raios de acordo com a classe da rodovia;
- b) Nivelamento e contranivelamento geométrico em todos os piquetes de locação do eixo da rodovia, locais de acesso e interseções. O contranivelamento será fechado em cada RN, com tolerância admitida pelas normas do DNIT;
- c) Seções transversais em todos piquetes da locação do eixo da rodovia e locais de acessos e interseções.
- d) Implantação de rede de referências de nível (RRNN) a cada 500 m, em marcos de concreto com dimensões de 10 cm x 10 cm x 40 cm, a uma distância mínima de 20 m do eixo da rodovia e contendo o número e a cota correspondente a cada RN;
- e) Levantamento planialtimétrico dos dispositivos de drenagem problemáticos e cadastro de todas as obras d'arte correntes e especiais existentes;
- f) Batimetria das seções de travessia dos cursos d'água, existentes ou a construir, e esconsidade da OAE;
- g) Levantamento do cadastro da faixa de domínio, cercas, **edificações**, redes de eletrificação, adutoras, cabos óticos, tubulações diversas, limite de propriedades com identificação de proprietários etc.;
- h) Amarração da estrada existente em relação à projetada no caso de melhoria de traçado.
- i) Base de Referenciamento e Amarração: Será feita a implantação de uma base de 2 (dois) marcos de concreto, com afastamento entre si de um mínimo de 500 m, e a determinação de suas coordenadas plano retangulares no sistema UTM, referenciadas ao SIRGAS 2000. Deverá ser indicado o Marco de Referência do IBGE, com sua respectiva monografia e dados, utilizado para o transporte de coordenadas para a referida base. Será utilizada a altitude elipsoidal do transporte inicial, como referência à qual toda a altimetria será referenciada, na precisão especificada;
- j) Base intermediária ou de fechamento: Será implantada uma base em espaçamento aproximado de 20 km, para controle ou fechamento, que também poderá ser utilizada para a divisão em trechos dos trabalhos de levantamento, e a determinação de suas coordenadas a partir da primeira base já implantada. Os marcos destas bases deverão ser implantadas em locais seguros que não sejam



GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA DO ESTADO
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

afetados pelo projeto, preferencialmente na faixa de domínio da estrada. Os equipamentos exigidos para esta tarefa são: GPS - geodésico de mono frequência (Código C/A+L1) de precisão nominal de 5 mm+1 ppm, para transporte com base de até 50 km, ou de dupla frequência, que opera com linha de base de até 200 km, devendo a precisão planimétrica exigida se situar entre 10 a 20 mm;

k) Poligonal Referencial: Será implantada com Estação Total, de precisão nominal de 05" (cinco segundos), devendo partir da base de referência inicial até o local da Estação Inicial (E-00), de onde partirá o levantamento da faixa. Esta E-00 deverá se situar no bordo da estrada, e o espaçamento do estaqueamento deverá ser determinado pelo tipo de vegetação existente no trecho. Em caso de vegetação densa, que impeça o detalhamento da faixa por irradiação com a Estação Total, será utilizado o estaqueamento de 20 em 20 m com abertura de picada para as seções transversais e levantamento tradicional de faixa. Em caso de visibilidade para irradiação com a Estação, poderá ser especificado o estaqueamento de 40 em 40 m, estações pares, para amarrar os serviços de sondagem ou outro detalhamento que necessite de referência local. Todos os detalhes da faixa serão, nesta hipótese, levantados pela Estação Total, o que permitirá uma melhor caracterização do terreno, devendo a densidade de pontos a serem levantados corresponder no mínimo ao número de pontos que seriam necessários para caracterizar o terreno através de seções transversais. O arquivo da poligonal e pontos de detalhamento será processado aplicando-se os programas que fazem a Modelagem Digital do Terreno, traçam suas curvas de nível, e desenharam as seções no estaqueamento desejado;

l) Altimetria: O estaqueamento da poligonal referencial já terá uma precisão altimétrica entre 10 e 20 mm/km. Ao invés do tradicional nivelamento geométrico do eixo com contra nivelamento, logo após a implantação das bases referenciadas, deverá ser feito um nivelamento de transporte de cota, com a implantação de referências de nível a cada 1 km, os quais serviriam como fechamento altimétrico da poligonal referencial;

m) Amarrações: As amarrações serão pontos de apoio à locação. São necessárias referências (marcos ou piquetões), com coordenadas referenciadas ao SIRGA 2000 e precisas, com um mínimo de 2 (dois) pontos por curva, no alto de cortes ou em pontos dos quais se tenha visibilidade para os pontos notáveis, pontos iniciais ou finais de curvas, ou mesmo o seu estaqueamento intermediário, pois os pontos a serem locados por coordenadas também poderão ser carregados pela Estação, passando a mesma a fornecer o ângulo e distância necessários à locação de cada ponto. O bom fechamento das curvas e poligonais é garantido pelo alto nível de precisão do equipamento, o qual pode ser configurado para fornecer sempre a distância horizontal, trabalhando-se assim com a projeção horizontal do projeto.

Obs. Todos os serviços que englobam esta fase terão que ser executados de forma que evitem agressões desnecessárias ao meio ambiente.

1.2.1.3.8.3. Estudo Hidrológico

A presente orientação tem por fim definir e especificar os componentes dos Estudos Hidrológicos nos projetos de engenharia rodoviária, quando não disponibilizados pela contratante.

O estudo constará dos seguintes serviços:

- Coleta de dados;
- Processamento dos dados coletados;
- Análise dos dados processados.

Os estudos hidrológicos, na fase inicial terão como principal objetivo o de informar à Fiscalização sobre o vulto das obras d'arte especiais em cada alternativa de projeto, pois estes dados algumas vezes poderão ser decisivos na escolha do traçado da rodovia.

Ao mesmo tempo em que se faz a avaliação do vulto das obras d'arte especiais, será feita uma coleta dos dados hidrológicos, que abrangerá:

- Coleta de dados hidrológicos junto aos órgãos oficiais, estudos existentes, etc., que permitam a caracterização climática, pluviométrica e geomorfológica da região e mais especificamente, da área em que se localiza o trecho em estudo;
- Coleta de elementos que permitam a definição das dimensões das bacias tais como: levantamentos aerofotogramétricos, levantamentos aerofotográficos, cartas geográficas, levantamentos radamétricos ou outras cartas disponíveis.

A coleta de dados hidrológicos deverá obedecer à seguinte sistemática:

A. Pluviometria

- a) Devem ser coletados dados de chuvas dos postos localizados na área, com indicação da autarquia responsável pela coleta e os respectivos períodos de observação;
- b) Apresentação de mapa em escala conveniente destacando a rede hidrográfica básica comprometida pelo projeto e a localização do trecho em estudo;
- c) Caracterização dos instrumentos medidores tais como pluviômetros, pluviógrafos, etc.;
- d) Deve ser escolhido criteriosamente o posto que caracteriza o trecho e devem ser calculados os seguintes elementos: média anual de chuvas da região, número de dias de chuva por mês, alturas máxima e mínima, registros de chuvas e os respectivos pluviogramas.

B. Fluviometria



**GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA DO ESTADO
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

B1. Coleta de Dados:

- a) Coleta de elementos para elaboração dos fluviogramas das alturas d'água médias, máximas e mínimas mensais dos principais rios da região;
- b) O registro de cheia máxima dos cursos d'água menores desprovidos de medidores deverá ser obtido por meio de vestígios no campo e informações de moradores locais;
- c) Listagem dos postos fluviométricos da região de interesse para o projeto;
- d) Fluviogramas das alturas médias, máximas e mínimas mensais.

B2. Desenvolvimento dos estudos hidrológicos:

- a) Processamento dos dados coletados
 - a.1) Os dados pluviométricos serão processados de modo a se obter:
 - Curvas de Intensidade x Frequência x Duração;
 - Histogramas das precipitações pluviométricas mensais.
 - a.2) Os dados fluviométricos serão processados de modo a se obter:
 - Tabela contendo os valores extremos das vazões médias (m³/seg.), no caso de se dispor de réguas linimétricas nos cursos d'água em local próximo ao corpo da obra d'arte a ser projetada;
 - Tabela contendo as cotas das máximas cheias observadas na região, no caso de não se dispor de régua linimétrica.
- b) Análise dos dados processados
 - b.1) Período de Recorrência - deverá ser fixado para cada obra a ser projetada ou verificada
 - Obras de drenagem superficial;
 - Bueiros;
 - Pontes.
 - b.2) Os valores a serem adotados para tempo de recorrência são os seguintes:
 - drenagem superficial 10 anos
 - bueiros como canal 15 a 25 anos
 - bueiros como orifício 50 anos
 - pontes 100 anos

Obs.: Para bacias com áreas superiores a 1.000 km² será exigido um estudo especial para fixação do tempo de recorrência. Em casos particulares outros tempos de recorrência poderão ser adotados e justificados.

b.3) Tempo de Concentração das bacias - deverá ser avaliado a partir dos seguintes elementos:

- área da bacia;
- comprimento e declividade do talvegue principal;
- forma de bacia;
- recobrimento vegetal;
- outros;
- uso da terra.

A metodologia ficará a cargo da contratada.

Para as obras de drenagem superficial, será adotado o tempo de concentração igual a 5 minutos.

b.4) Coeficiente de permeabilidade - deverão ser fixados após análise da utilização das áreas à montante.

b.5) Determinação das descargas das bacias - deverão ser calculadas utilizando-se os seguintes critérios:

- As bacias com áreas inferiores a 10 km², pelo método racional;
- As bacias com áreas superiores a 10 km², pelo método do hidrograma ou similar;
- Para essas duas famílias de bacias, a descarga deve ser verificada pela equação da continuidade associada à fórmula de Manning;
- Devem ser apresentadas tabelas com os respectivos coeficientes de permeabilidade.

Obs.: Os estudos hidrológicos efetuados deverão fornecer dados conclusivos e suficientes para desenvolvimento do projeto.

1.2.1.3.8.4. Estudo Geotécnico

Os estudos geotécnicos deverão seguir as recomendações contidas no plano de ação elaborado e aprovado para este fim, abrangendo sondagem e coleta de materiais no campo e realização de ensaios, os quais serão executados de acordo com Manuais e Métodos de Ensaio da SIT e/ou DNIT, em laboratórios da Contratada localizados no estado da Bahia.

Os estudos geotécnicos constarão de:

o Estudo do subleito

As sondagens de subleito deverão ser executadas após a definição do projeto geométrico em perfil e serão aprofundadas até 1 metro abaixo do greide de terraplenagem.

As amostras coletadas deverão definir, pontualmente, o perfil do subsolo local. Deste modo serão coletadas e ensaiadas amostras de cada estrato transposto, com espessura superior a 30 cm.

Os furos serão posicionados ao longo do eixo locado, somente nos locais de corte e o espaçamento



GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA DO ESTADO
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

será de, no máximo, 100 metros, dentro de um mesmo corte.

Nos pontos de passagem de corte para aterro deverão ser efetuadas sondagens até 1,5 metros de profundidade para pesquisa de lençol d'água.

Com o material coletado nas sondagens serão feitos os seguintes ensaios:

- Granulometria sem sedimentação;
- Índices físicos (LL, LP, umidade natural);
- Compactação;
- Índice de Suporte Califórnia, com energia do Proctor Simples;
- Densidade "in situ".

Os resultados dos ensaios deverão ser apresentados em quadro resumo, onde deverão constar além desses resultados, os índices de grupo e a classificação dos solos segundo o HRB.

As sondagens do subleito deverão constar do projeto geométrico, no perfil do eixo locado.

b) Empréstimos para o corpo de aterro

A escolha, no campo, das áreas de empréstimos será feita em função das indicações do projeto de terraplenagem.

Nos locais onde forem previstos empréstimos laterais, os furos de ensaio serão localizados no eixo dos empréstimos, sendo a distância longitudinal entre os furos de sondagem de 200 m e a profundidade igual à prevista para o empréstimo.

Onde forem previstos empréstimos concentrados, serão feitos, pelo menos, três furos, distribuídos pela área de empréstimo, para cada 10.000 m² de área.

De todos os furos serão coletadas amostras nos diversos horizontes. As amostras serão submetidas aos seguintes ensaios:

- Granulometria sem sedimentação;
- Índices físicos (LL, LP, umidade natural);
- Compactação;
- Índice de Suporte Califórnia, com energia do Proctor Simples;
- Densidade "in situ"

Onde forem coletadas amostras para execução de ensaios de compactação, serão feitos ensaios para determinação da massa específica aparente "in situ" de modo a se ter elementos para definir o fator de contração aterro/corte.

Os furos executados deverão ser recuperados o mais rapidamente possível, de acordo com a orientação da Fiscalização.

c) Ocorrências de materiais granulares

No estudo de ocorrências de materiais para pavimentação, distinguem-se: pedreiras, areais, cascalheiras, saibreiras e depósitos de materiais terrosos.

Deverão ser localizadas e estudadas todas as ocorrências economicamente viáveis e cujos materiais deverão compor as camadas do pavimento.

Os estudos deverão abranger, os volumes necessários à execução do pavimento. Todas as ocorrências localizadas e não utilizadas no projeto, por qualquer motivo, deverão ser posicionadas no croqui geral de jazidas.

O reconhecimento de jazidas constará de:

- Sondagens;
- Ensaios de laboratório;
- Cubagem.

As jazidas deverão ser sondadas em uma malha de 60 m x 60 m. As profundidades dos furos deverão ser a da ocorrência do material aproveitável, visando obter o volume necessário.

Deverão ser apresentados, pelo menos, resultados referentes a 9 furos de material aproveitável por ocorrência.

De cada furo deverá ser coletada quantidade suficiente para a execução dos ensaios de caracterização (Granulometria, Limites de Atterberg e densidade "in situ") ou ensaios completos (Granulometria, Limites de Atterberg, densidade "in situ", Compactação pelo Proctor Intermediário e CBR). O ensaio de equivalente de areia deverá ser executado, no mínimo, em três amostras por areal.

Nas jazidas previstas para execução de bases, compactação e CBR utilizarão também a energia do Proctor Modificado.

Caso os materiais apresentem características de solos lateríticos, deverá ser executado em, no mínimo, 3 (três) amostras, a determinação da relação sílica/sesquióxidos.

Nas ocorrências de materiais pétreos, será obedecido o que recomenda a Norma (NB - 28 ABNT), para reconhecimento e amostragem, para fins de caracterização das ocorrências de rocha. As amostras serão submetidas aos seguintes ensaios:

- Abrasão Los Angeles;
- Adesividade;
- Durabilidade (para rochas basálticas);
- Ensaio de Lâmina (para rochas basálticas);



GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA DO ESTADO
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Nos depósitos de areia serão feitos os seguintes ensaios:

- Granulometria;
- Teor de matéria orgânica;
- Equivalente areia.

d) Fundação dos aterros

Toda vez que houver dúvida sobre a capacidade de suporte dos terrenos de fundação dos aterros, haverá necessidade de se desenvolver um estudo geotécnico especial que defina essa capacidade. A investigação da capacidade de suporte do solo de fundação dos aterros deverá ser precedida de um plano geral do estudo, que deverá ser aprovado pela Fiscalização, antes de seu início efetivo no campo.

Deverão ser feitas as comparações técnico-econômicas para as várias soluções de aterros sobre solos compressíveis, inclusive comparando as soluções de aterros com estruturas de concreto.

e) Locais das fundações das obras d'arte especiais

As sondagens para fundações das obras d'arte especiais serão feitas de acordo com a seguinte metodologia:

- Escolha dos locais em que se localizarão as obras d'arte;
- Realização de sondagens definitivas, de acordo com o que preceitua o "Manual de Implantação Básica" do DNIT.

f) Considerações Gerais

Deverão ser executadas sondagens, coleta de amostras e ensaios específicos para subsidiar projetos executivos relacionados com a construção de ruas laterais, implantação de terceiras-faixas, travessias urbanas.

A Contratada deverá conservar todos os materiais coletados para estudo de subleito, jazidas, areais e pedreiras até 60 (sessenta) dias após a entrega da Minuta.

Os trabalhos referidos nos itens de fundação dos aterros e de estabilidade dos taludes, caso sejam definidos como necessários pela Fiscalização, serão objeto de orçamento em separado, para a devida análise e aprovação.

1.2.1.3.9. Projeto

As soluções resultantes dos estudos realizados deverão ser detalhadas, quantificadas, especificadas e orçadas.

1.2.1.3.9.1. Projeto Geométrico

O projeto geométrico tem por objetivo avaliar os problemas detectados na fase do diagnóstico e selecionar a alternativa de menor custo global em relação a implantação de interseções e de terceiras-faixas, elevação e/ou rebaixamento de greide, alargamento de plataforma e construção de ruas laterais, detectados na fase de diagnóstico.

A presente orientação tem por objetivo definir e especificar os componentes do projeto geométrico nos projetos de engenharia rodoviária. Assim, o projeto geométrico constará de projeto planialtimétrico e detalhamento dos elementos especiais do projeto, conforme detalhado a seguir:

a) **EM PLANTA** – eixo estaqueado normalmente de 20m em 20m, assinalando-se as estacas correspondentes aos quilômetros inteiros, bem como as estacas correspondentes às centenas de metros. Serão indicados os rumos dos alinhamentos e as curvas numeradas constando de seus elementos. Serão representadas linhas de transmissão, adutoras, cabos telefônicos, posteações de baixa tensão e tubulações diversas no interior da faixa de domínio com indicação da procedência e número das posteações. Serão representados pontes, pontilhões (com os nomes dos rios), acessos e interseções existentes e a construir (com o nome das localidades) indicando-se o número do volume e das folhas que contém os seus projetos especificados. As obras d'arte correntes serão indicadas em convenções apropriadas com sua extensão total no pé do aterro e sua esconsidade. Deverão ser indicados os nomes dos proprietários e as respectivas divisas de propriedades. Deverão ser representadas curvas de nível a partir da interpolação das cotas obtidas pelos levantamentos de campo, ou obtidas dos arquivos magnéticos das restituições aerofotogramétricas, quando disponíveis. No caso de se optar pela utilização de restituição aerofotogramétrica, deverão ser digitalizados todos os levantamentos de campo complementares, compondo-se um arquivo magnético para todo o trecho. Deverão ser representadas as coordenadas geográficas dos pontos, de início e fim do trecho, determinadas através do uso de GPS, inclusive seu ponto de interseção, estacas inicial e final e algum outro ponto, que mereça registro. Deverão ser representados os azimutes em todas as folhas do alinhamento horizontal, em relação ao Norte Magnético.

A faixa de domínio será representada em todas as pranchas, indicando-se os limites e as ordenadas em relação ao eixo.



GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA DO ESTADO
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

b) **EM PERFIL** – Deverá ser indicada a linha de terreno e do projeto, representando este a superfície do greide da terraplenagem, eixo da plataforma. Serão indicadas as percentagens das rampas e seus comprimentos, os comprimentos das projeções horizontais das curvas de concordância vertical (Y), quilômetros e cotas dos PIV, PCV e PTV de cada curva vertical e comprimento da respectiva flecha. Serão representadas, por convenções tipo, as obras d'arte especiais e as obras d'arte correntes, indicando-se, nestas últimas, o seu tipo de seção e suas dimensões. Será representado o perfil geotécnico com a classificação dos solos.

c) Seções transversais típicas da plataforma e das pontes;

d) Seções transversais gabaritadas;

e) Marcação da faixa de domínio em relação ao eixo;

f) Detalhamento dos projetos de acesso em nível.

g) Deverão ser observadas as seguintes recomendações gerais:

- Em cortes de seção plena, a rampa mínima será de 1%.

- Trechos longos em tangentes devem possuir nos extremos curvas de grandes raios.

- São indesejáveis curvas sucessivas no mesmo sentido, quando entre elas existir trecho de pequena tangente. De preferência deverão ser substituídos por uma única curva longa ou mesmo por curva composta.

Curvas adjacentes em sentidos opostos, sempre que possível, devem ter tangentes mínimas de 40 metros de extensão separando suas extremidades.

1.2.1.3.9.2. Projeto de Terraplenagem

A presente orientação tem por objetivo definir e especificar os componentes do projeto de terraplenagem nos projetos de engenharia de rodovias.

O projeto de terraplenagem constará de: determinação do volume de terraplenagem, determinação dos locais de empréstimos e bota-foras e apresentação de quadros de distribuição de massas.

Deverão ser observadas as seguintes recomendações gerais:

a) Os volumes de terraplenagem deverão ser distribuídos nas seguintes classes, conforme sua distância de transporte:

- De 0,050 km a 0,200 km

- De 0,201 km a 0,400 km

- De 0,401 km a 0,600 km

- De 0,601 km a 0,800 km

- De 0,801 km a 1,000 km

- De 1,001 km a 1,200 km

- De 1,201 km a 1,400 km

- De 1,401 km a 1,600 km

- De 1,601 km a 1,800 km

- De 1,801 km a 2,000 km

- Maior que 2,000 km

b) Deverá ser indicada a distância média ponderada de cada classe.

c) Deverão ser mostradas as seções transversais tipo e as soluções particulares de inclinação de taludes, alargamento de cortes e fundações de aterro.

d) O material para aterros deve ser obtido, sempre que possível, por meio de alargamento dos cortes. Caso isto não seja possível, dever-se-á procurar empréstimos inclusive fora da faixa de domínio.

e) Em qualquer circunstância, deve-se ter em mente as consequências da localização destas caixas em futuros melhoramentos da rodovia.

f) Das Especificações Complementares a serem elaboradas pela Contratada deverão constar os procedimentos a serem obedecidos pelos construtores no sentido de, na execução da terraplenagem, serem aproveitados ao máximo, a flora nativa e a camada de terra vegetal, que servirão no revestimento vegetal dos taludes de corte e aterro, empréstimos, jazidas e bota-foras.

1.2.1.3.9.3. Projeto de Drenagem e Obras d'Arte Correntes

A presente orientação tem por objetivo definir e especificar os componentes do projeto de drenagem nos projetos de engenharia rodoviária.

O projeto de drenagem constará de:

a) Concepção e dimensionamento das estruturas que comporão o projeto de drenagem superficial e profunda;

b) Elaboração de Notas de Serviço dos diversos dispositivos que compõem o projeto de drenagem, definindo localização, tipo, tamanho e extensão da obra.



**GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA DO ESTADO
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

- c) Deverão ser observadas as seguintes recomendações gerais:
- Deverão ser realizados o dimensionamento individual dos bueiros de grota novos e a verificação da capacidade das obras existentes;
 - Os projetos tipos de bueiros deverão conter os desenhos de suas seções transversal e longitudinal, de seus elementos estruturais e formas, ferragens e tabelas de consumo de materiais;
 - No caso de terreno ou declividades especiais de implantação dos dispositivos, apresentar processo construtivo para cada obra;
 - Para os dispositivos a serem empregados na drenagem superficial, os projetos tipo deverão indicar os tipos de revestimento a utilizar, além dos elementos geométricos;
 - Deverá ser elaborado quadro geral para cada tipo de dispositivo, contendo: localização (extremidades, lado, etc.) tipo e observações complementares;
 - No caso de drenagem profunda, deverão ser apresentados os projetos-tipo dos dispositivos indicados, seu posicionamento em relação à plataforma e as características dos materiais a empregar (tubos porosos, furados, esquema de furos, etc.);
 - Deverão ser apresentados os processos construtivos para casos especiais (drenos tipo espinha de peixe, colchão drenante, etc.).

1.2.1.3.9.4. Projeto de Pavimentação

A presente orientação tem por objetivo definir e especificar os componentes do projeto de pavimentação nos projetos de engenharia rodoviária. Assim, deverão ser detalhados todos os serviços previstos, que possibilitem a perfeita execução das obras de pavimentação de rodovias. Deverão ser observadas as seguintes recomendações:

- a) Deverá ser fornecido o dimensionamento das camadas estruturais do pavimento, indicando a solução técnica recomendada;
- b) Deverão ser indicadas as características geotécnicas dos materiais a serem aplicados em cada camada estrutural do pavimento;
- c) Deverão ser indicadas as origens e destinos dos materiais e a distância média de transporte.

1.2.1.3.9.5. Projeto de Sinalização e Obras Complementares

O projeto de sinalização viária deverá ser detalhado, considerando-se as soluções aprovadas pela Fiscalização, compreendendo os seguintes projetos:

- a) Sinalização horizontal e vertical;
- b) Linear de Sinalização;
- c) Notas de serviços;
- d) Detalhes dos dispositivos utilizados;
- e) Resumo dos quantitativos;
- f) Cercas e defensas.

1.2.1.3.9.6. Projeto de Desapropriação

A presente orientação tem por objetivo definir e especificar os componentes do projeto de desapropriação nos projetos de engenharia rodoviária e compreenderá as Informações cadastrais que permitam a avaliação dos custos de desapropriação, inclusive identificação dos proprietários e a situação fundiária.

Deverão ser contemplados os desenhos das áreas contidas na faixa de domínio com cadastro de suas benfeitorias, bem como as áreas de jazidas, empréstimos, bota fora, areais e mananciais indicados no projeto.

1.2.1.3.9.7. Projeto de Interseções e Acessos

Os projetos de interseções e acessos deverão ser elaborados somente para os casos estudados pela Contratada e aprovados pela Fiscalização e deverão ser decorrentes de reformulações, adaptações operacionais e obras novas, devendo constar de:

- a) **Projeto geométrico da reformulação, adaptação operacional ou implantação, com dimensionamento das obras e elementos geométricos, indicando a plataforma da pista, acostamento, faixa de transição, ilhas, canteiros, faixas de domínio, etc.;**
- b) Projeto de terraplenagem;
- c) Projeto de pavimentação;
- d) Projeto de drenagem com o detalhamento dos elementos construtivos relacionados com reformulações, adaptações ou novos sistemas de drenagem;
- e) Projeto de Sinalização;
- f) Quantitativos completos de todos os projetos, para cada obra isoladamente.



**GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA DO ESTADO
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

1.2.1.3.9.8. Plano de Recuperação de Áreas Degradadas - PRAD

O Plano de Recuperação de Áreas Degradadas – PRAD, quando couber, deverá ser elaborado em função do uso futuro proposto para a área a ser recuperada, contemplando o conjunto de medidas corretivas necessárias para a proteção dos recursos ambientais e garantia de estabilidade da obra, visando a sua conservação e a segurança dos usuários e habitantes das áreas lindeiras.

Toda a área degradada deverá ser revegetada e restabelecidos, no decorrer da execução da obra, os escoamentos pluviais e fluviais perturbados.

O PRAD deverá conter, no mínimo, os seguintes tópicos:

- a) Identificação das intervenções em diagramas unifilares.
- b) Salvamento da camada de solo orgânico.
- c) Plano de revegetação da faixa de domínio e das áreas de preservação permanente dos cursos d'água.
- d) Plano de revegetação dos taludes de corte e dos aterros.
- e) Utilização da Sinalização Verde (sinalização viva), quando couber.
- f) Utilização de cercas vivas na transposição de assentamentos urbanos, quando couber.
- g) Seleção das espécies.
- h) Cronograma físico-financeiro.

i) Determinação de Áreas Críticas

Na análise e estudo das áreas que sofrerão intensa exploração, deverão constar materiais gráficos, croquis de localização e documentação fotográfica. As áreas a serem analisadas pelo Plano de Recuperação deverão ser localizadas em mapas planialtimétricos de escala 1:100.000 e são as seguintes:

- i.1) Áreas de jazidas prospectadas para a obtenção de materiais para a obra, inclusive pedreiras e areais;
- i.2) Áreas de empréstimos laterais;
- i.3) Áreas de transposição de obstáculos topográficos (taludes de corte), bota-foras e de mananciais;
- i.4) Áreas circundantes aos pontos de interseção com vias de acesso a localidades vizinhas;
- i.5) Caminhos de serviço;
- i.6) Unidades de apoio à execução da obra (canteiro de obras).

j) Objetivos a Alcançar com as Medidas Recomendadas pelo PRAD

As medidas recomendadas para cada uma das unidades de áreas a serem degradadas deverão ser no sentido de:

- j.1) Dar estabilidade morfológica aos terrenos degradados, evitando o desencadeamento de processos erosivos e de assoreamento, respectivamente em áreas altimetricamente superiores e inferiores;
- j.2) Evitar ocorrência de desmoronamento em maciços de rochas e de solos;
- j.3) Recomendar áreas adequadas para a implantação do Canteiro de Obras;
- j.4) Proteger a vegetação ao longo dos rios e cursos d'água;
- j.5) Indicar a locação e o tratamento a ser dado aos caminhos de serviço e bota-foras;
- j.6) Minimizar a necessidade de desmatamento;
- j.7) Orientar a estocagem do solo orgânico (Horizonte A), informando técnicas capazes de mantê-lo fértil;
- j.8) Indicar tratamento e procedimentos de caráter edáfico e de caráter vegetativo, de forma a garantir a restauração do equilíbrio da área degradada;
- j.9) Ser indicado um projeto executivo para utilização das jazidas de solo e caixas de empréstimos a serem adaptadas como reservatórios de água (quando for o caso);
- j.10) Indicar no eventual reaproveitamento dos Canteiros de Obras, os fins;
- j.11) Evitar a utilização de áreas circundantes às interseções, como depósito de lixo das localidades vizinhas;
- j.12) Orientar para que se faça uma fiscalização mais efetiva de domínio nas áreas de interseção.

k) Medidas Preventivas, Mitigadoras e Compensatórias

Para cada área crítica detectada, através das informações extraídas do projeto de engenharia rodoviária, deverão ser indicadas as medidas preventivas, corretivas ou compensatórias visando alcançar os objetivos descritos no item anterior. Para melhor esclarecimento do conjunto de medidas propostas deverão ser apresentados:

- k.1) Relatório fotográfico documentando o estado de cada área antes do início da exploração ou ocupação (no caso das estruturas de apoio);
- k.2) Plano de Reposição Vegetal onde serão considerados os seguintes aspectos: seleção das espécies vegetais, sistema de plantio, manejo do solo, tratamentos culturais;



GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA DO ESTADO
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

- k.3) Desenhos esquemáticos para esclarecimentos das soluções adotadas para a recuperação de cada área a ser afetada. Neste caso, deverão ser contempladas as soluções para os passivos ambientais detectados na fase de diagnóstico do projeto de engenharia rodoviária;
- k.4) Planilha de quantitativos com o resumo das soluções propostas. Todos os serviços indicados deverão constar do caderno de especificações da SIT. Não havendo especificação da SIT para o serviço recomendado, admitir-se-á a especificação do DNIT;
- k.5) Cronograma físico que contemple o conjunto de atividades previstas para a recuperação de todas as áreas afetadas;
- k.6) Esclarecimentos sobre as etapas necessárias para a implementação dos serviços previstos. Esta medida visa subsidiar a elaboração do cronograma físico de obras;
- k.7) Orçamento do conjunto de serviços previstos para a recuperação das áreas afetadas, com base na tabela de preços da SIT.

1.2.1.3.9.9. Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos – PGRS

O PGRS, quando couber, integrará o processo de licenciamento ambiental e deverá conter a descrição das ações relativas ao manejo dos resíduos sólidos, no âmbito dos estabelecimentos, considerando as características dos resíduos e os programas de controle na fonte para a redução, minimização, reutilização e reciclagem dos mesmos, objetivando a eliminação de práticas e procedimentos incompatíveis com a legislação e normas técnicas pertinentes.

O PGRS deverá contemplar:

- a) Inventário, conforme modelo fornecido pelo órgão ambiental licenciador, contendo dentre outras informações: a origem, classificação, caracterização quali-quantitativa e frequência de geração dos resíduos, formas de acondicionamento, transporte, tratamento e disposição final;
- b) Os procedimentos a serem adotados na segregação na origem, coleta interna, armazenamento, reutilização e reciclagem;
- c) As ações preventivas e corretivas a serem adotadas objetivando evitar ou reparar as consequências resultantes de manuseio incorreto ou incidentes poluidores;
- d) Designação do responsável técnico pelo PGRS.
- e) Programas de minimização na geração, coleta seletiva e reciclagem.

O PGRS deverá ser apresentado mediante o preenchimento de 03 (três) tabelas: Tabela I Identificação do Gerador, Tabela II Resíduos Gerados, Tabela III Plano de Movimentação de Resíduos, acompanhado de texto descritivo do plano de gerenciamento.

1.2.1.3.9.10. Inventário Florestal

O Inventário Florestal, quando couber, trata dos métodos para obter informações a respeito da cobertura vegetal e exprime características qualitativas e quantitativas de espécies distribuídas em florestas. Portanto, o inventário consiste na aplicação de técnicas de medição para se obter informações das espécies existentes numa determinada área.

O Inventário Florestal deverá conter, no mínimo os seguintes tópicos:

- a) Identificação
- b) Amostragem
- c) Análise Estatística
- d) Resultado do inventário
- e) Relações volumétricas utilizadas.

1.2.1.3.9.11. Quantitativos, Orçamento Geral da Obra, Especificações Técnicas e Procedimentos para Execução dos Serviços

- Deverá ser elaborada a memória de cálculo das quantidades dos serviços que compõem o projeto.
- O quadro de quantitativos de serviços deverá relacionar os diversos itens do Referencial de Preços da SIT, separadamente para cada tipo de serviço previsto.
- O orçamento geral da obra será elaborado com base nos preços unitários referenciais fornecidos pela SIT.
- As especificações técnicas, que se referirão aos aspectos complementares e particulares das obras, que obedecerão as Especificações da SIT / DNIT, deverão ser sucintas e claras.
- Nos procedimentos para execução dos serviços deverão ser citados os processos executivos especiais, quando for o caso, segundo as normas vigentes e a discriminação clara do processo executivo que deverá ser adotado.

1.2.1.3.9.12. Projeto de Obra d'Arte Especial

A presente orientação tem por objetivo inspecionar, definir e especificar os componentes do projeto das obras d'arte especiais (OAE) existentes a recuperar ou novas a executar.

O projeto de OAE, que será desenvolvido para atender o resultado de estudos realizados, obedecerá, relativamente ao cálculo estrutural, as normas brasileiras em vigor (NBR 6118, NBR 7187, NBR 7188, NBR 7197, NBR 8681, NBR 6122).



GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA DO ESTADO
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

.....

1.2.1.3.9.12.1. Projeto Básico

O projeto básico das Obras de Arte Especiais deverá ser desenvolvido contendo a definição da concepção da arquitetura, estrutura e método construtivo. O projeto deverá conter no mínimo os seguintes elementos:

- a) Elaboração de desenhos contendo, no mínimo, os dados relacionados nos seguintes itens:
 - a.1) Mapa de situação da implantação do projeto;
 - a.2) Planta e perfil do local de implantação da obra, contendo a estrutura e os encabeçamentos, os greides, o estaqueamento e as ocorrências com os respectivos gabaritos e cotas;
 - a.3) Seções transversais da superestrutura e da mesoestrutura;
 - a.4) Implantação das fundações em planta e perfil;
 - a.5) Todos os elementos necessários para quantificar e orçar a obra é necessário considerar valor unitário para armações de peças de concreto e detalhes de ligações metálicas;
 - a.6) Elementos geotécnicos: perfil longitudinal da obra, constando os dados das sondagens de reconhecimento;
 - a.7) Elementos geométricos: declividade transversal e longitudinal, valor e posição de gabaritos mínimos da passagem superior ou inferior;
 - a.8) Projeto estrutural de concreto: desenhos de forma, com elevações, plantas, cortes longitudinais e transversais, detalhes estruturais, aparelhos de apoio, detalhes arquitetônicos e locação da obra em planta e perfil, incluindo fundações. Indicar, ainda, a Classe da OAE e as especificações de materiais;
- b) Elaboração de relatório de projeto, contendo os dados do contrato, identificação e descrição da concepção estrutural, especificações dos materiais e método construtivo.
- c) Planilha orçamentária contendo os itens de materiais e serviços para execução da Obra de Arte Especial.

1.2.1.3.9.12.2. Projeto Executivo

Em função dos dados das análises dos elementos do projeto levantados, será elaborado o projeto final de Engenharia contendo os seguintes elementos:

- a) Definição da concepção do projeto;
- b) Demonstração da compatibilidade das fundações com a natureza do solo.
- c) Memória de cálculo estrutural
- d) Elaboração de desenhos contendo, no mínimo, os dados relacionados nos seguintes itens:
- e) Elementos topográficos:
 - e.1) Mapa de situação da implantação da obra;
 - e.2) Planta e perfil do local de implantação da obra, contendo a estrutura e os encabeçamentos, os greides, o estaqueamento e as ocorrências com os respectivos gabaritos e cotas;
- f) Elementos geotécnicos: perfil longitudinal do terreno, constando os dados das sondagens de reconhecimento. Indicar a taxa de resistência encontrada no cálculo, tipo e dimensões das fundações com as cargas máximas permitidas.
- g) Projeto Estrutural: desenhos de forma, com elevações; plantas, cortes longitudinais e transversais; detalhes estruturais, especialmente de encontros; tipos, posicionamento e dimensões dos aparelhos de apoio; detalhes arquitetônicos e locação da obra em planta e perfil, incluindo fundações. Indicação da Classe da OAE, especificações de materiais, eventuais sobrecargas adotadas, incluindo as decorrentes do processo executivo previsto. Detalhamento completo das armaduras para estruturas de concreto armado e protendido; para as estruturas metálicas apresentar projetos com todas as informações necessárias (diagrama unifilar, indicação de ligações, etc) para elaboração do projeto de fabricação das peças.
- h) Relatório de Projeto contendo dados do contrato, identificação e descrição da concepção estrutural, especificações dos materiais e método construtivo.
- i) Planilha Orçamentária contendo os itens de materiais e serviços para execução da Obra de Arte Especial.

1.2.1.3.10. Relatórios

1.2.1.3.10.1. Relatório Diagnóstico

Ao final da Fase de Diagnósticos, 30 (trinta) dias contados a partir da emissão da ordem de serviço, será apresentado um Relatório em 3 (três) vias, encadernadas em espiral, contendo a análise de todos os assuntos avaliados, indicando as primeiras conclusões, as possíveis causas das deficiências, as proposições de solução e os procedimentos a serem adotados na fase de projeto, contendo no mínimo, os seguintes:

- a) Plano de ação dos estudos topográficos indicando a intervenção a ser realizada na plataforma, nas interseções, nas terceiras-faixas e suas áreas adjacentes (reformulação, adequação ou mudança);
- b) Plano de ação dos estudos geotécnicos indicando o plano de sondagem do subleito bem como, os



GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA DO ESTADO
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

principais procedimentos a serem executados nos serviços de sondagem, definição dos locais em que se encontram problemas de estabilidade de taludes, indicando os tipos de ensaios e estudos a serem desenvolvidos para o caso, identificando as prováveis causas e concepção das soluções a serem adotadas; identificação e caracterização dos locais com aparente insuficiência de drenagem profunda, indicando as principais soluções, tipos de sondagem e análise que deverão ser executados;

c) Plano de ação dos estudos das obras d'arte correntes e especiais para definição da solução a ser adotada para cada um dos casos, reforço estrutural e/ou restauração e/ou adaptação e/ou alargamento das pontes, viadutos, bueiros celulares ou bueiros capeados ou novas obras;

d) Finalmente, deverá ser apresentada a concepção geral dos projetos, demonstrando através de croquis, gráficos lineares esquemáticos e textos sucintos, os seguintes aspectos:

d.1) localização dos segmentos críticos do ponto de vista de drenagem;

d.2) localização dos segmentos onde deverá ser estudada a necessidade de alteração na plataforma, do tipo criação de terceiras-faixas, e ou construção de ruas laterais;

d.3) localização dos segmentos que exigiram estudos para melhoria de traçado, visando a eliminação de pontos críticos do ponto de vista de segurança viária, tais como interseções, acessos, travessias urbanas e estreitamento de pontes;

d.4) localização dos pontos caracterizados de escorregamentos e erosões;

d.5) localização dos taludes de corte e aterro, degradados por ações das águas precipitadas ou por outras externalidades;

d.6) localização de sulcos erosivos, instalados na faixa de domínio, causados pelo funcionamento do sistema de drenagem implantado ou por outras externalidades;

d.7) localização de sulcos erosivos, instalados em áreas exploradas pelos trabalhos de implantação da rodovia;

d.8) localização de ocupações indevidas da faixa de domínio;

d.9) evidências da existência ou não de sítios arqueológicos

d.10) conclusão sobre os problemas de preservação ecológica;

d.11) conclusão sobre os problemas relacionados com a conservação rodoviária.

1.2.1.3.10.2. Relatório Mensal de Acompanhamento

Os relatórios de acompanhamento (RA) deverão ser apresentados, em 02 (duas) vias, com espaçamento de 30 dias a partir da emissão do Relatório Diagnóstico. Deste modo, estes relatórios serão apresentados aos 60, 90 e 120 dias, quando couber.

Os RA deverão conter o cronograma dos trabalhos, com a indicação dos serviços previstos e executados, assim como as alterações procedidas no plano de trabalho e na equipe.

Tendo em vista o caráter técnico incorporado aos Relatórios de Andamento, deverão ser descritas detalhadamente, por item de serviço, as tarefas executadas, os resultados obtidos e as conclusões correspondentes, em conformidade com os Termos de Referência.

Deverá ser ainda incluída uma previsão dos serviços a serem desenvolvidos no período subsequente, de forma a permitir à Fiscalização verificar o andamento dos serviços, conhecer os fatores que possam afetar o seu desenvolvimento e permitir decisões quanto às providências que devam ser tomadas durante o prazo contratual.

O seu conteúdo deverá contemplar, no mínimo, o seguinte:

1. Índice: indica a paginação do início de cada capítulo;

2. Apresentação: fornece informações sobre a identificação da Contratada, o número e o objeto do contrato, o lote, a rodovia, o trecho, o subtrecho, o segmento, a extensão e a identificação do Relatório;

3. Mapa de Situação: indica o trecho em estudo, o segmento em destaque e sua situação em relação à região, com sua amarração às principais localidades e à rede de transporte existente;

4. Desenvolvimento: apresenta detalhadamente, por item de serviço, os trabalhos executados, resultados obtidos e conclusões e soluções recomendadas, conforme conceitos expostos no presente Termos de Referência e no EB-105;

5. Cronograma geral: indica o desenvolvimento do serviço, por item do escopo básico, previsto e realizado, em porcentagem;

6. Anexos: deverão ser apresentadas cópias de correspondências relativas ao contrato, atas de reuniões, expedientes sobre alteração de equipes e qualquer outro documento necessário ao acompanhamento dos serviços.

1.2.1.3.10.3. Relatório do Projeto

Concluído os relatórios de andamento, o projeto será apresentado sob a forma de minuta, organizada nos volumes constantes do quadro apresentado adiante, em 3 (três) vias encadernadas em espiral, para análise e aprovação. O conteúdo deverá ser apresentado obedecendo:

a) Projeto Geométrico

a.1) Relatório contendo a justificativa do projeto;

a.2) Planta em escala 1:2.000 e perfil em escalas (H) 1:2.000 e (V) 1: 200;



GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA DO ESTADO
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

- a.3) Planta reduzida na escala 1:20.000, na qual, além do eixo definitivo, sejam desenhadas as variantes estudadas e bem assim, quando for o caso, a estrada na situação antes do projeto
- a.4) Perfil reduzido nas escalas 1:20.000 (H) e 1:2.000 (V).
- a.5) Seções transversais com gabarito, na escala 1:200.
- a.6) No caso da utilização de arquivos magnéticos, todos os elementos definidos na apresentação também deverão ser entregues em arquivos em meio magnético em pdf, convertidos para os sistemas disponíveis na SIT (extensões do tipo DWG, Corel, Excel e Word).

b) Projeto de Terraplenagem

- b.1) Texto contendo a descrição do projeto;
- b.2) Notas de serviço de terraplenagem com os elementos indispensáveis à execução da obra;
- b.3) Folhas de cálculo dos volumes;
- b.4) Quadro de distribuição dos materiais, com classificação dos volumes segundo as três categorias;
- b.5) Diagrama mostrando a situação dos empréstimos concentrados e bota-foras com a mesma numeração que consta dos quadros de distribuição da terraplenagem;
- b.6) Desenho das seções transversais tipo, em corte e aterro;
- b.7) Demais desenhos que elucidem o projeto.
- b.8) Os desenhos mostrando os detalhes do projeto de terraplenagem deverão ser apresentados, quando cabível, em arquivos magnéticos convertidos para os aplicativos disponíveis na SIT.

c) Projeto de Drenagem e Obras d'Arte Correntes

- c.1) Texto contendo a descrição do projeto;
- c.2) Notas de serviço separadas por tipo de serviço, contendo a localização, tipo, extensão de cada obra, etc.;
- c.3) Desenhos tipo das estruturas de drenagem;
- c.4) Desenhos individuais dos bueiros celulares;
- c.5) Demais desenhos que elucidem o projeto;
- c.6) Quadro resumo de quantitativos, contendo, quando for o caso, tipo, extensão total, esconsidade, comprimentos finais dos corpos de bueiros à esquerda e à direita, cotas finais das bocas, tipo de berço e/ou fundações especiais, volumes a escavar e a reaterrar, consumo de materiais e observações complementares;
- c.7) Deverá ser apresentado projeto de dispositivos de proteção contra erosão, sua localização, tipos e especificações para construção.

d) Projeto de Pavimentação

- d.1) As seguintes tarefas farão parte da análise do projeto de pavimentação:
- d.2) Dimensionamento do pavimento, com base nos segmentos homogêneos, no estudo do subleito, número N e medidas deflectométricas, quando for o caso;
- d.3) Verificação do posicionamento dos jazimentos em relação ao eixo viário e distância de transporte correspondente;
- d.4) Apresentação da seção tipo do pavimento, confrontando a geometria apresentada com os parâmetros encontrados no dimensionamento;
- d.5) Verificação de localização de usinas de asfalto e/ou mistura de solos, procurando-se a menor distância de transporte aliada à possibilidade de implantação no campo.
- d.6) Linear com a distribuição das várias camadas do pavimento, por jazida.

e) Projeto de Interseções e Acessos

- e.1) Texto contendo a descrição do projeto;
- e.2) Notas de serviço e cálculo de volume de terraplenagem;
- e.3) Projeto de drenagem;
- e.4) Projeto de sinalização;
- e.5) Quadro resumo de localização e quantitativos.
- e.6) Estas obras deverão ser indicadas no projeto geométrico e os detalhes apresentados na escala 1:500 em planta e em perfil escala H=1/1000 e V=1/100.

f) Projeto de Sinalização

- f.1) Texto contendo a descrição dos projetos;
- f.2) Planta de localização e quadro resumo dos diversos dispositivos projetados;
- f.3) Nota de serviço;
- f.4) Desenhos de detalhe dos referidos dispositivos;
- f.5) Quadro de quantitativos, separadamente para cada dispositivo empregado.

g) Projeto de Obras d'Arte Especiais

- g.1) Plantas e desenhos de detalhes da estrutura, inclusive fundações;
- g.2) Quantitativos dos serviços com indicação das distâncias de transporte;
- g.3) No caso de fundações especiais, Indicação do processo de execução;
- g.4) Memória de cálculo.

h) Projeto de Desapropriação

- h.1) A apresentação do projeto será feita nas plantas do projeto geométrico, com indicação das estacas



GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA DO ESTADO
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

inicial e final, cercas existentes, benfeitorias e culturas ao longo do eixo e identificação dos proprietários;

h.2) Será apresentado também o texto descritivo contendo o resumo de todas as áreas a serem atingidas e sua quantificação e preço estimado para efeito de orçamento.

i) Plano de Recuperação de Áreas Degradadas

i.1) O PRAD, quando couber, deverá ser apresentado seguindo as premissas e orientações dispostas neste Termo de Referência e na legislação vigente.

j) Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos – PGRS

j.1) O PGRS, quando couber, deverá ser apresentado seguindo as premissas e orientações dispostas neste Termo de Referência e na legislação vigente.

N.º VOLUME	TÍTULO	FORMATO
1	Relatório do Projeto	A-4
2	Projeto de Execução	A-3
3	Memória Justificativa (Estudos e Projetos)	A-4
3-A	Estudos Geológicos Geotécnicos	A-4
3-B	Notas de Serviço e Cálculo de Volumes	A-4
	Plano de Recuperação de Áreas Degradadas	A-4
3-D	Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos - PGRS	A-4
4	Projeto de Desapropriação	A-4
5	Projeto de Obras d' Arte Especiais	A-1
5-A	Memória de Cálculo	A-4
6	Especificações Complementares, Quantitativos e Orçamento do Projeto	A-4

O Projeto Básico deverá estar de acordo com a minuta do projeto aprovada, observadas as correções, complementações e esclarecimentos referentes aos comentários técnicos da SIT. Deverá ser apresentado em 5 (cinco) vias, com a mesma composição utilizada na Minuta.

Além das vias encadernadas, deverão ser fornecidos, em "compact disk" (CD) na extensão que permita sua impressão (PDF) e em arquivos editáveis (Word, Excel, DWG e Corel Draw, etc.) 2 (duas) cópias contendo todos os textos, memoriais de cálculo e todas as peças gráficas do Projeto.

1.2.1.4. AUTORIZAÇÃO DOS SERVIÇOS

1.2.1.4.1. A SEINFRA/SIT colocará à disposição da empresa contratada todos os dados e informações disponíveis para realização de cada serviço, inclusive especificações.

1.2.1.4.2. Após a publicação do extrato do Contrato, será emitida a "Ordem de Serviço Geral", deflagrando o início da execução contratual, conforme CLÁUSULA SEGUNDA – PRAZO da Minuta do Contrato.

1.2.1.4.3. Os serviços, objeto do Contrato, serão executados de acordo com as necessidades reveladas pela SEINFRA/SIT;

1.2.1.4.4. Para cada demanda de serviço identificada, a SEINFRA/SIT elaborará uma planilha de quantitativos, com base nos preços unitários da planilha do contrato, e emitirá a "Ordem de Serviço Específica" da demanda, onde será identificada a localidade beneficiada, a descrição sumária dos serviços, o valor e o prazo de execução.

1.2.1.4.5. Para cada Ordem de Serviço Específica serão estabelecidos os prazos de execução de cada etapa e elaborado um cronograma de execução específico.

1.2.1.4.6. A definição do prazo de execução de cada Ordem de Serviço Específica caberá, exclusivamente, à SEINFRA/SIT.

1.2.1.4.7. A Contratada terá um prazo máximo de 2 (dois) dias corridos para o início da execução dos serviços estabelecidos em cada "Ordem de Serviço Específica" emitida pela SEINFRA/SIT.

1.2.1.4.8. Após o recebimento da comunicação (e-mail/ofício, etc.), a contratada terá até 48 (quarenta e oito) horas para assinar a Ordem de Serviço. O não atendimento ao acima disposto não comprometerá o prazo previsto para início de execução dos serviços, que será contado, impreterivelmente, da data de emissão da Ordem de Serviço.

1.2.1.4.9. A aprovação, por parte da SEINFRA/SIT, dos trabalhos realizados não exime a empresa contratada das responsabilidades legais.

1.2.1.5. CONSIDERAÇÕES GERAIS

1.2.1.5.1. Licenças e Franquias

1.2.1.5.1.1. A Empresa contratada é obrigada a obter as licenças e franquias necessárias à execução dos



GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA DO ESTADO
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

serviços técnicos profissionais especializados, pagando os emolumentos prescritos por lei e observando todas as leis, regulamentos e posturas a eles referentes.

1.2.1.5.1.2. A observância de leis, regulamentos e posturas a que se refere o item precedente, abrange também as exigências do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia, Conselho de Arquitetura e Urbanismo e de outros órgãos governamentais, nas esferas federal, estadual e municipal, inclusive o Corpo de Bombeiros.

1.2.1.5.1.3. A Empresa contratada é obrigada ao cumprimento de quaisquer formalidades e ao pagamento das multas que sejam porventura impostas pelas autoridades, em razão do descumprimento das leis, regulamentos e posturas.

1.2.1.5.1.4. Empresa contratada para executar a obra ficará obrigada a obter a regularização das jazidas e áreas de empréstimo através de licenciamento ambiental junto ao órgão competente (Estadual ou Municipal) e do registro de extração mineral junto ao DNPM, caso não exista licença ambiental e/ou registro de extração em vigor.

1.2.1.5.2. Cooperação com outros Contratados

1.2.1.5.2.1. A SEINFRA/ SIT poderá, a qualquer tempo, executar ou fazer executar outros trabalhos de qualquer natureza, por si própria, por outros contratados ou grupos de trabalho, no local ou próximo ao local dos serviços a cargo da Consultora, que, nesse caso, deverá conduzir suas operações de maneira a não provocar atraso, limitação ou embaraço no trabalho daqueles.

1.2.1.5.2.2. Quando outras empresas estiverem executando trabalhos, de acordo com outros contratos da SIT, em lugares adjacentes aos ocupados pela Consultora, esta será responsável por qualquer atraso ou embaraço por ela provocado nas atividades daquelas. Estes trabalhos serão comunicados pela Fiscalização à Consultora em até 5 (cinco) dias, para que esta possa considerá-los no planejamento de suas ações.

1.2.1.5.3. Preservação de Propriedades Alheias

1.2.1.5.3.1. A Empresa contratada será responsável pela execução dos serviços de campo, responsabilizando-se, legalmente, por prejuízos, danos ou perdas causadas a benfeitorias existentes, serviços, propriedades adjacentes ou outras propriedades de qualquer natureza.

1.2.1.5.3.2. A Contratada deverá reparar, substituir ou restaurar qualquer bem ou propriedade que for prejudicada ou julgada danificada ou perdida. Em caso de recusa, a SEINFRA/SIT poderá determinar a execução da reparação, substituição, restauração ou conserto por terceiros, caso em que as despesas daí advindas serão deduzidas dos pagamentos devidos à Contratada.

1.2.1.5.4. Outras Considerações

1.2.1.5.4.1. A Empresa contratada é obrigada ter ou montar escritório de projeto em Salvador com suas equipes necessárias para o desenvolvimento dos projetos, onde uma equipe mínima deverá ficar alocada. Os projetos Básicos de Restauração deverão ser desenvolvidos e montados neste escritório.

1.2.1.5.4.2. Os serviços desenvolvidos pela Empresa Contratada serão fiscalizados por técnicos da Diretoria de Projetos e Programas Especiais – DPPE da SEINFRA/SIT, a serem designados no momento oportuno da emissão da Ordem de Serviço.

1.2.1.5.4.3. A Contratada prestará um ou mais serviços, conforme contidos na Planilha Orçamentária de Preços de Referência, parte integrante do Edital de Licitação, em quaisquer quantidades, limitados à extensão máxima de 40 km por trecho.

1.2.1.5.4.4. Para cada localidade será vinculada uma Ordem de Serviço específica, com um prazo previamente estabelecido pela SEINFRA/SIT e os serviços deverão ser realizados em estrita observância das Especificações Técnicas da SIT / DNIT e Normas Técnicas da ABNT, posturas federais, estaduais, municipais e de outras normas oficiais pertinentes.

1.2.1.5.4.5. A Contratada, sempre que demandada a prestar qualquer tipo de esclarecimento / informação / elaboração de planilha de custo, terá um prazo máximo de 03 (três) dias úteis do recebimento da comunicação da demanda para o atendimento. O não cumprimento do acima disposto sem qualquer justificativa poderá levar às penalidades previstas na Cláusula Sexta do contrato.

1.2.1.5.4.6. No final do contrato, a pedido da contratada, a SEINFRA/SIT emitirá o Termo de Recebimento Definitivo do Contrato, incorporando todos os serviços realizados, ou seja, retratará a soma de todas as Ordens de Serviços, com seus respectivos Termos de Recebimentos Definitivos.

1.2.1.6. MEDIÇÃO DOS SERVIÇOS

1.2.1.6.1. Rotina de Medição

1.2.1.6.1.1. O Período de medição se encerra no dia 30 (trinta) de cada mês, podendo compreender período diferente de 30 (trinta) dias, no primeiro mês e/ou no último. No caso de medições mensais, o período se estenderá do dia 01 ao dia 30 do mês de competência da medição.

1.2.1.6.1.2. O Boletim de Medição deverá ser apresentado à Fiscalização, para verificação e aceitação preliminar, até o terceiro dia útil após encerrado o período de medição.

1.2.1.6.1.3. A Fiscalização, no prazo de cinco dias úteis, a partir da data de apresentação do Boletim de



GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA DO ESTADO
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Medição, verificará e informará à Consultora a aceitação preliminar da medição; ou as correções que deverão ser realizadas no Boletim de Medição, com as correspondentes justificativas.

1.2.1.6.1.4. A Contratada deverá proceder às correções apontadas pela Fiscalização no Boletim de Medição, reapresentando-o juntamente com o documento de cobrança correspondente, de mesmo valor.

1.2.1.6.1.5. O acompanhamento do cronograma será feito proporcionalmente ao número de dias decorridos na data de início dos serviços.

1.2.1.6.2. Critérios de Mensuração e Pagamento

1.2.1.6.2.1 O Quadro de Quantitativos e Preços, constantes da planilha do contrato, compreende serviços a serem remunerados por preços unitários, que serão medidos de acordo com os quantitativos efetivamente realizados e aprovados no período, consubstanciados no Relatório Mensal de Acompanhamento dos Serviços, aprovado pela Fiscalização.

1.2.1.6.2.2 Os preços unitários dos documentos incluem todas as revisões e adaptações indispensáveis à execução do Projeto.

1.2.1.6.2.1. Diagnóstico, Estudos Específicos, Minuta do Projeto e Projeto Final.

a) Os serviços de elaboração de Projeto de Engenharia para Implantação e Pavimentação de Rodovias, serão pagos pelos preços propostos, constantes na planilha contratual, obedecendo, rigorosamente, às unidades ali previstas.

b) Estudos Topográficos envolvendo planimetria, altimetria e cadastros, devem ser pagos em km.

Estudos Geológicos e Geotécnicos devem ser pagos por quilômetro (análise e interpretação de resultados) e a realização dos ensaios por amostra ensaiada, nos itens: amostra simples, englobando granulometria por peneiramento, índices físicos e densidade "in situ" e amostra completa, com a realização desses ensaios e mais os de compactação e CBR, ensaios de areais e pedreiras, granulometria por sedimentação, por cada conjunto de ensaios.

c) Estudos de Tráfego (processamento e projeções), Estudos Hidrológicos, Estudos e Projetos de Sinalização, Projeto Geométrico, Projeto de Terraplenagem, Projeto de Pavimentação, Projeto de Drenagem e Projeto de Desapropriação, devem ser remunerados individualmente, pela extensão em km.

Estudos de Tráfego (contagens) deverão ser pagos por unidade de postos de contagem pela extensão em km.

d) As Obras D'arte Especiais terão seus projetos pagos nas parcelas de deslocamentos (unid.), Sondagens (m) e Cálculo Estrutural (m²).

e) Quando da apresentação da Minuta do Projeto de cada Ordem de Serviço Específica e sua aprovação preliminar, o pagamento acumulado corresponderá a 80% (oitenta por cento) do valor da respectiva Ordem de Serviço Específica. Assim, efetuada a medição dos serviços realizados até a datada entrega da referida minuta, a fatura corresponderá à diferença entre o valor de 80% (oitenta por cento) da Ordem de Serviço Específica e a medição acumulada do período anterior à entrega dessa mesma minuta.

f) Os 20% residuais do Valor Global dos Estudos e Projetos serão medidos após a conclusão e aceitação de todos os projetos.

1.2.1.6.3. Levantamentos

Os levantamentos topográficos e cadastrais serão medidos de acordo com a planilha orçamentária e com as quantidades efetivamente realizadas e aprovadas no período, consubstanciados no Relatório Mensal de Acompanhamento dos Serviços.

1.2.1.6.4. Investigações Geotécnicas

Os serviços de investigações geotécnicas de campo e laboratório serão medidos de acordo com os quantitativos efetivamente realizados e aprovados no período, consubstanciados no Relatório Mensal de Acompanhamento dos Serviços.

As sondagens a percussão serão medidas por metro linear perfurado. O fornecimento e mobilização de equipamentos, materiais e deslocamentos, serão medidas conforme segue:

- Deslocamentos dos equipamentos da Sede da Contratada até o local dos serviços;

1.2.1.6.5. Projetos Executivos

Serão medidos, parceladamente e com periodicidade mensal, de acordo com a quantidade efetivamente executada em cada atividade no mês, consubstanciada no Relatório Mensal de Acompanhamento dos Serviços.

1.2.1.7. Boletim de Medição

1.2.1.7.1. O Boletim de Medição deverá conter, além das colunas da Planilha de Serviços e Preços, as seguintes colunas extras:

a) Quantidade Acumulada até a Medição Anterior; e

b) Valor Total Acumulado até a Medição Anterior.

1.2.1.7.2. O Boletim de Medição deverá conter todos os serviços relacionados no Quadro de Quantidades e Preços, mesmo aqueles que não tenham quantidade medida no período.

1.2.1.7.3. O Boletim de Medição deverá ser apresentado em formato A-4 e ter, em cada folha:

a) Identificação do contrato;



GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA DO ESTADO
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

- b) Número da folha;
- c) Período de referência da Medição;
- d) Aprovação da Fiscalização.

1.2.1.8. RELATÓRIO FINAL

1.2.1.8.1. Emissão do Relatório Final

a) A Minuta do Relatório Final deverá conter todas as informações para o perfeito entendimento dos serviços efetuados, atendendo às orientações de apresentação dos resultados contidos no presente Termos de referência.

b) A Minuta deverá contemplar todos os elementos relacionados no item 4 e a aprovação estará condicionada à sua adequada elaboração, assim considerada pela SEINFRA/SIT, devendo ser consistente com o definido no Escopo dos Serviços, em conformidade com as Especificações Técnicas, com os padrões da SIT e com os comentários da Fiscalização.

c) O Relatório Final deverá reproduzir o conteúdo da Minuta aprovada, com a incorporação de complementações e modificações determinadas pela SEINFRA/SIT, se for o caso, e atender os padrões de apresentação previstos no item 4.

1.2.1.8.2. Aprovação Final dos Projetos Executivos

A aprovação da Minuta do Relatório Final ocorrerá em até 15 dias, contados a partir do recebimento do mesmo. Caso a SEINFRA/SIT não se manifeste no prazo estipulado, solicitando modificações ou adequações a serem introduzidas, o documento será considerado aprovado.

1.2.1.8.3. TERMO DE RECEBIMENTO PARCIAL

A aprovação final dos Projetos, oriundos de cada Ordem de Serviço Específica, ocorrerá até o 15º dia após a entrega do documento contendo as modificações ou adequações acaso solicitadas, com a emissão do TERMO DE RECEBIMENTO PARCIAL. Decorrido o prazo estipulado, sem a manifestação da SEINFRA/SIT, o Termo de Recebimento Parcial será considerado, tacitamente, emitido.

1.2.1.9. PRAZOS

O prazo geral do contrato será de 540 (quinhentos e quarenta) dias, onde terá como data base de início a partir da emissão da Ordem de Serviço Geral do Contrato. Dentro desse contrato será emitida várias Ordens de Serviços Específicas, que terá como prazos os seguintes critérios:

a) Para Projetos Básico de Restauração que envolvem os itens de serviços; Relatório de Inspeção; Documentos do Projeto Básico; Estudos Topográficos; Estudos Geotécnicos e Quantitativos e Orçamentos do Projeto.

- Projetos com extensões menores que 5 km - Prazo 15 (quinze) dias para entrega do Projeto a partir da emissão da ordem de serviço específica.
- Projetos com extensões iguais ou maiores que 5 km - Prazo 25 (vinte e cinco) dias para entrega do Projeto a partir da emissão da ordem de serviço específica.

b) Para Projetos Considerando como Projetos Básico de Implantação, que envolve todos os serviços do item 4 da Planilha de Preços Referenciais terão os seguintes prazos:

- Projetos com extensões menores que 5 km – Prazo até 60 dias para entrega do Projeto a partir da emissão da ordem de serviço específica.
- Projetos com extensões maiores que 5 km e menores que 30 km - Prazo até 90 dias para entrega do Projeto a partir da emissão da ordem de serviço específica.
- Projetos com extensões maiores que 30 km - Prazo até 120 dias para entrega do Projeto a partir da emissão da ordem de serviço específica.

1.2.1.10. CESSÃO DE DIREITOS PATRIMONIAIS

Nos preços a serem pagos pelos serviços ora licitados está incluída a cessão dos direitos patrimoniais relativos à utilização da concepção intelectual em que se fundam os serviços, inclusive os direitos relativos aos estudos, análises, plantas, levantamentos, relatórios, diagnósticos, projetos ou quaisquer criações elaboradas pela CONTRATADA, para embasamento e prestação dos mesmos serviços, passando a pertencer ao Estado os dados, documentos e elementos de informação pertinentes à tecnologia de concepção, desenvolvimento, fixação de suporte físico de qualquer natureza e aplicação do produto em qualquer segmento da Administração Estadual.

1.2.2. LOCAL DE EXECUÇÃO

Estado da Bahia.



**GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA DO ESTADO
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

1.2.3. PRAZO DE EXECUÇÃO

O prazo de execução do serviço é de 540 (quinhentos e quarenta) dias, contados a partir do décimo dia da emissão da Ordem de Serviço Geral expedida pela SEINFRA/SIT, admitindo a prorrogação exclusivamente nos termos do art.141 da Lei Estadual 9.433/05.

1.2.4. CRONOGRAMA FÍSICO E FINANCEIRO DE EXECUÇÃO:

As etapas de execução abaixo caracterizam as metas físicas almejadas para o empreendimento, e deverão ser executadas e concluídas em conformidade com o Cronograma Físico de Execução aprovado pela SEINFRA/SIT, disponível no site da SEINFRA: <http://www.infraestrutura.ba.gov.br/>

Estado da Bahia
Superintendência de Infraestrutura de Transportes do Estado - SIT
DIPPE - Diretoria de Projetos e Programas Especiais

CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO																	
Projetos Básicos de Melhoramento e Pavimentação, Implantação e Restauração de Rodovias																	
Rodovias e Trecho : Estado da Bahia		Prazo de execução 540 dias															
Extensão Projeto Básico de Implantação 190 km		Data Base: Setembro / 2018															
Extensão Projeto Básico de Restauração 119 km																	
PROJETO	SERVIÇOS	DIAS															
		30	60	90	120	150	180	210	240	270	300	330	360	390	420	450	480
PROJETO DE IMPLANTAÇÃO	RELATÓRIO DE DIAGNÓSTICO																
	1º RELATÓRIO DE ACOMPANHAMENTO																
	2º RELATÓRIO DE ACOMPANHAMENTO																
	3º RELATÓRIO DE ACOMPANHAMENTO																
	MINUTA DO PROJETO																
	PROJETO FINAL APROVADO																
PROJETO DE RESTAURAÇÃO	RELATÓRIO DE INSPEÇÃO																
	DOCUMENTOS DO PROJETO																
PROJETO DE O&M	MANUTENÇÃO E REPARAÇÕES																
	PROJETOS E CÁLCULO ESTRUTURAL																
DESEMBOLSO TOTAL MENSAL (R\$)		248.935,98	248.935,98	497.871,96	497.871,96	746.807,94	746.807,94	995.743,92	995.743,92	1.244.679,90	1.244.679,90	1.493.615,88	1.493.615,88	1.742.551,86	1.742.551,86	1.991.487,84	1.991.487,84
DESEMBOLSO TOTAL ACUMULADO (R\$)		248.935,98	497.871,96	995.743,92	1.493.615,88	2.240.423,82	2.987.231,77	3.734.039,71	4.480.847,63	5.227.655,55	5.974.463,49	6.721.271,43	7.468.079,37	8.214.887,31	8.961.695,25	9.708.503,19	10.455.311,13
DESEMBOLSO MENSAL(%)		2,50%	2,50%	5,00%	5,00%	7,50%	7,50%	10,00%	10,00%	12,50%	12,50%	15,00%	15,00%	17,50%	17,50%	20,00%	20,00%
DESEMBOLSO ACUMULADO ANUAL (%)		2,50%	5,00%	10,00%	15,00%	22,50%	30,00%	37,50%	45,00%	52,50%	60,00%	67,50%	75,00%	82,50%	90,00%	97,50%	100,00%

1.3. Capacidade Técnica e Operacional

1.3.1. Recursos Humanos

A Contratada deverá disponibilizar no Contrato a **Equipe Mínima** abaixo informada:

Nível Funcional	Formação/Experiência	Função/Atividade	Quantidade
Coordenador(P0)	Engenheiro Civil com 10 anos de experiência em coordenação de projetos rodoviários	Coordenação	01
Engenheiro (P1)	Engenheiro Civil com 10 anos de experiência em serviços de campo (topografia e geotecnia)	Supervisão de topografia e geotecnia	01
Engenheiro (P2)	Engenheiro Civil com 10 anos de experiência em projetos de geometria, interseções e terraplenagem em rodovias	Projetista	01
Engenheiro (P2)	Engenheiro Civil com 10 anos de experiência em projetos de drenagem e OAC	Projetista	01
Engenheiro (P2)	Engenheiro Civil com 10 anos de experiência em projetos de pavimentação rodoviária	Projetista	01
Engenheiro (P2)	Engenheiro Civil com 10 anos de experiência em projetos estruturais de OAE	Projetista	01
Engenheiro (P3)	Engenheiro Civil com 10 anos de experiência em quantificação e orçamentos de obra rodoviária	Orçamentista	01



GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA DO ESTADO
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

1.3.1.1. Será exigida a apresentação, para cada profissional da equipe, os seguintes documentos:

- Currículo do Profissional, devidamente assinado;
- Declaração autorizando a indicação, firmada com data posterior à publicação do edital;
- Certidão de regularidade e quitação de pessoa física, perante o CREA;

1.3.1.2. Para os quadros apresentados, as especialidades (experiência) referem-se ao mínimo em quantidade e especificidade exigidas.

1.3.1.3. Não será atribuída pontuação caso o proponente não apresente, de forma cumulativa, todos os requisitos acima solicitados.

1.3.1.4. Para efeito de julgamento e pontuação da capacidade técnica da equipe serão considerados apenas os profissionais relacionados nos quadros acima. Observar que os atestados de cada profissional só serão aceitos desde que devidamente registrados no CREA.

1.3.1.5. A comprovação de vínculo da equipe técnica apresentada na proposta, ou seja, de pertencer ao quadro da empresa, deve atender ao exigido no item 2.2.3.5 do ANEXO ÚNICO do Decreto Estadual 9.534/05.

2. ESPECIFICAÇÕES PARA ELABORAÇÃO DA PROPOSTA DE PREÇOS: (Concorrência e Tomada de Preços)

2.1 Quanto ao modelo:

2.1.1 O proponente deverá elaborar a sua proposta de preços de acordo com as exigências constantes desta **SEÇÃO B – DISPOSIÇÕES ESPECÍFICAS**, em consonância com o modelo da **SEÇÃO C-1 – MODELO DE DESCRIÇÃO DA PROPOSTA DE PREÇO E DECLARAÇÃO INDEPENDENTE DE PROPOSTA**, expressando os valores em moeda nacional – reais e centavos, em duas casas decimais, limitando-se à apresentação de um multiplicador máximo (Fator K) de até 1,00, ficando esclarecido que não serão admitidas propostas alternativas;

2.1.2 A proposta de preços deverá ser apresentada juntamente com a **DECLARAÇÃO DE ELABORAÇÃO INDEPENDENTE DE PROPOSTA**, conforme modelo constante da **SEÇÃO C-1**, sob pena de desclassificação;

2.1.3 No caso de microempresas e empresas de pequeno porte interessadas na concessão de tratamento diferenciado assegurado pela Lei Complementar nº 123/2006, também deverá constar do envelope de proposta de preços a **DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO (LEI COMPLEMENTAR nº 123/06)** em consonância com o modelo da **SEÇÃO C-2**;

~~2.1.4 Também deverá constar do envelope de proposta de preços a DECLARAÇÃO DE PLENO CONHECIMENTO, conforme o modelo constante do ANEXO VII.~~

Nota: O item acima deverá ser excluído, considerando que já consta como alínea "c", da Seção C-1 / Modelo de descrição da proposta de Preços e Declaração de elaboração independente de proposta.

2.2 Quanto ao conteúdo:

2.2.1 Na proposta deverão estar contempladas todas e quaisquer despesas necessárias ao fiel cumprimento do objeto desta licitação, inclusive todos os custos com material de consumo, salários, encargos sociais, previdenciários e trabalhistas de todo o pessoal da CONTRATADA, como também fardamento, transporte de qualquer natureza, materiais empregados, inclusive ferramentas, utensílios e equipamentos utilizados, depreciação, aluguéis, administração, impostos, taxas, emolumentos e quaisquer outros custos que, direta ou indiretamente, se relacionem com o fiel cumprimento pela CONTRATADA das obrigações, bem como fornecer todos os equipamentos de proteção individuais – EPI's necessários;

2.2.2 Os Licitantes deverão assumir todos os custos associados à elaboração de suas propostas, não lhes assistindo nenhum direito à indenização pela aquisição dos elementos necessários à sua organização e apresentação.

2.2.3 Prazo de execução das obras/serviços, em algarismos e por extenso;

2.2.4 Cronograma Físico de Execução em conformidade com o modelo constante no subitem 1.2.5 da Seção B- Disposições Específicas deste Instrumento Convocatório e Projeto Básico, ficando reservado à **SEINFRA/SIT** o direito de proceder às alterações que julgar convenientes no decorrer da execução das obras/serviços.

~~2.2.5 Declaração de que nos preços unitários propostos, estão incluídas todas as despesas diretas e indiretas e quaisquer outras necessárias à total e perfeita execução dos serviços objeto deste Edital, constituindo-se, portanto, na única remuneração devida pela Contratante;~~

Nota: O item acima não se aplica, considerando que já consta como alínea "b", da Seção C-1 / Modelo de descrição da proposta de Preços e Declaração de elaboração independente de proposta.

2.2.6 As Especificações Técnicas de Serviço deverão atender a metodologia definida no **ANEXO IX (ESPECIFICAÇÃO DE SERVIÇO)**, deste instrumento convocatório.

2.2.7 Validade da proposta por 60 (sessenta) dias, contados da data da realização da licitação;

2.2.8 Sendo necessário a realização de termos aditivos, os preços dos itens devem guardar a mesma proporcionalidade do fator multiplicador "K" ofertado pelo licitante;

2.2.9 Em havendo necessidade de contratação de itens não previstos na planilha de preços do edital, serão utilizados preferencialmente os preços da tabela SEINFRA/SIT ou SINAP ou SICRO/DNIT ou em comum acordo conforme o art 143, II da Lei 9.433/05.

3. DETERMINAÇÕES ADICIONAIS:

Além das previsões contidas no **ANEXO I – DISPOSIÇÕES GERAIS**, bem como daquelas decorrentes de lei, deverão ser observadas, nas contratações decorrentes desta licitação, as seguintes determinações:



GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA DO ESTADO
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

.....

3.1 Da subcontratação:

(**X**) É vedada a subcontratação parcial do objeto, a associação da CONTRATADA com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial do contrato, bem como a fusão, cisão ou incorporação da CONTRATADA, não se responsabilizando o CONTRATANTE por nenhum compromisso assumido por aquela com terceiros.

3.2 Da garantia do contrato:

3.2.1 A prestação de garantia, quando exigida, recairá sobre uma das modalidades previstas no § 1º do art. 136 da Lei Estadual nº 9.433/05;

3.2.2 Não será admitida a existência de cláusulas que restrinjam ou atenuem a responsabilidade do segurador ou fiador, no caso de seguro-garantia ou fiança bancária (art. 136, §1º, II e III da Lei estadual nº 9.433/05);

3.2.3 A garantia deverá ser apresentada no prazo máximo de 05 (cinco) dias, contados da assinatura do contrato, devendo ser atualizada periodicamente;

3.2.4 A garantia, em qualquer das modalidades, responderá pelo inadimplemento das obrigações contratuais e pelas multas impostas, independentemente de outras cominações legais;

3.2.5 A CONTRATADA fica obrigada a repor o valor da garantia quando esta for utilizada e a atualizá-la todas as vezes em que houver alteração do contrato.

4. OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS ESPECÍFICAS:

4.1 A contratação com o licitante vencedor obedecerá às condições do instrumento de contrato constante do **Anexo IV**, facultada a substituição, a critério da Administração, por instrumento equivalente, desde que presentes as condições do art. 132 da Lei Estadual nº 9.433/05;

4.2 Além das determinações contidas na minuta de contrato, bem como daquelas decorrentes de leis, decretos e instruções, serão observadas pela CONTRATADA as seguintes **OBRIGAÇÕES**:

4.2.1 Os serviços deverão ser executados sob a inteira responsabilidade funcional e operacional da CONTRATADA, sobre cujos empregados deverá manter estrita e exclusiva fiscalização;

4.2.2 Em caso de atraso no cumprimento de obrigações acessórias, será aplicado o percentual de **0,3%** ao dia, até o trigésimo dia de atraso, e de **0,7%** por cada dia subsequente ao trigésimo, calculados sobre o valor da parcela do fornecimento ou do serviço em mora;

4.2.2.1 Consideram-se obrigações acessórias aquelas cujo descumprimento não comprometa, retarde, impeça ou embarace a execução do serviço em conformidade com as especificações técnicas exigíveis.

5. ORÇAMENTO ESTIMADO EM PLANILHAS

Para efeito do art. 81, II, da Lei Estadual nº 9.433/05, o orçamento estimado em planilhas de quantitativos e preços unitários, com data base no mês 09/2018, é de: R\$ 9.957.439,23 (nove milhões, novecentos e cinquenta e sete mil quatrocentos e trinta e nove reais e vinte e três centavos).



GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA DO ESTADO
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

SECRETARIA DE
INFRAESTRUTURA

SEINFRA/SIT - Superintendência de Infraestrutura de Transportes

19/09/2018 - 14:05

Estado da Bahia Orçamento Sintético

Setor : CPOR - Coordenação de Planejamento e Orçamento

Orçamento : 1270-1/2010

Objeto : Projetos Básicos de Melhoramento e Pavimentação, Implantação e Restauração de Rodovias

Data Base : Setembro de 2018

Versão : Versão inicial

Data Orçamento : 04/09/2018

Nat. Serviço : Obra Rodoviária

Trecho : Estado da Bahia

Extensão : 1309,00 km

Responsável : Jocélio Bonfim Santana dos Santos

CREA : 051466598-0

ART Nº : BA2018C155254

Elaborador : Jocélio Bonfim Santana dos Santos

Referência	Serviço	Unid.	Quantidade	Preço Unitário	Total
01	PROJETO BÁSICO DE RESTAURAÇÃO				
01.00.001	Relatório de Inspeção	und	56,00	13.908,79	778.892,24
01.00.002	Documentos do Projeto Básico	km	1.119,00	1.804,61	2.019.358,59
01.01	ESTUDOS TOPOGRÁFICOS				
01.01.001	Locação de 50 em 50 metros	km	112,00	1.664,55	186.432,72
01.01.002	Nivelamento de 50 em 50 metros	km	112,00	737,57	82.607,84
01.01.003	Seções Transversais de 50 em 50 metros	km	112,00	737,57	82.607,84
01.02	ESTUDOS GEOTÉCNICOS				
01.02.001	Mobilização	und	6,00	3.500,00	21.000,00
01.02.002	Análise e interpretação de Resultados	und	6,00	1.230,00	7.380,00
01.02.003	Amostra Completa	und	168,00	490,00	82.320,00
01.03	QUANTITATIVOS E ORÇAMENTO DO PROJETO				
01.03.001	Quantitativos e Orçamento	km	1.119,00	1.000,00	1.119.000,00
Total do Grupo					4.379.597,23

Referência	Serviço	Unid.	Quantidade	Preço Unitário	Total
02	PROJETOS BÁSICOS DE MELHORAMENTO E PAVIMENTAÇÃO E IMPLANTAÇÃO				
02.00.001	Relatório de Diagnóstico	km	190,00	1.000,00	190.000,00
02.01	ESTUDOS DE TRÁFEGO				
02.01.001	Contagem Volumétrica	und	3,00	10.880,00	32.640,00
02.01.002	Contagem de origem e destino	und	1,00	16.320,00	16.320,00
02.01.003	Processamento e Projeções	km	63,00	1.000,00	63.000,00
02.02	ESTUDOS TOPOGRÁFICOS				
02.02.001	Planialtimetria, altimetria, cadastro, locação, poligonal, nivelamento e contra nivelamento, seções de 20 em 20 m, batimetria, base de referenciamento e intermediária e amarrações	km	190,00	4.300,00	817.000,00
02.03	ESTUDOS HIDROLÓGICOS				
02.03.001	Estudos Hidrológicos	km	190,00	1.030,00	195.700,00
02.04	ESTUDOS GEOTÉCNICOS				
02.04.001	Mobilização	und	10,00	3.500,00	35.000,00
02.04.002	Análise e interpretação de Resultados	und	10,00	1.230,00	12.300,00
02.04.003	Amostra Simples	und	400,00	390,00	156.000,00
02.04.004	Amostra Completa	und	600,00	490,00	294.000,00
02.04.005	Ensaos de Areia	und	10,00	550,00	5.500,00
02.04.006	Ensaos em Rocha	und	10,00	860,00	8.600,00
02.05	PROJETOS				
02.05.001	Projeto Geométrico	km	190,00	3.200,00	608.000,00
02.05.002	Projeto de Teraplenagem	km	190,00	2.140,00	406.600,00
02.05.003	Projeto de Drenagem e Obras D'Arte Correntes	km	190,00	3.200,00	608.000,00
02.05.004	Projeto de Pavimentação	km	190,00	3.200,00	608.000,00
02.05.005	Projetos de Sinalização e Obras Complementares	km	190,00	2.600,00	494.000,00
02.05.006	Projeto de Desapropriação	km	47,00	1.600,00	75.200,00
02.05.007	Projeto de Interseções e Acessos	und	3,00	18.500,00	55.500,00
02.05.008	Plano de Recuperação de Áreas Degradadas - PRAD	km	47,00	2.000,00	94.000,00
02.05.009	Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos - PGRS	und	5,00	3.000,00	15.000,00
02.05.010	Quantitativos e Orçamento do Projeto	km	190,00	1.000,00	190.000,00

Total do Grupo : 4.980.360,00

Jocélio Bonfim S. Santos
Engº Civil-CREA: 22.398
Cad. 47.379/627-6
SEINFRA/SIT/DPPE/CPOR



GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA DO ESTADO
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

SECRETARIA DE
INFRAESTRUTURA

SEINFRA/SIT - Superintendência de Infraestrutura de Transportes

19/09/2018 - 14:05

Estado da Bahia Orçamento Sintético

Setor : CPOR - Coordenação de Planejamento e Orçamento
Orçamento : 1270-1/2018
Objeto : Projetos Básicos de Melhoramento e Pavimentação, Implantação e Restauração de Rodovias
Versão : Versão inicial
Nat. Serviço : Obra Rodoviária
Trecho : Estado da Bahia
Extensão : 1309,00 km
Responsável : Jocélio Bonfim Santana dos Santos
Elaborador : Jocélio Bonfim Santana dos Santos

Data Base : Setembro de 2018

Data Orçamento : 04/09/2018

CREA : 051466598-0

ART N° : BA20180155254

Referência	Serviço	Unid.	Quantidade	Preço Unitário	Total
03	OBRAS DE ARTES ESPECIAIS				
03.00.001	Mobilização / desmobilização de Equipamentos p/ percussão	und	10,00	4.000,00	40.000,00
03.00.002	Mobilização / desmobilização de Equipamentos p/ rotativa	und	10,00	10.000,00	100.000,00
03.00.003	Deslocamento de Equipamento de Sondagem	und	10,00	700,00	7.000,00
03.00.004	Sondagem a Percussão	m	800,00	160,00	128.000,00
03.00.005	Sondagem Rotativa	m	80,00	800,00	64.000,00
03.00.006	Projeto e Cálculo Estrutural Inclusive Memória	m ²	2.000,00	120,00	240.000,00
03.00.007	Flutuantes	mês	2,00	9.241,00	18.482,00

Total do Grupo : 597.482,00

Total do Orçamento : 9.957.439,23

Discriminação	Preço	Preço/km
PROJETO BÁSICO DE RESTAURAÇÃO	4.379.597,23	3.913,84
PROJETOS BÁSICOS DE MELHORAMENTO E PAVIMENTAÇÃO E IMPLANTAÇÃO	4.980.360,00	26.212,42

Discriminação	Preço	Preço/m ²
OBRAS DE ARTES ESPECIAIS	597.482,00	298,74

Total Geral	Preço	Preço/km
Total geral	9.957.439,23	7.606,90

Para composição dos preços unitários foram considerados os seguintes percentuais máximos:

- a) Encargos Sociais 84,04 %.
- b) Encargos Administrativos 30 %.
- c) Remuneração do escritório 12 %.
- d) Despesas Fiscais / PIS / ISS / COFINS (SEM CSLL) 16,62 %.

Jocélio Bonfim S. Santos
Engº Civil-CREA: 22.398
Cad. 47.379.627-6
SEINFRA/SIT/DPPE/CPOR

SCO - Sistema de Custos e Orçamentos

SEINFRA/SIT



GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA DO ESTADO
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

~~PROJETO BÁSICO: Anexo Projeto Básico em Volume Único~~ Disponível no site da SEINFRA

~~PROJETO BÁSICO DISPONÍVEL NO SITE DA SEINFRA:
<http://www.infraestrutura.ba.gov.br/>~~

NÃO SE APLICA



GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA DO ESTADO
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

SEÇÃO C – MODELOS PARA ELABORAÇÃO
DA PROPOSTA DE PREÇOS

SEÇÃO C-1
MODELO DE DESCRIÇÃO DA PROPOSTA DE PREÇOS E DECLARAÇÃO DE ELABORAÇÃO INDEPENDENTE DE PROPOSTA

MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS

Modalidade de Licitação
Concorrência

Número
001/2019

PROPOSTA DE PREÇOS: DEVERÁ SER APRESENTADO UM MULTIPLICADOR MÁXIMO (FATOR K), DE ATÉ 1,00.

FATOR MULTIPLICADOR "K" PROPOSTO

PRAZO DE VALIDADE DA PROPOSTA

PRAZO DE EXECUÇÃO (POR EXTENSO)

CRONOGRAMA FÍSICO DE EXECUÇÃO (deverá ser observado o modelo constante no subitem 1.2.5 da Seção B - Disposições Específicas)

(Identificação completa do representante da licitante), como representante devidamente constituído de (Identificação completa da licitante) doravante denominado (Licitante) para fins de participação no certame licitatório acima identificado, declaro, sob as penas da lei, em especial o art. 299 do Código Penal Brasileiro, que:

(a) a proposta apresentada para participar desta licitação foi elaborada de maneira independente por mim e o conteúdo da proposta não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato desta licitação, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;

(b) Que nos preços unitários propostos, estão incluídas todas as despesas diretas e indiretas e quaisquer outras necessárias à total e perfeita execução dos serviços objeto deste Edital, constituindo-se, portanto, na única remuneração devida pela Contratante;

(c) Que temos conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação, na forma do inciso IV do art. 101 da Lei Estadual nº 9.433/2005.

(d) a intenção de apresentar a proposta elaborada para participar desta licitação não foi informada, discutida ou recebida de qualquer outro participante potencial ou de fato desta licitação, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;

(e) que não tentei, por qualquer meio ou por qualquer pessoa, influir na decisão de qualquer outro participante potencial ou de fato desta licitação quanto a participar ou não dela;

(f) que o conteúdo da proposta apresentada para participar desta licitação não será, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, comunicado ou discutido com qualquer outro participante potencial ou de fato desta licitação antes da adjudicação do objeto;

(g) que o conteúdo da proposta apresentada para participar desta licitação não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer integrante do órgão licitante antes da abertura oficial das propostas; e

(h) que estou plenamente ciente do teor e da extensão desta declaração e que detenho plenos poderes e informações para firmá-la.

Salvador ____ de _____ de 20__.

RAZÃO SOCIAL / CNPJ / NOME DO REPRESENTANTE LEGAL / ASSINATURA



GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA DO ESTADO
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

SEÇÃO C-2

**DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO (LEI COMPLEMENTAR nº 123/06)
[EXCLUSIVA PARA MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE]**

Para os efeitos do tratamento diferenciado da Lei Complementar nº 123/06, declaramos:

- () que estamos enquadrados, na data designada para o início da sessão pública da licitação, na condição **de microempresa** e que **não estamos incursos nas vedações a que se reporta o §4º do art. 3º da Lei complementar nº 123/06.**

[ou]

- () que estamos enquadrados, na data designada para o início da sessão pública da licitação, na condição **de empresa de pequeno porte** e que **não estamos incursos nas vedações a que se reporta o §4º do art. 3º da Lei complementar nº 123/06.**

Salvador ____ de _____ de 20__.

RAZÃO SOCIAL / CNPJ / NOME DO REPRESENTANTE LEGAL / ASSINATURA



**GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA DO ESTADO
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

**SEÇÃO D – CRITÉRIOS PARA AVALIAÇÃO
DAS PROPOSTAS TÉCNICAS**

[NO CASO DE LICITAÇÕES DO TIPO TÉCNICA E PREÇO]

1. REQUISITOS PARA ELABORAÇÃO DA PROPOSTA TÉCNICA

Com o objetivo de avaliar a capacidade técnica da licitante para a execução dos serviços apresentados acima, a proposta técnica deverá ser formulada, respeitando o seguinte detalhamento:

1.1. FORMATAÇÃO

A licitante deverá apresentar a Proposta Técnica, obedecendo às seguintes exigências:

- **Índice** - Deverá conter, no mínimo, a paginação do início de cada capítulo.
- **Identificação** - Deverão ser fornecidas informações relativas ao objeto do serviço, número do edital, nome da empresa, em carta enviada pelo representante legal.
- **Fonte**: Arial ou Times New Roman, normal, tamanho 12.
- **Tamanho do papel**: A4.

1.2. CONTEÚDO

1.2.1. PLANO DE TRABALHO (PT) – PESO 2 – 10 CRÉDITOS

A licitante deverá apresentar o seu Plano de Trabalho, coerente com o tipo de serviço que será desenvolvido e de acordo com as informações apresentadas nos itens 1 e 2 deste Termo de Referência, com todos os desdobramentos esperados, caracterizados em etapas, apresentando a metodologia que será utilizada, e dispondo de listagem, modelo padrão de cronograma e fluxograma das atividades propostas, inclusive o planejamento global das fases, descrevendo as técnicas que pretende empregar.

Serão atribuídos, no máximo, 10 créditos para o Plano de Trabalho, pelo atendimento cumprimento integral de cada tópico abaixo descrito:

1.2.1.1. Conhecimento do Problema (CP)- 4 CRÉDITOS

Tem o objetivo de demonstrar que o licitante tem pleno conhecimento dos trabalhos que se propõe a executar e deve, no máximo em 10 (dez) páginas, apresentar:

1.2.1.1.1 Exposição de dados específicos que dispõe sobre o objeto da licitação e especialidades envolvidas, especificando os produtos parciais e finais que poderão ser gerados e indicando eventuais particularidades.

1.2.1.1.2 Descrição de todos os problemas e/ou dificuldades identificados durante o desenvolvimento dos trabalhos com base no exame dos elementos apresentados no Edital, expondo o modo como pretende solucionar os entraves identificados.

Para efeito de avaliação, a pontuação será assim distribuída:

Elemento a ser avaliado	Pontuação Máxima
Conhecimento dos dados existentes	1,50
Problemas e/ou dificuldades identificados	2,50

1.2.1.2. Metodologia (MT)- 6 CRÉDITOS

Com o objetivo de apresentar seus métodos de organização e planejamento dos trabalhos, no máximo em 10 (dez) páginas, apresentar:

1.2.1.2.1 Planejamento de Trabalho

Descrição completa dos instrumentos de planejamento e controle a serem aplicados, em especial nos aspectos de gerenciamento e adequação dos projetos, documentos e arquivo técnico, compatibilizando as informações com o conhecimento do problema apresentado e expondo a sequência das atividades para desenvolvimento dos serviços, métodos de gestão que garantam a qualidade dos trabalhos, organização da equipe técnica-administrativa que participará da execução e demais informações concernentes, incluindo verificação de produtos parciais e finais a serem entregues.

1.2.1.2.2 Recursos

Descrição dos recursos referentes às instalações materiais e equipamentos que serão colocados pela Contratada, inclusive de informática, de forma a atender às condições estabelecidas.

1.2.1.2.3 Fluxograma e Organograma

Apresentação de fluxograma de execução do processo de elaboração dos elementos técnico até a entrega do projeto final, compatível com as condições deste Edital, bem como o Organograma para a realização dos serviços, contendo os vários setores, com seus responsáveis diretos.

Para efeito de avaliação, a pontuação será assim distribuída:

Elemento a ser avaliado	Pontuação Máxima
Planejamento de Trabalho	3,00
Recursos	1,50



GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA DO ESTADO
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Fluxograma e Organograma

1,50

1.2.2. EQUIPE TÉCNICA (ET) – PESO 4 – 10 CRÉDITOS

Apresentação da relação nominal dos profissionais de nível superior com seus respectivos currículos, autorização do técnico para incluir seu nome na equipe e indicação da função que lhe será atribuída, além de apresentação de atestados, acompanhados das respectivas CATs, devidamente registrados no CREA em nome do profissional e prova de vínculo com a licitante.

1.2.2.1. EQUIPE TÉCNICA MÍNIMA (EM) - 3 CRÉDITOS

Serão atribuídos 03 créditos para a equipe apresentada, de acordo com a distribuição mínima dos quadros abaixo:

Nível Funcional	Formação/Experiência	Função/Atividade	Quantidade
Coordenador(P0)	Engenheiro Civil com 10 anos de experiência em coordenação de projetos rodoviários	Coordenação	01
Engenheiro (P1)	Engenheiro Civil com 10 anos de experiência em serviços de campo (topografia e geotecnia)	Supervisão de topografia e geotecnia	01
Engenheiro (P2)	Engenheiro Civil com 10 anos de experiência em projetos de geometria, interseções e terraplenagem em rodovias	Projetista	01
Engenheiro (P2)	Engenheiro Civil com 10 anos de experiência em projetos de drenagem e OAC	Projetista	01
Engenheiro (P2)	Engenheiro Civil com 10 anos de experiência em projetos de pavimentação rodoviária	Projetista	01
Engenheiro (P2)	Engenheiro Civil com 10 anos de experiência em projetos estruturais de OAE	Projetista	01
Engenheiro (P3)	Engenheiro Civil com 10 anos de experiência em quantificação e orçamentos de obra rodoviária	Orçamentista	01

1.2.2.1.1. Será exigida a apresentação, para cada profissional da equipe, os seguintes documentos:

- Currículo do Profissional, devidamente assinado;
- Declaração autorizando a indicação, firmada com data posterior à publicação do edital;
- Certidão de regularidade e quitação de pessoa física, perante o CREA;

1.2.2.1.2. Para os quadros apresentados, as especialidades (experiência) referem-se ao mínimo em quantidade e especificidade exigidas.

1.2.2.1.3. Não será atribuída pontuação caso o proponente não apresente, de forma cumulativa, todos os requisitos acima solicitados.

1.2.2.1.4. Para efeito de julgamento e pontuação da capacidade técnica da equipe serão considerados apenas os profissionais relacionados nos quadros acima. Observar que os atestados de cada profissional só serão aceitos desde que devidamente registrados no CREA.

1.2.2.1.5. A comprovação de vínculo da equipe técnica apresentada na proposta, ou seja, de pertencer ao quadro da empresa, deve atender ao exigido no item 2.2.3.5 do ANEXO ÚNICO do Decreto Estadual 9.534/05.

1.2.2.1.6. Para efeito de avaliação, a pontuação será assim distribuída:

Elemento a ser Avaliado	Pontuação Máxima
Coordenador (P0)	0,60
Engenheiro (P1)	0,55
Engenheiro (P2) - projetos de geometria, interseções e terraplenagem em rodovias	0,35
Engenheiro (P2) - experiência em projetos de drenagem e OAC	0,35
Engenheiro (P2) - experiência em projetos de pavimentação rodoviária	0,35
Engenheiro (P2) - experiência em projetos estruturais de OAE	0,55
Engenheiro (P3) - experiência em quantificação e orçamentos de obra rodoviária	0,25



GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA DO ESTADO
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

1.2.2.2. ACERVO TÉCNICO (AT) – 7 CRÉDITOS

Da experiência da equipe indicada na execução de trabalhos de características, portes e prazos compatíveis com o objeto da licitação, mediante a apresentação de atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, que contemple o nome do profissional na função à qual foi indicado, acompanhados das respectivas Certidões de Acervo Técnico – CAT, abrangendo, especialmente, as áreas de especialização correspondentes aos trabalhos a executar.

Para efeito de pontuação do acervo técnico, foram atribuídos os seguintes critérios:

Experiência	Pontuação Máxima
Coordenador - P0	
Coordenação de projetos de engenharia rodoviária. Máximo de 02 atestados e 0,80 por atestado	1,60
Engenheiro – P1	
Acompanhamento de serviços de campo (topografia e geotecnia) ou Supervisão de Obras Rodoviárias Máximo de 02 atestados e 0,60 por atestado	1,20
Engenheiro - P2	
Projetos de geometria, interseções e terraplenagem em rodovias Máximo de 02 atestados e 0,40 por atestado	0,80
Engenheiro - P2	
Projetos de drenagem e Obras d'Arte Corrente Máximo de 02 atestados e 0,40 por atestado	0,80
Engenheiro - P2	
Projetos de pavimentação rodoviária Máximo de 02 atestados e 0,40 por atestado	0,80
Engenheiro - P2	
Projeto de Obra d'Arte Especial Máximo de 04 atestados e 0,35 por atestado	1,40
Engenheiro – P3	
Quantificação e orçamento de obras rodoviárias Máximo de 02 atestados e 0,20 por atestado	0,40

1.2.2.2.1. Serão admitidos, no máximo, 02 (dois) atestados por tipo de projeto, pontuados conforme discriminado a seguir:

01 Atestado - 50% dos créditos

02 Atestados -100% dos créditos

1.2.2.2.2. Será computado crédito 0 (zero) para a ausência de atestados referentes aos tópicos acima.

1.2.2.2.3. A Contratante reserva-se o direito de diligenciar os locais relacionados para confirmar as informações descritas pelos licitantes nas suas declarações; no caso de existir divergências de endereços, de quantitativo e especificação e da formação da equipe técnica mínima registrada no CREA, conforme relação acima solicitada, a mesma será inabilitada.

1.2.3. EXPERIÊNCIA DA EMPRESA (EE) - PESO 4 - 10 CRÉDITOS

Objetiva comprovar a experiência da licitante, na execução de trabalhos de características, portes e prazos compatíveis com o objeto da licitação, mediante a apresentação de **atestados** fornecidos por pessoas jurídicas de direito público, ou privado, **em nome da empresa**, acompanhados das respectivas Certidões de Acervo Técnico – **CAT**, abrangendo as áreas de especialização correspondentes aos trabalhos a executar.

Serão atribuídos até 10 créditos para a experiência de serviços da empresa licitante, de acordo com distribuição definida abaixo, equivalente aos itens relevantes:

1.2.3.1 Serão admitidos, no máximo, 02 (dois) atestados por tipo de projeto, pontuados conforme discriminado a seguir:

01 Atestado 50% dos créditos

02 Atestados 100% dos créditos

1.2.3.2. Serão considerados projetos similares, os projetos realizados para pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove a capacidade técnica operacional e a experiência em serviços de elaboração de projetos correlatos aos licitados, abrangendo as áreas de especialização correspondentes a Sistema Viário.

1.2.3.3. A SEINFRA/SIT poderá solicitar, de qualquer licitante esclarecimento adicional relativo a documentos constantes da Proposta Técnica, os quais deverão ser fornecidos no prazo improrrogável de 3 (três) dias úteis, sob pena de desconsideração dos dados neles contidos, quando da pontuação da Proposta Técnica.

1.2.3.4. Não serão considerados, para o cálculo de nota de avaliação da Proposta Técnica, outros elementos além dos especificados.

1.2.3.5. Para efeito desta avaliação, somente serão considerados os atestados emitidos em nome da empresa licitante.



GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA DO ESTADO
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

1.2.3.6. Para efeito de pontuação da Experiência da Empresa na especialidade de Projetos de Engenharia Rodoviária, foram atribuídos os seguintes critérios:

Elemento a ser avaliado	Pontuação Máxima
Experiência em projetos rodoviários Cada atestado valerá 2,00 pontos (máximo de 3)	6,00
Experiência geral em Obras D'Arte Correntes Cada atestado valerá 1,00 ponto (máximo de 2)	2,00
Experiência na elaboração de Projetos de Obras D'arte Especiais Cada atestado valerá 0,50 ponto (máximo de 4)	2,00
TOTAL DE PONTOS PARA A ESPECIALIDADE DE PROJETOS DE ENGENHARIA RODOVIÁRIA	10,00

1.3. CÁLCULO DA NOTA DA LICITANTE

1.3.1. NOTA DA PROPOSTA TÉCNICA

$$NT = \frac{(PT \times 2) + (ET \times 4) + (EE \times 4)}{10}$$

Onde:

NT = Nota Técnica da Proposta em Avaliação

PT = Nota atribuída ao Plano de Trabalho (Peso 2) = (CP + MT)

CP = Nota atribuída ao Conhecimento do Problema

MT = Nota atribuída à Metodologia

ET = Nota atribuída à experiência profissional da Equipe Técnica (Peso 4) = (EM + AT)

EM = Nota atribuída à Equipe Mínima

AT = Nota atribuída ao Acervo Técnico da Equipe

EE = Nota atribuída à experiência de serviços da empresa licitante (Peso 4)

Sendo a nota máxima admitida:

$$NT = \frac{[(CP + MT) \times 2] + [(EM + AT) \times 4] + (EE \times 4)}{10}$$

$$NT = \frac{\{[(4+6) \times 2] + [(3+7) \times 4] + [10 \times 4]\}}{\frac{10}{10} + \frac{40}{10} + \frac{40}{10}} = \frac{\{20 + 40 + 40\}}{10} = \frac{100}{10} = 10$$

1.3.1.1. As licitantes que obtiverem nota técnica final inferior a 70% ou notas parciais (PT, ET, EE) inferiores a 50%, serão desclassificadas.

1.4. NOTA DA PROPOSTA DE PREÇOS

Em atendimento ao Edital, serão utilizados os seguintes critérios para Julgamento da Proposta de Preço:

1.4.1. Preliminarmente ao julgamento das propostas de preços, a Comissão analisará cada proposta sob o aspecto do atendimento formal ao Edital, rejeitando aquelas que não cumprirem as exigências do mesmo.

1.4.2. O cálculo da Nota de Preço utilizará como referência o valor do "K".

1.4.3. Serão desclassificadas as propostas de preços cujos valores de "K" sejam maiores que 1,00 ou estejam incompatíveis com as características dos serviços e com o padrão técnico exigido para sua realização.

1.4.4. Será atribuída a nota máxima 10 (dez) à licitante que apresentar o menor "K", atribuindo-se notas inferiores, inversamente proporcionais à(s) que apresentar(em) preços globais superiores, de acordo com a fórmula seguinte:

$$NP = \frac{MK \times 10}{KP}$$

Onde:

NP = Nota da Proposta de Preço

MK = Menor "K" entre os "Kapas" apresentados pelas licitantes

KP = Valor do "K", apresentado por cada proposta.



GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA DO ESTADO
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

1.4.5. O resultado da pontuação deverá ser indicado com dois decimais.

1.4.6. Na realização da licitação multiplicador "K", nos termos previstos no Decreto Estadual nº 9.534 de 1º setembro de 2005, que incidirá linearmente sobre todos os preços unitários da planilha de referência, constante deste Edital, sendo o valor total de contrato, independente do fator "K" apresentado pela Empresa vencedora, estimado em R\$ 9.957.439,23 (nove milhões, novecentos e cinquenta e sete mil, quatrocentos e trinta e nove reais e vinte e três centavos).

1.5. NOTA FINAL

1.5.1. A Proposta Técnica e a Proposta de Preços terão os seguintes pesos no julgamento final:

NT = Nota Técnica = 60

NP = Nota de Preços = 40

1.5.2. A Nota Final será calculada de acordo com a fórmula constante no Edital de Licitação.

$$NF = \frac{(NT \times 60) + (NP \times 40)}{100}$$



**GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA DO ESTADO
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

**SEÇÃO E – CRITÉRIOS PARA PARTICIPAÇÃO
DE EMPRESAS EM CONSÓRCIO**

[NO CASO DE LICITAÇÕES EM QUE SE ADMITAM CONSÓRCIOS]

- 1.** Poderão participar pessoas jurídicas reunidas em consórcio constituído para esta licitação, desde que atendam às condições previstas no art. 105 da Lei estadual nº 9.433/05, aquelas estabelecidas neste instrumento convocatório e às seguintes regras:
 - 1.1** As empresas consorciadas deverão apresentar, além dos demais documentos exigidos neste instrumento convocatório e juntamente com os documentos de habilitação jurídica, compromisso de constituição de consórcio, por escritura pública ou documento particular registrado em Cartório de Registro de Títulos e Documentos, subscrito por todas e com firma reconhecida em cartório, no qual deverão constar, no mínimo, os seguintes elementos:
 - a) identificação completa de todas as empresas consorciadas (nome, razão social, CNPJ, endereço);
 - b) indicação da empresa líder, que será a responsável principal, perante a Administração Pública, pelos atos praticados pelo consórcio, sem prejuízo da responsabilidade solidária das empresas consorciadas;
 - c) prazo estipulado para a duração do consórcio, que não pode ser inferior ao prazo de conclusão do objeto licitado, até a sua aceitação definitiva, contado a partir da assinatura do contrato oriundo deste instrumento convocatório;
 - 1.2** Cada uma das empresas consorciadas deverá apresentar, de forma individualizada mas no mesmo envelope de habilitação, a documentação exigida neste instrumento convocatório para a habilitação jurídica, qualificação técnica, qualificação econômico-financeira, regularidade fiscal e trabalhista e a declaração quanto ao trabalho do menor;
 - 1.3** Para efeito de qualificação técnica, considerar-se-á o somatório dos quantitativos de cada consorciado;
 - 1.4** Para efeito de qualificação econômico-financeira, considerar-se-á o somatório dos valores do patrimônio líquido de cada consorciado, na proporção de sua respectiva participação no consórcio, para o fim de atingir o limite exigido neste instrumento convocatório;
 - 1.5** As empresas consorciadas não poderão participar desta licitação isoladamente, nem através de mais de um consórcio;
 - 1.6** As empresas consorciadas respondem solidariamente pelos atos praticados pelo consórcio, tanto na fase da licitação quanto na de execução do contrato;
 - 1.7** O consórcio vencedor fica obrigado a promover a constituição e o registro do consórcio, instituído exclusivamente para atender ao objeto deste instrumento convocatório, nos termos do compromisso referido no item 1.1 supra, ou constituir-se como empresa, logo após a adjudicação do objeto da licitação e como condição para a celebração do contrato, ficando esclarecido que o não cumprimento dessa obrigação acarretará as consequências previstas no art. 124, §4º e art. 192, inciso I da Lei estadual nº 9.433/05;
 - 1.8** As empresas consorciadas não poderão alterar a constituição ou a composição do consórcio durante o prazo de vigência do contrato;
 - 1.9** As empresas consorciadas deverão providenciar, antes da celebração do contrato, o arquivamento do instrumento de constituição do consórcio, decorrente desta licitação, no registro de comércio local da sua sede, e respectiva publicação da certidão de arquivamento ou registro no Cartório de Registro e Títulos e Documentos, conforme a natureza das empresas consorciadas;
 - 1.10** A empresa líder será responsável pela apresentação do credenciamento.



**GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA DO ESTADO
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

ANEXO I – DISPOSIÇÕES GERAIS

1. COMPOSIÇÃO DO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO

1.1 O instrumento convocatório é composto de: **SEÇÃO A – PREÂMBULO; SEÇÃO B – DISPOSIÇÕES ESPECÍFICAS; SEÇÃO C – MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS; SEÇÃO C-1 e SEÇÃO C-2, SEÇÃO D – CRITÉRIOS PARA AVALIAÇÃO DAS PROPOSTAS TÉCNICAS** (específica para as licitações do tipo técnica e preço), **SEÇÃO E - CRITÉRIOS PARA PARTICIPAÇÃO DE EMPRESAS EM CONSÓRCIO** (específica para as licitações que permitam o consórcio)e **ANEXOS**.

1.2 Na **SEÇÃO A – PREÂMBULO** estão prescritas, entre outras informações: a regência legal; o órgão/entidade e setor licitante; a modalidade licitatória e o respectivo número de ordem; o número do processo administrativo; o tipo de licitação; o objeto da licitação e a codificação concernente ao certificado de registro; os pressupostos para participação; a opção quanto à admissão ou vedação a consórcios; o local, data e horário para início da sessão pública; a dotação orçamentária; os requisitos de habilitação; o regime de execução ou forma de fornecimento; o prazo do contrato; a indicação quanto à exigência de garantia do contrato; as condições de reajustamento e revisão; o local, horário e responsável por esclarecimentos e o índice dos apêndices.

1.3 As especificações, quantitativos, condições e características do objeto a ser licitado, bem como o orçamento estimado em planilhas, compõem a **SEÇÃO B – DISPOSIÇÕES ESPECÍFICAS**, além das obrigações contratuais específicas e as regras sobre garantia do contrato, subcontratação e apresentação de amostras ou demonstração de compatibilidade, quando for o caso.

1.4 A **SEÇÃO C – MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS** compõe-se da **SEÇÃO C-1 (MODELO DE DESCRIÇÃO DA PROPOSTA DE PREÇOS E DECLARAÇÃO DE ELABORAÇÃO INDEPENDENTE DE PROPOSTA)** e da **SEÇÃO C-2 (DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO -LEI COMPLEMENTAR nº 123/06)**, indicando os itens principais que devem constar nos formulários a serem observados pelo licitante para a apresentação de sua proposta.

1.5 A **SEÇÃO D – CRITÉRIOS PARA AVALIAÇÃO DAS PROPOSTAS TÉCNICAS**.

1.6 A **SEÇÃO E - CRITÉRIOS PARA PARTICIPAÇÃO DE EMPRESAS EM CONSÓRCIO**.

1.7 Este **ANEXO I** contempla as cláusulas pertinentes ao *iter* procedimental das licitações, segundo a modalidade licitatória assinalada na **SEÇÃO A – PREÂMBULO**.

2. IMPEDIMENTOS DA PARTICIPAÇÃO

2.1 Não serão admitidas nesta licitação empresas que estejam suspensas do direito de licitar ou contratar com a Administração Pública, ou as declaradas inidôneas, na forma dos incisos II e III do art. 186 da Lei estadual nº 9.433/05.

2.2 Em consonância com o art. 200 da Lei estadual nº 9.433/05, fica impedida de participar de licitações e de contratar com a Administração Pública a pessoa jurídica constituída por membros de sociedade que, em data anterior à sua criação, haja sofrido penalidade de suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração ou tenha sido declarada inidônea para licitar e contratar e que tenha objeto similar ao da empresa punida.

2.3 É vedado ao agente político e ao servidor público de qualquer categoria, natureza ou condição, celebrar contratos com a administração direta ou indireta, por si ou como representante de terceiro, sob pena de nulidade, ressalvadas as exceções legais, conforme o art. 125 da Lei estadual nº 9.433/05.

2.4 É defeso ao servidor público transacionar com o Estado quando participar de gerência ou administração de empresa privada, de sociedade civil ou exercer comércio, na forma do inc. XI do art. 176 da Lei estadual nº 6.677/94.

2.5 Consoante o art. 18 da Lei estadual nº 9.433/05, não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação, da execução dos serviços e do fornecimento de bens a eles necessários os demais agentes públicos, assim definidos no art. 207 do mesmo diploma, impedidos de contratar com a Administração Pública por vedação constitucional ou legal.

2.6 Não poderá participar da licitação: a) pessoa física ou jurídica que tenha sido indicada, nesta mesma licitação, como representante ou integrante do corpo técnico de outra licitante; b) pessoa física ou jurídica que tenha sido indicada, nesta mesma licitação, como subcontratada de outra licitante, quando admitida a subcontratação.

3. REPRESENTAÇÃO LEGAL DO PROPONENTE

3.1. CLÁUSULAS APLICÁVEIS À CONCORRÊNCIA E TOMADA DE PREÇOS

3.1.1 Reputa-se credenciada a pessoa física regularmente designada para representar a licitante no processo licitatório.

3.1.2 O credenciamento de sócios far-se-á através da apresentação do ato constitutivo, estatuto ou contrato social, e no caso das sociedades por ações, acompanhado do documento de eleição e posse dos administradores.

3.1.3 O credenciamento de mandatários far-se-á mediante a apresentação de procuração por instrumento público ou particular que contenha, preferencialmente, o conteúdo constante do modelo do **ANEXO II**, devendo ser exibida, no caso de procuração particular, a prova da legitimidade de quem outorgou os poderes.

3.1.4 Cada licitante poderá credenciar apenas um representante, ficando este adstrito a apenas uma representação.

3.1.5 Os documentos referidos nos itens anteriores poderão ser apresentados em original ou cópia autenticada.

4. QUANTO À FORMA DAS PROPOSTAS E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

4.1. CLÁUSULAS APLICÁVEIS À CONCORRÊNCIA, TOMADA DE PREÇOS E CONVITE, DO TIPO TÉCNICA E PREÇO

4.1.1 Os documentos da proposta técnica, de preços e da habilitação deverão estar dispostos ordenadamente, contidos em 03 (três) envelopes distintos, lacrados, indevassados, os quais deverão estar rubricados pelo representante legal da empresa, ou por seu mandatário, devendo ser identificados no anverso a razão social da empresa, o órgão/entidade e setor licitante, a



GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA DO ESTADO
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

modalidade licitatória e o número de ordem, o processo administrativo, o tipo de licitação, o objeto da licitação, além da expressão, conforme o caso: **Envelope A – Proposta Técnica 02 (duas) vias, Envelope B - Proposta de Preços 01 (uma) via, Envelope C – Documentos de Habilitação 01 (uma) via.**

4.1.1.1. Não serão consideradas documentações remetidas por via postal.

4.2.2 As propostas técnica e de preços deverão estar em original, datilografadas ou digitadas apenas no anverso, sem emendas, rasuras, ressalvas ou entrelinhas, rubricada em todas as folhas, datada e assinada pelo representante legal da licitante, ou por seu mandatário, sendo necessária, nesta última hipótese, a juntada da procuração que contemple expressamente este poder.

4.2.2.1 A Licitante deverá elaborar sua Propostas de Preços, **obrigatoriamente na formatação do modelo da SEÇÃO C, C-1, respectivamente Modelo da Proposta de Preços e Modelo de Descrição da Proposta de Preços e Declaração de Elaboração Independente de Proposta.**

4.2.3 Os documentos relativos à habilitação deverão ser apresentados em original ou cópia autenticada.

4.2.3.1 No caso de autenticação de documentos pela Comissão de Licitação, as Licitantes deverão apresentar os documentos para o citado fim até 2 (dois) dias antes da data para a realização da licitação, no mesmo local e horário, definidos na **SEÇÃO A – PREÂMBULO** do Instrumento Convocatório.

4.2.4 As certidões extraídas pela *internet* somente terão validade se confirmada sua autenticidade.

4.2.5 A Comissão poderá, no entanto, e a qualquer tempo, exigir dos licitantes a apresentação dos documentos em original, quando couber.

5. QUANTO AO CONTEÚDO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO E DAS PROPOSTAS TÉCNICAS E DE PREÇOS

5.1 Para a habilitação dos interessados na licitação exigir-se-ão, exclusivamente, os documentos mencionados na **SEÇÃO A - PREÂMBULO**.

5.2 O proponente deverá elaborar a sua proposta técnica e de preços de acordo com as exigências constantes da **SEÇÃO B – DISPOSIÇÕES ESPECÍFICAS**, e em consonância com o modelo da **SEÇÃO C-1**, devendo ser indicado um multiplicador único "K", menor ou igual a "1,00", limitado a duas casas decimais, que determinará o preço proposto para a execução total do objeto licitado, bem como para cada item que o compõe. O Referido multiplicador incidirá linearmente sobre todos os preços unitários constantes da planilha orçamentária constante deste instrumento, ficando esclarecido que não serão admitidas propostas alternativas.

5.3 Ocorrendo divergência entre o preço por item em algarismo e o expresso por extenso, será levado em conta este último.

5.4 A proposta de preços apresentada deverá incluir todas e quaisquer despesas necessárias para o fiel cumprimento do objeto desta licitação, inclusive todos os custos com material de consumo, salários, encargos sociais, previdenciários e trabalhistas de todo o pessoal da contratada, como também fardamento, transporte de qualquer natureza, materiais empregados, inclusive ferramentas, utensílios e equipamentos utilizados, depreciação, aluguéis, administração, impostos, taxas, emolumentos e quaisquer outros custos que, direta ou indiretamente, se relacionem com o fiel cumprimento pela contratada das obrigações, bem como fornecer todos os equipamentos de proteção individuais – EPI's necessários.

5.5 A proposta de preços, ainda que não consigne expressamente, terá prazo de validade de 90 (noventa) dias, a contar da data fixada na **SEÇÃO A –PREÂMBULO** para início da sessão pública, facultado, porém, aos proponentes estender tal validade por prazo superior.

5.6 Não será permitida previsão de sinal, ou qualquer outra forma de antecipação de pagamento na formulação das propostas, devendo ser desclassificada, de imediato, a proponente que assim o fizer.

5.7 Não será considerada qualquer oferta de vantagem não prevista neste instrumento, nem propostas com preço global ou unitário simbólico, irrisório ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos.

5.8 A formulação da proposta implica para o proponente a observância dos preceitos legais e regulamentares em vigor, tornando-o responsável pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados.

5.9 As microempresas e empresas de pequeno porte, beneficiárias do tratamento diferenciado e favorecido previsto na Lei Complementar nº 123/06, deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, devendo assinalar sua situação no campo correspondente no **Anexo V**.

5.9.1 Os licitantes interessados na concessão de tratamento diferenciado assegurado pela Lei Complementar nº 123/2006 deverão estar previamente cadastrados no sistema do Banco do Brasil como microempresas ou empresas de pequeno porte.

5.10 Na hipótese do tipo técnica e preço, o proponente deverá elaborar a sua proposta técnica de acordo com as exigências constantes da **SEÇÃO B - DISPOSIÇÕES ESPECÍFICAS E SEÇÃO D – CRITÉRIOS PARA AVALIAÇÃO DAS PROPOSTAS TÉCNICAS E SEUS ANEXOS**.

6. PROCEDIMENTO DA LICITAÇÃO

6.1 CLÁUSULAS APLICÁVEIS À CONCORRÊNCIA E TOMADA DE PREÇOS

6.1.1 FASE INICIAL

6.1.1.1 A sessão pública de recebimento e a abertura dos envelopes terá início no dia, hora e local designados na **SEÇÃO A - PREÂMBULO**, podendo realizar tantas sessões quantas forem necessárias ao completo exame dos documentos e propostas, levando em conta seu volume e dando ciência a todos os licitantes das que designar.



GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA DO ESTADO
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

6.1.1.2 A abertura dos envelopes contendo a documentação das propostas técnicas, propostas de preços e documentos de habilitação será realizada sempre em ato público previamente designado, do qual se lavrará ata circunstanciada, assinada pelos licitantes presentes e pela Comissão (art. 78, § 3º da Lei estadual nº 9.433/05).

6.1.1.3 O representante da licitante efetuará o seu credenciamento, comprovando que possui os necessários poderes para a prática dos atos inerentes ao certame.

6.1.1.3.1 Reputa-se credenciada a pessoa física regularmente designada para representar o licitante no processo licitatório.

6.1.1.3.2 O credenciamento de sócios far-se-á através da apresentação do ato constitutivo, estatuto ou contrato social, e no caso das sociedades por ações, acompanhado do documento de eleição e posse dos administradores.

6.1.1.3.3 O credenciamento de mandatários far-se-á mediante a apresentação de procuração por instrumento público ou particular que contenha, preferencialmente, o conteúdo constante do modelo do **ANEXO II**, devendo ser exibida, no caso de procuração particular, a prova da legitimidade de quem outorgou os poderes.

6.1.1.3.4 Cada licitante poderá credenciar apenas um representante, e cada representante somente poderá representar uma única licitante.

6.1.1.3.5 Os documentos referidos nos itens anteriores poderão ser apresentados em original, cópia autenticada ou cópia simples acompanhada do original, para que possam ser autenticados.

6.1.1.4 Concluída a fase de credenciamento, os licitantes entregarão o **Envelope A – Propostas Técnicas, Envelope B – Propostas de Preços e Envelope C – Documentos de Habilitação**, além da Declaração de Enquadramento (Seção C-2), após o que não mais será admitida a entrega de envelopes.

6.1.1.5 Todos os documentos e propostas serão rubricados pelos licitantes presentes e pela Comissão.

6.1.1.6 A abertura dos envelopes relativos aos documentos das propostas técnicas, de preços e documentos de habilitação será realizada sempre em ato público, previamente designado, do qual se lavrará ata circunstanciada assinada pelos licitantes e pela comissão ou servidor responsável.

6.1.2 ABERTURA DOS ENVELOPES

6.1.2.1 ABERTURA DOS ENVELOPES A – PROPOSTA TÉCNICA

6.1.2.1.1 O presidente da comissão fará, primeiramente, a abertura dos **Envelopes A – PROPOSTA TÉCNICA**, e verificará a conformidade e compatibilidade de cada proposta com os requisitos e especificações do instrumento convocatório, julgando, classificando e ordenando as propostas.

6.1.2.1.1.1 Iniciada a abertura dos envelopes "A" (PROPOSTA TÉCNICA), não serão recebidas propostas de empresas retardatárias e, em nenhuma hipótese, será concedido prazo para apresentação e complementação de documentos exigidos neste Edital, nem admitida qualquer retificação ou modificação das condições ofertadas;

6.1.2.1.1.2 Após a entrega das propostas, não mais cabe desistência do licitante, salvo por motivo justo, decorrente de fato superveniente, devidamente comprovado e aceito pela comissão;

6.1.2.1.1.3 Sempre que houver interrupção da sessão, os licitantes deverão ser notificados do dia e hora em que a sessão terá continuidade;

6.1.2.1.1.4 A notificação do dia e hora em que a sessão terá continuidade deverá ser realizada mediante publicação na imprensa oficial, salvo se presentes todos os prepostos dos licitantes no ato em que foi adotada a decisão, caso em que poderá ser feita por comunicação direta aos interessados, lavrada em ata;

6.1.2.1.1.5 Serão desclassificadas as propostas que não contiverem informação que permita a perfeita identificação e/ou qualificação do objeto proposto; contiverem emenda, rasura ou entrelinha, de forma a não permitir a sua compreensão; apresentarem o prazo de validade da proposta inferior ao estabelecido; apresentarem prazo de entrega ou de execução superior ao estabelecido; apresentarem prazo de garantia inferior ao estabelecido;

6.1.2.1.1.6 Serão desclassificadas as propostas que contenham oferta de vantagens não previstas, que apresentem alternativas de projetos, devendo os licitantes se limitarem nas suas propostas, a única especificação dos serviços proposto no Edital, não assistindo ao licitante direito a qualquer indenização;

6.1.2.1.2 A Proposta Técnica deverá ser formulada de acordo com o especificado na **SEÇÃO B - DISPOSIÇÕES ESPECÍFICAS E SEÇÃO D – CRITÉRIOS PARA AVALIAÇÃO DAS PROPOSTAS TÉCNICAS e seus anexos**, atendendo, dentre outros, aos seguintes requisitos:

6.1.2.1.2.1 Plano de Trabalho;

6.1.2.1.2.2 Equipe Técnica;

6.1.2.1.2.2 Experiência do Licitante;

6.1.2.1.3 A Comissão verificará a conformidade e compatibilidade de cada proposta com os requisitos e especificações do instrumento convocatório.

6.1.2.1.3.1 A avaliação das propostas técnicas será efetuada por uma equipe técnica especialmente constituída para este fim, composta por, no mínimo, três técnicos de reconhecida competência na área, a qual, de acordo com os critérios de avaliação constantes da **SEÇÃO D – CRITÉRIOS PARA AVALIAÇÃO DAS PROPOSTAS TÉCNICAS**, apurará o *índice técnico* de cada licitante e elaborará relatório sucinto e fundamentado do seu trabalho, devidamente assinado por todos os seus integrantes, justificando as notas atribuídas.

6.1.2.1.3.2 Não sendo possível a realização do julgamento das propostas técnicas na mesma sessão, a Comissão Técnica deverá fazê-lo no prazo de 10 (dez) dias úteis, podendo ser prorrogado de acordo com a complexidade do objeto licitado, procedendo à publicação do resultado no D.O.E.

6.1.2.1.4 A Comissão franqueará a palavra para que os licitantes registrem em ata os protestos que entenderem cabíveis, podendo ser apreciados e decididos de imediato, salvo quando envolverem aspectos que exijam análise mais apurada.



GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA DO ESTADO
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

6.1.2.1.5 Procedido ao julgamento das propostas técnicas e desde que haja declaração expressa de renúncia a recurso, consignada em ata, ou a apresentação do termo de renúncia por todos os licitantes, a Comissão devolverá os envelopes fechados, contendo as propostas de preços e respectiva documentação de habilitação, **aos concorrentes desclassificados**, e procederá à abertura dos **Envelopes B – Proposta de Preços**.

6.1.2.1.6 Se não houver a renúncia expressa a interposição de recurso por todos os licitantes, permanecerão fechados os **Envelopes B – Propostas de Preços, e Envelopes C – Documentos de Habilitação**, sendo devidamente rubricados pelos presentes, recolhidos e guardados em poder da Comissão, que providenciará a intimação dos licitantes ausentes e aguardará o decurso do prazo recursal.

6.1.2.1.7 Concluída a fase de julgamento das propostas, com a decisão acerca dos recursos eventualmente interpostos, e havendo propostas classificadas, será designada data para continuidade da sessão, mediante publicação na imprensa oficial.

6.1.2.1.8 Nos termos do § 3º do art. 97 da Lei estadual nº 9.433/05, se todas as propostas forem desclassificadas, poderá a Administração fixar um prazo de 08 (oito) dias úteis aos licitantes para apresentação de nova proposta, após sanadas as causas que motivaram a desclassificação.

6.1.2.1.9 A classificação dos proponentes será efetuada pela ordem decrescente das médias ponderadas das pontuações alcançadas nas propostas técnicas e de preços, de acordo com os pesos expressamente estabelecidos na **SEÇÃO D – CRITÉRIOS PARA AVALIAÇÃO DAS PROPOSTAS TÉCNICAS**.

6.1.2.2 ABERTURA DOS ENVELOPES B – PROPOSTA DE PREÇOS

6.1.2.2.1 O presidente da comissão fará, a abertura dos **Envelopes B – PROPOSTA DE PREÇOS**, e verificará a conformidade e compatibilidade de cada proposta com os requisitos e especificações do instrumento convocatório, julgando, classificando e ordenando as propostas.

6.1.2.2.1.1 Sempre que houver interrupção da sessão, os licitantes deverão ser notificados do dia e hora em que a sessão terá continuidade;

6.1.2.2.1.2 A notificação do dia e hora em que a sessão terá continuidade deverá ser realizada mediante publicação na imprensa oficial, salvo se presentes todos os prepostos dos licitantes no ato em que foi adotada a decisão, caso em que poderá ser feita por comunicação direta aos interessados, lavrada em ata;

6.1.2.2.1.3 Serão desclassificadas as propostas que não contiverem informação que permita a perfeita identificação e/ou qualificação do objeto proposto; contiverem emenda, rasura ou entrelinha, de forma a não permitir a sua compreensão; apresentarem o prazo de validade da proposta inferior ao estabelecido; apresentarem prazo de entrega ou de execução superior ao estabelecido; apresentarem prazo de garantia inferior ao estabelecido;

6.1.2.2.1.4 Serão desclassificadas as propostas que contenham oferta de vantagens não previstas ou oferecimento de redução sobre a proposta de menor preço, não assistindo ao licitante direito a qualquer indenização;

6.1.2.2.1.5 Serão desclassificadas as propostas que apresentem alternativas de projetos e de preço, devendo os Licitantes se limitarem nas suas propostas, a única especificação dos serviços proposta no Edital;

6.1.2.2.1.6 Serão desclassificadas as propostas com preços simbólicos, irrisórios ou de valor zero, nos termos previstos no § 3º do art. 91 da Lei estadual nº 9.433/05, ou consideradas inexecutíveis, na forma prevista no §1º do art. 97 da retro citada Lei;

6.1.2.2.1.7 Serão também desclassificadas as propostas que consignem preços manifestamente inexecutíveis, assim considerados aqueles que não venham a ter demonstrada sua viabilidade através de documentação que comprove que os custos dos insumos são coerentes com os de mercado e que os coeficientes de produtividade são compatíveis com a execução do objeto do contrato, reputando-se para efeito deste certame as propostas cujos valores sejam inferiores a 70% (setenta por cento) do menor dos seguintes valores: média aritmética dos valores das propostas superiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração; ou do valor orçado pela Administração.

6.1.2.2.1.8 Dos licitantes classificados na forma do §1º do art. 97 da Lei estadual 9.433/05, cujo valor global da proposta for inferior a 80% (oitenta por cento) do menor valor a que se referem os incisos I e II, do mencionado dispositivo será exigida, para a assinatura do contrato, prestação de garantia adicional, dentre as modalidades previstas no art. 136, § 1º desta Lei, igual à diferença entre o valor resultante do parágrafo §1º do art. 97 da Lei estadual 9.433/05 e o valor da correspondente proposta.

6.1.2.2.2 Será adjudicado o objeto da licitação à empresa com a melhor proposta técnica, associado ao menor multiplicador único “k”, em conformidade com o tipo de licitação definido no **item V, SEÇÃO A - PREÂMBULO**, desde que atenda a todos os requisitos exigidos para o pleno atendimento às condições deste Instrumento.

6.1.2.2.3 Em caso de empate, real ou ficto, será assegurada, nos termos dos arts. 44 e 45 da Lei complementar nº 123/06, a preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte beneficiárias do regime diferenciado e favorecido, nos termos que se seguem:

6.1.2.2.3.1 Entendem-se por *empate ficto* as situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam até 10% (dez por cento) superiores à proposta mais bem classificada, e *empate real* as que sejam iguais.

6.1.2.2.3.2 Em qualquer das hipóteses de empate, a microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela de menor valor, exequível, considerada vencedora do certame, situação em que será adjudicado em seu favor o objeto licitado.

6.1.2.2.3.3 Se a microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada não exercer o direito, ou se sua oferta não for aceita, ou se for inabilitada, será concedido idêntico direito à microempresa ou empresa de pequeno porte subsequente em situação de empate, se houver, na ordem classificatória, até a apuração de uma proposta que atenda às condições estabelecidas neste edital.



GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA DO ESTADO
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

6.1.2.2.3.4 No caso de as microempresas e empresas de pequeno porte apresentarem preços iguais, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

6.1.2.2.3.5 O disposto neste item 6.1.2.1.2 somente se aplica quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte.

6.1.2.2.4 Ocorrendo empate de propostas formuladas por licitantes que não detenham a condição de microempresa ou de empresa de pequeno porte, será observado o disposto na Lei estadual nº 9.433/05, procedendo-se, sucessivamente, a sorteio em ato público, para o qual os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro critério.

6.1.2.2.5 Sempre que houver sorteio deverá ser lavrada ata específica.

6.1.2.2.6 Em havendo a efetiva, e previamente justificada, necessidade de apresentação de demonstração de compatibilidade ou amostras, o presidente da comissão fixará prazo para sua realização, para o que deverão ser notificados todos os licitantes, ficando esclarecido que a desconformidade e incompatibilidade da amostra com os requisitos e especificações do instrumento convocatório implicará na desclassificação da proposta e que a não apresentação será reputada desistência, com as consequências estabelecidas em lei.

6.1.2.2.7 A Comissão franqueará a palavra para que os licitantes registrem em ata os protestos que entenderem cabíveis, podendo ser apreciados e decididos de imediato, salvo quando envolverem aspectos que exijam análise mais apurada.

6.1.2.2.8 Procedido ao julgamento das propostas e desde que haja declaração expressa de renúncia a recurso, consignada em ata, ou a apresentação do termo de renúncia por todos os licitantes, a Comissão devolverá os envelopes fechados, contendo a respectiva documentação, aos **concorrentes desclassificados**, e procederá à abertura dos **ENVELOPES C – HABILITAÇÃO das empresas classificadas**.

6.1.2.2.9 Se não houver a renúncia expressa a interposição de recurso por todos os licitantes, permanecerão fechados os **Envelopes C – Documentos de Habilitação**, sendo devidamente rubricados pelos presentes, recolhidos e guardados em poder da Comissão, que providenciará a intimação dos licitantes ausentes e aguardará o decurso do prazo recursal.

6.1.2.2.10 Concluída a fase de julgamento das propostas, com a decisão acerca dos recursos eventualmente interpostos, e havendo propostas classificadas, será designada data para continuidade da sessão, mediante publicação na imprensa oficial.

6.1.2.2.11 Nos termos do § 3º do art. 97 da Lei estadual nº 9.433/05, se todas as propostas forem desclassificadas, poderá a Administração fixar um prazo de 08 (oito) dias úteis aos licitantes para apresentação de nova proposta, após sanadas as causas que motivaram a desclassificação.

6.1.2.2.12 Antes de expirar o período de validade original da Proposta, a SEINFRA/SIT poderá solicitar que o licitante estenda este período de vigência por um prazo adicional.

6.1.2.3 ABERTURA DOS ENVELOPES C – DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

6.1.2.3.1 A Comissão de Licitação conferirá e examinará os documentos de habilitação bem como a autenticidade dos mesmos. Caso o procedimento se processe mediante a utilização do Sistema Integrado de Material, Patrimônio e Serviços – SIMPAS, a Comissão de Licitação emitirá, de logo, extrato do licitante possuidor do Certificado de Registro e conferirá a regularidade da documentação exigida neste instrumento.

6.1.2.3.2 A empresa que deixar de apresentar a documentação de Habilitação válida será inabilitada.

6.1.2.3.3 A existência de restrição na comprovação da **regularidade fiscal** das microempresas e empresas de pequeno porte, beneficiárias do regime diferenciado e favorecido da Lei Complementar nº 123/06, não implica a inabilitação automática da licitante, em face do disposto no art. 42 deste diploma, devendo ser realizada a **habilitação com ressalva de existência de restrição fiscal** e diferindo-se a comprovação da regularidade na forma deste edital.

6.1.2.3.4 A Comissão deliberará sobre a **habilitação dos três primeiros classificados**, franqueando a palavra uma vez mais aos participantes para que registrem em ata os protestos que entenderem cabíveis, podendo ser apreciados e decididos de imediato, salvo quando envolverem aspectos que exijam análise mais apurada.

6.1.2.3.5 Procedido ao julgamento da habilitação, e desde que haja declaração expressa de renúncia a recurso, consignada em ata, ou a apresentação do termo de renúncia de todos os licitantes, a Comissão dará sequência ao procedimento.

6.1.2.3.6 Se não houver a renúncia expressa a interposição de recurso por todos os licitantes, permanecerão fechados os **ENVELOPES B – HABILITAÇÃO** das demais empresas, guardados em poder da Comissão, que providenciará a intimação dos licitantes ausentes e aguardará o decurso do prazo recursal.

6.1.2.3.7 Julgados os recursos eventualmente interpostos, a Comissão procederá à convocação de tantos licitantes classificados quantos forem os inabilitados no julgamento, a fim de completar o número de 3 (três) propostas válidas, **observado o disposto no item 6.1.2.2.5**, se for o caso.

6.1.2.3.8 Nos termos do § 3º do art. 97 da Lei estadual nº 9.433/05, se todos os licitantes classificados forem inabilitados, poderá a Administração fixar um prazo de 08 (oito) dias úteis aos licitantes inabilitados para apresentação de nova documentação, após sanadas as causas que motivaram a inabilitação.

6.1.3 CRITÉRIO DE JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

6.1.3.1 Será adjudicado o objeto da licitação à empresa cuja proposta tenha a maior nota final, em conformidade com o tipo de licitação definido na **SEÇÃO A - PREÂMBULO**, desde que atenda a todos os requisitos exigidos para o pleno atendimento às condições deste Instrumento.

6.1.4 DOS RECURSOS

6.1.4.1 Dos atos de julgamento das propostas ou dos documentos de habilitação caberá recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da intimação do ato ou da lavratura da ata, observadas as seguintes normas:



**GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA DO ESTADO
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

6.1.4.1.1 A intimação dos atos referidos será feita mediante publicação na imprensa oficial, salvo se presentes os prepostos dos licitantes no ato em que foi adotada a decisão, quando poderá ser feita por comunicação direta aos interessados e lavrada em ata.

6.1.4.1.2 As razões de do recurso deverão ser apresentadas, preferencialmente, mediante a utilização do formulário constante do **Anexo IX**.

6.1.4.1.3 Após, interposto o recurso, que terá efeito suspensivo, será comunicado aos demais licitantes, que poderão impugná-lo no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

6.1.4.1.4 O recurso será dirigido à autoridade superior, por intermédio da que praticou o ato recorrido, a qual poderá reconsiderar sua decisão, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, fazê-lo subir, devidamente informado.

6.1.4.1.5 O prazo de recurso não se inicia ou corre sem que os autos do processo estejam com vista franqueada ao interessado.

6.1.4.1.6 Em se tratando de licitações efetuadas na modalidade convite, os prazos para interposição de recurso e de contra-razões serão de 02 (dois) dias úteis.

6.1.4.1.7 No prazo de 05 (cinco) dias úteis, a autoridade competente, sob pena de responsabilidade, decidirá sobre os recursos, ouvido o órgão legal de representação jurídica da unidade.

6.1.5 DA REGULARIZAÇÃO FISCAL (LEI COMPLEMENTAR Nº 123/06 e suas Alterações)

6.1.5.1 Sagrando-se vencedora do certame microempresa ou empresa de pequeno porte, beneficiária do regime diferenciado da Lei Complementar nº 123/06, cuja habilitação foi procedida **com a ressalva de existência de restrição fiscal**, deverá ser feita prova da efetiva regularização da documentação no prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá à data em que declarada vencedora, prorrogável, por igual período, a critério da Administração Pública.

6.1.5.2 Não restando comprovada a satisfação da regularidade fiscal, é facultado à Administração, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas na legislação pertinente, examinar e verificar a aceitabilidade das propostas subseqüentes, na ordem de classificação.

7. ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

7.1 CLÁUSULAS APLICÁVEIS À CONCORRÊNCIA E TOMADA DE PREÇOS

7.1.1 Após classificadas as propostas e concluída a fase de habilitação, a autoridade superior competente examinará as vantagens da proposta vencedora, em relação aos objetivos de interesse público colimados pela licitação, homologará o procedimento licitatório e adjudicará o objeto contratual ao licitante vencedor, em despacho circunstanciado.

7.1.2 Quando à licitação acudir apenas um interessado, poderá ser homologada a licitação e com este celebrado o contrato, desde que esteja comprovado nos autos que o preço proposto é compatível com o de mercado e sejam satisfeitas todas as exigências legais e regulamentares, bem como as especificações do ato convocatório.

7.1.3 Após a homologação e adjudicação do objeto, na hipótese de ter sido exigida, na SEÇÃO A - PREÂMBULO do instrumento convocatório, como requisito de habilitação técnica, a indicação das instalações e do aparelhamento, e tendo o adjudicatário apresentado declaração formal de disponibilidade futura, deverá fazer prova, no prazo que lhe for assinalado, da efetiva existência destes, ficando esclarecido que a declaração falsa caracteriza o ilícito administrativo previsto no art. 184, V, da Lei estadual nº 9.433/05.

7.1.4 Não restando comprovada a satisfação dos requisitos de habilitação deferidos, é facultado à Administração, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas na legislação pertinente, examinar e verificar a aceitabilidade das propostas subseqüentes, na ordem de classificação.

7.1.5 A homologação e a adjudicação do objeto desta licitação não implicará direito à contratação.

8. CONTRATAÇÃO

8.1 O adjudicatário será convocado a assinar o termo de contrato, ou instrumento equivalente, se for o caso, no prazo de até 10 (dez) dias corridos, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no inciso I do art. 192 da Lei estadual 9.433/05, podendo solicitar sua prorrogação uma vez durante o seu transcurso, por igual período, por motivo justo e aceito pela Administração.

8.1.1 É facultado à Administração, quando o convocado não assinar o termo de contrato ou não aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo e condições estabelecidos, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado, inclusive quanto aos preços atualizados de conformidade com o ato convocatório, ou revogar a licitação independentemente da cominação prevista na Lei estadual nº 9.433/05.

8.2 As microempresas e empresas de pequeno porte, beneficiárias do regime diferenciado da Lei Complementar nº 123/06, cuja habilitação foi procedida **com a ressalva de existência de restrição fiscal**, deverão fazer prova da efetiva regularização da documentação **no prazo de 5(cinco) dias úteis**, cujo termo inicial corresponderá à data em que declarada vencedora, prorrogável, por igual período, a critério da Administração Pública.

8.3 A não-regularização da documentação no prazo previsto implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei Estadual nº 9.433/2005, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, assegurando-se às microempresas e empresas de pequeno porte em situação de empate o exercício do direito de preferência.

8.4 Na hipótese da não-contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.



GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA DO ESTADO
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

8.5 Como condição para celebração do contrato, o licitante vencedor deverá manter todas as condições de habilitação.

8.6 Se a licitante vencedora, convocada dentro do prazo de validade de sua proposta, não celebrar o contrato, é facultado à Administração, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas na legislação pertinente, examinar e verificar a aceitabilidade das propostas subsequentes, na ordem de classificação, bem como o atendimento, pela licitante, das condições de habilitação, procedendo à contratação.

8.6.1 Nas modalidades concorrência, tomada de preços e convite, a aceitação da proposta subsequente pressupõe a concordância, pela licitante remanescente, em celebrar o contrato em igual prazo e nas mesmas condições oferecidas pelo primeiro classificado, inclusive quanto aos preços atualizados de conformidade com o ato convocatório, na forma do art. 64 § 2º da Lei nº 8.666/93.

8.7 A assinatura do contrato deverá ser realizada pelo representante legal da empresa ou mandatário com poderes expressos.

8.8 A contratada ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões que se fizerem no objeto, de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, na forma do §1º do art. 143 da Lei estadual nº 9.433/05.

8.9 As supressões poderão ser superiores a 25%, desde que haja resultado de acordo entre os contratantes.

8.10 A variação do valor contratual para fazer face ao reajuste de preços previsto no próprio contrato, quando for o caso, as atualizações, compensações ou apenações financeiras decorrentes das condições de pagamento nele previstas, bem como o empenho de dotações orçamentárias suplementares até o limite do seu valor corrigido, não caracterizam alteração do mesmo, podendo ser registrados por simples apostila, dispensando a celebração de aditamento.

9. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

9.1 Em consonância com o art. 6º, § 5º; art. 8º, XXXIV; art. 79, XI, "a"; art. 154, V e art. 155, V da Lei estadual nº 9.433/05, os pagamentos devidos à contratada serão efetuados através de ordem bancária ou crédito em conta corrente, no prazo não superior a 08(oito) dias, contados da data de verificação do adimplemento de cada parcela, após a devida aprovação da Nota Fiscal/Fatura, correspondente ao Boletim de Medição, devidamente validado pela fiscalização.

9.2 As situações previstas na legislação específica sujeitar-se-ão à emissão de nota fiscal eletrônica.

9.3 Em havendo alguma pendência impeditiva do pagamento, a exemplo de erro na apresentação da nota fiscal/fatura ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como obrigações financeiras pendentes, decorrentes de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para o CONTRATANTE.

9.4 A atualização monetária dos pagamentos devidos pela Administração, em caso de mora, será calculada considerando a data do vencimento da obrigação e do seu efetivo pagamento, de acordo com a variação do IGP-M da FGV, *pro rata tempore*.

9.5 O pagamento do valor contratado será efetuado em parcelas mensais em prazo não superior a 08 (oito) dias, contados a partir da devida APROVAÇÃO da Nota Fiscal/Fatura, correspondente ao Boletim de Medição, devidamente validado pela fiscalização.

10. MANUTENÇÃO DAS CONDIÇÕES DA PROPOSTA – REAJUSTAMENTO E REVISÃO

10.1 Visando à manutenção das condições da proposta durante o curso da execução do contrato os preços poderão ser corrigidos conforme descrito na **SEÇÃO A – XVI**.

11. FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO E RECEBIMENTO DO OBJETO

11.1 Competirá ao CONTRATANTE proceder ao acompanhamento da execução do contrato, na forma do art. 154 e ss da Lei estadual 9.433/2005, em consonância com as especificações técnicas, parte integrante do Edital de Licitação que estabelece os requisitos, condições e diretrizes técnicas e administrativas para a sua execução, ficando esclarecido que a ação ou omissão, total ou parcial, da fiscalização do CONTRATANTE não eximirá a CONTRATADA de total responsabilidade na execução do contrato.

11.2 O adimplemento da obrigação contratual por parte da CONTRATADA ocorre com a efetiva prestação do serviço, a entrega do bem, assim como qualquer outro evento contratual cuja ocorrência esteja vinculada à emissão de documento de cobrança, consoante o art. 8ª, inc. XXXIV, da Lei estadual 9.433/05.

11.3 O recebimento do objeto se dará segundo o disposto no art. 161 da Lei estadual 9.433/05, observando-se o seguinte:

11.3.1 Se a verificação da conformidade do objeto com a especificação, bem assim do cumprimento das obrigações acessórias puder ser realizada de imediato, será procedido de logo ao recebimento definitivo;

11.3.2 Quando, em razão da natureza, do volume, da extensão, da quantidade ou da complexidade do objeto, não for possível proceder-se a verificação imediata de conformidade, será feito o recebimento provisório, nos termos do art. 161. Inciso I, da Lei 9433/2005.

12. PENALIDADES

12.1 Constituem ilícitos administrativos as condutas previstas nos arts. 184 e 185 da Lei estadual 9.433/05, sujeitando-se os infratores às cominações legais, especialmente as definidas no art. 186 do mesmo diploma, garantida a prévia e ampla defesa em processo administrativo.

12.2 A contratada responderá administrativamente pela qualidade e eficiência da execução integral do contrato.

12.3 A recusa à assinatura do contrato e a inexecução contratual, inclusive por atraso injustificado na execução do contrato, ensejarão a aplicação da pena de multa, observados os parâmetros estabelecidos nesta seção, sem prejuízo, na segunda



GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA DO ESTADO
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

hipótese, da rescisão unilateral do contrato, a qualquer tempo, e a aplicação das demais sanções previstas na Lei estadual nº 9.433/05.

12.4 A verificação, durante a realização do contrato, de quaisquer falhas que importem em prejuízo à Administração ou terceiros, serão consideradas como inexecução parcial do contrato.

12.5 Será a empresa responsabilizada administrativamente por falhas ou erros na execução do contrato que vierem a acarretar prejuízos ao Estado da Bahia, sem exclusão da responsabilidade criminal e civil por danos morais ou físicos a terceiros, nos termos da Lei.

12.6 Com fundamento no artigo 184 e ss. da Lei estadual 9.433/05, a CONTRATADA ficará sujeita, no caso de atraso injustificado, assim considerado pela Administração, inexecução parcial ou inexecução total da obrigação, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal, assegurada a prévia e ampla defesa, às seguintes penalidades:

I - advertência;

II - multa sobre o valor total do contrato, recolhida no prazo de 15 (quinze) dias, contados da comunicação oficial, cujos percentuais estão definidos neste instrumento convocatório;

III - suspensão temporária do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com a Administração, pelo prazo de até 2 (dois) anos;

IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a **licitante** ressarcir o Estado da Bahia pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no subitem anterior.

12.7 As sanções de multa podem ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com a de advertência, suspensão temporária do direito de participar de licitação com a Administração e impedimento de licitar e contratar com a Administração e poderão ser descontadas do pagamento a ser efetuado.

12.8 Nos casos de inadimplemento ou inexecução total do contrato, por culpa exclusiva da CONTRATADA, cabe a aplicação da penalidade de suspensão temporária do direito de contratar com a Administração, além de multa de 10% (dez por cento) do valor do contrato, independente de rescisão unilateral e demais sanções previstas em lei.

12.9 A inexecução contratual, inclusive por atraso injustificado na execução do contrato, sujeitará o contratado à multa de mora, que será graduada de acordo com a gravidade da infração, obedecidos os seguintes limites máximos:

I - 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato, em caso de descumprimento total da obrigação, inclusive no de recusa do adjudicatário em firmar o contrato, ou ainda na hipótese de negar-se a efetuar o reforço da caução, dentro de 10 (dez) dias contados da data de sua convocação;

II - 0,3% (três décimos por cento) ao dia, até o trigésimo dia de atraso, sobre o valor da parte do fornecimento ou serviço não realizado;

III - 0,7% (sete décimos por cento) sobre o valor da parte do fornecimento ou serviço não realizado, por cada dia subsequente ao trigésimo.

12.10 A aplicação de multa não impede que a Administração rescinda unilateralmente o contrato e aplique as demais sanções previstas na lei.

12.11 A multa, aplicada após regular processo administrativo, será descontada da garantia do contratado faltoso, sendo certo que, se o seu valor exceder ao da garantia prestada – quando exigida –, além da perda desta, a contratada responderá pela sua diferença, que será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela administração ou, ainda, se for o caso, cobrada judicialmente. Acaso não tenha sido exigida garantia, à Administração se reserva o direito de descontar diretamente do pagamento devido à contratada o valor de qualquer multa porventura imposta.

12.12 A sanção de multa não tem caráter compensatório e o seu pagamento não eximirá a contratada da responsabilidade por perdas e danos decorrentes das infrações cometidas.

12.13 Será advertido verbalmente o licitante cuja conduta vise perturbar o bom andamento da sessão, podendo a autoridade competente determinar a sua retirada do recinto, caso persista na conduta faltosa.

12.14 Serão punidos com a pena de suspensão temporária do direito de licitar e impedimento de contratar com a Administração os que incorrerem nos ilícitos previstos nos incisos VI e VII do art. 184 e I, IV, VI e VII do art. 185 da Lei estadual nº 9.433/05.

12.15 Serão punidos com a pena de declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a autoridade competente para aplicar a punição, os que incorram nos ilícitos previstos nos incisos I a V do art. 184 e II, III e V do art. 185 da Lei estadual nº 9.433/05.

12.16 Para a aplicação das penalidades previstas serão levados em conta a natureza e a gravidade da falta, os prejuízos dela advindos para a Administração Pública e a reincidência na prática do ato.

13. RESCISÃO

13.1 A inexecução, total ou parcial do contrato ensejará a sua rescisão, com as consequências contratuais e as previstas na Lei estadual nº 9.433/05.

13.2 A rescisão poderá ser determinada por ato unilateral e escrito do CONTRATANTE nos casos enumerados nos incisos I a XV, XX e XXI do art. 167 da Lei estadual nº 9.433/05.

13.3 Quando a rescisão ocorrer com base nos incisos I e XVI a XX do art. 167 da Lei estadual nº 9.433/05, sem que haja culpa da CONTRATADA, será esta ressarcido dos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido, na forma do § 2º do art. 168 do mesmo diploma.



**GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA DO ESTADO
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

14. REVOGAÇÃO – ANULAÇÃO

A licitação poderá ser revogada ou anulada nos termos do art. 122 da Lei estadual nº 9.433/05.

15. IMPUGNAÇÕES

15.1 CLÁUSULAS APLICÁVEIS À CONCORRÊNCIA E TOMADA DE PREÇOS

15.1.1 Qualquer cidadão é parte legítima para impugnar, perante a autoridade máxima do órgão ou entidade licitante, o instrumento convocatório por irregularidade na aplicação da Lei estadual nº 9.433/05.

15.1.1.1 A impugnação, feita em linguagem clara e utilizando-se, preferencialmente, do formulário constante do **Anexo X**, deverá ser protocolada até 05 (cinco) dias úteis antes da data fixada para a abertura dos envelopes das propostas, cabendo à Administração julgar a impugnação em até 03 (três) dias úteis, sem prejuízo da faculdade de representação ao Tribunal de Contas, nos termos do art. 201 da Lei estadual nº 9.433/05.

15.1.2 Decairá do direito de impugnar, perante a Administração, as falhas ou irregularidades do instrumento convocatório, o licitante que não o fizer até o segundo dia útil que anteceder à data prevista para recebimento dos envelopes e início da abertura dos envelopes das propostas, hipótese em que tal impugnação não terá efeito de recurso.

15.1.3 A impugnação feita tempestivamente pelo licitante não o impedirá de participar do processo licitatório até que seja proferida decisão final na via administrativa.

15.1.4 A desclassificação do licitante importa a preclusão do seu direito de participar das fases subseqüentes.

15.1.5 Se reconhecida a procedência das impugnações ao instrumento convocatório, a Administração procederá a sua retificação e republicação, com devolução dos prazos.

16. DISPOSIÇÕES FINAIS

16.1 CLÁUSULAS APLICÁVEIS À CONCORRÊNCIA E TOMADA DE PREÇOS

16.1.1 A qualquer tempo, antes da data fixada para apresentação das propostas, poderá a comissão, se necessário, modificar este instrumento, hipótese em que deverá proceder à divulgação, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

16.1.2 É facultada à Comissão ou autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente da proposta, nos termos do §5º do art. 78 da Lei estadual nº 9.433/05.

16.1.3 Nos termos do §6º do art. 78 da Lei estadual nº 9.433/05, a comissão de licitação poderá conceder, se requerido pelo licitante, o prazo de 03 (três) dias úteis para apresentação de documento comprobatório da regularidade fiscal, previdenciária ou da inexistência de processo de falência ou recuperação judicial da requerente, desde que a documentação a ser apresentada retrate situação fática ou jurídica já existente na data da apresentação da proposta.

16.1.4 A concessão do prazo de que trata o item anterior ficará condicionada à apresentação, pelo licitante, por intermédio do seu representante legal ou mandatário, com poderes expressos, de declaração de que se encontrava, na data da entrega da proposta, em situação regular perante as fazendas públicas, a seguridade social ou o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, conforme o caso, ou que não se encontrava em processo de falência ou recuperação judicial, sendo certo que, expirado o prazo concedido pela comissão de licitação, sem que o licitante apresente o documento que se comprometeu a apresentar, além de ser inabilitado, ficará sujeito às penalidades previstas na Lei estadual nº 9.433/05, observando-se o disposto nos artigos 187 a 191 do mesmo diploma legal.

16.1.5 Os erros materiais irrelevantes serão objeto de saneamento, mediante ato motivado da comissão de licitação, nos termos do §7º do art. 78 da Lei estadual nº 9.433/05.

16.1.6 A teor do §11 do art. 78 da Lei estadual nº 9.433/05, poderá a autoridade competente, até a assinatura do contrato, excluir licitante, em despacho motivado, se tiver ciência de fato ou circunstância, anterior ou posterior ao julgamento da licitação, que revele inidoneidade ou falta de capacidade técnica ou financeira.

16.1.7 Os envelopes de habilitação que não tenham sido abertos deverão ser retirados em até 30 (trinta) dias, contados da publicação da homologação da licitação, ficando esclarecido que os envelopes não retirados nesse prazo serão descartados.

16.1.8 Os casos omissos serão dirimidos pela comissão, com observância da legislação em vigor.

16.1.9 Integra o presente contrato, como se nele estivessem transcritas, as cláusulas e condições estabelecidas no processo licitatório referido no preâmbulo deste instrumento, no convocatório e seus anexos e na proposta do licitante vencedor, apresentada na referida licitação.

16.1.10 Para quaisquer questões judiciais oriundas do presente Instrumento, prevalecerá o Foro da Comarca de Salvador, Estado da Bahia, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

17. INFORMAÇÕES E ESCLARECIMENTOS ADICIONAIS

17.1 As informações e esclarecimentos necessários ao perfeito conhecimento do objeto desta licitação poderão ser prestados no local e horário indicados na **SEÇÃO A-PREÂMBULO** e nos portais www.comprasnet.ba.gov.br e www.infraestrutura.ba.gov.br ou através do email: cpl@infra.ba.gov.br.

17.2 Todas as dúvidas deverão ser comunicadas por escrito, diretamente à Comissão Permanente de Licitação, no endereço constante deste Edital, até 05 (cinco) dias úteis antes da data de realização da licitação;

17.3 A Comissão de Licitação disponibilizará as respostas às dúvidas suscitadas, mediante afixação dos esclarecimentos, no menu Editais do site da SEINFRA, até 02 (dois) dias úteis antes da data da realização da licitação, tornando-os públicos, para conhecimento de todos os cidadãos.



GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA DO ESTADO
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

17.4 A não apresentação de dúvidas implicará na tácita aceitação dos elementos fornecidos, não cabendo, em nenhuma hipótese, direito a qualquer reivindicação posterior com base em imperfeições, omissões ou falhas nos referidos elementos.

17.5 Deficiências no atendimento aos requisitos para apresentação da Documentação e Propostas de Preços correrão por conta e risco da licitante. Documentação e Propostas que não atenderem aos requisitos dos documentos integrantes do Edital e seu(s) anexo(s) implicarão na inabilitação ou desclassificação da licitante.

Salvador, 10 de janeiro de 2019

Alexinaldo Negreiros da Silva

Presidente da CPL/SEINFRA



GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA DO ESTADO
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

ANEXO II - MODELO DE PROCURAÇÃO

Modalidade de Licitação
Concorrência

Número
001/2019

Através do presente instrumento, nomeamos e constituímos o(a) Senhor(a),
(nacionalidade, estado civil, profissão), portador do Registro de Identidade nº, expedido pela,
devidamente inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda, sob o nº, residente à rua
....., nº, como nosso mandatário, a quem outorgamos amplos poderes para
praticar todos os atos relativos ao procedimento licitatório indicado acima, conferindo-lhe poderes para:

(apresentar proposta de preços, interpor recursos e desistir deles, contra-arrazoar, assinar contratos, negociar preços e
demais condições, confessar, firmar compromissos ou acordos, receber e dar quitação e praticar todos os demais atos
pertinentes ao certame etc).

Salvador ____ de _____ de 2017.

RAZÃO SOCIAL /CNPJ /NOME DO REPRESENTANTE LEGAL /ASSINATURA



GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA DO ESTADO
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

ANEXO III - MODELO DE PROVA HABILITAÇÃO - PROTEÇÃO AO TRABALHO DO MENOR

Modalidade de Licitação
Concorrência

Número
001/2019

Declaramos, sob as penas da lei, em atendimento ao quanto previsto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, para os fins do disposto no inciso V do art. 98 da Lei estadual nº 9.433/05, que não empregamos menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre,

() nem menor de 16 anos.

ou

() nem menor de 16 anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos.

Salvador ____ de ____ de ____.

RAZÃO SOCIAL / CNPJ / NOME DO REPRESENTANTE LEGAL / ASSINATURA



GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA DO ESTADO
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

ANEXO IV – MINUTA DO CONTRATO

MINUTA DO CONTRATO

Modalidade de Licitação	Número 001/2019
-------------------------	--------------------

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM O ESTADO DA BAHIA,
ATRAVÉS DA E A EMPRESA...

O **ESTADO DA BAHIA**, por intermédio da Secretaria _____, CNPJ nº _____, situada à _____, neste ato representada pelo seu titular _____, CPF/MF _____, devidamente autorizado pelo Decreto de delegação de competência publicado no D.O.E. de ____/____/____, tendo como órgão Executor a Superintendência de Infraestrutura de Transportes da Bahia - SIT, representada pelo seu titular _____, CPF/MF _____, doravante denominado **CONTRATANTE**, e a Empresa _____ CNPJ nº _____, Inscrição Estadual/Municipal nº _____, situado à _____, adjudicatária vencedora da concorrência nº _____, Processo Administrativo nº 0900180043773, neste ato representada pelo Sr(s). _____, portador(es) do(s) documento(s) de identidade nº _____, emitido(s) por _____, inscrito(s) no CPF/MF sob o nº _____, doravante denominada apenas **CONTRATADA**, celebram o presente contrato, que se regerá pela Lei estadual nº 9.433/05, mediante as cláusulas e condições a seguir ajustadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO

Constitui objeto do presente instrumento, a Elaboração de Projetos Básicos de Melhoramento e Pavimentação, Implantação e Restauração de rodovias no Estado da Bahia e apoiar a SEINFRA-SIT na realização de vistorias, diagnósticos, estudos hidrológicos, estudos geotécnicos, sondagens, estudos de tráfego, estudos ambientais, levantamentos topográficos, revisão, adequação, levantamentos de quantitativos e orçamentos, inspeções e projetos de obras D'Art especiais, de acordo com as especificações e obrigações constantes do Instrumento Convocatório, especialmente as disposições da SEÇÃO B, que integram este instrumento na qualidade de **ANEXO I**, e as constantes da Proposta de Preços apresentada pela CONTRATADA, que integra este instrumento na qualidade de **ANEXO II**.

§1º A CONTRATADA ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões que se fizerem no objeto, de até 25% do valor inicial atualizado do contrato, na forma dos §§1º e 2º do art. 143 da Lei Estadual nº 9.433/05.

§2º As supressões poderão ser superiores a 25%, desde que haja resultado de acordo entre os contratantes.

[subcontratação vedada]

§3º É vedada a subcontratação parcial do objeto, a associação da CONTRATADA com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial do contrato, bem como a fusão, cisão ou incorporação da CONTRATADA, não se responsabilizando o CONTRATANTE por nenhum compromisso assumido por aquela com terceiros.

CLÁUSULA SEGUNDA - PRAZO

Prazo de execução: o prazo de execução das obras/serviços será de **540 (quinhentos e quarenta) dias corridos**, contado a partir do décimo dia emissão da Ordem de Serviço, emitida pela **SEINFRA/SIT**, admitindo-se a sua prorrogação exclusivamente nos termos do art. 141 da Lei estadual nº 9.433/05;

Prazo de vigência do contrato: o prazo de vigência do contrato será de 660 (seiscentos e sessenta) dias iniciando-se a sua contagem a partir da data de sua assinatura

CLÁUSULA TERCEIRA - PREÇO

O CONTRATANTE pagará à CONTRATADA, pelos serviços efetivamente prestados, os valores abaixo especificados, resultante da aplicação do fator multiplicador único "K" igual a 0,00 (xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx), aplicado linearmente sobre os preços unitários do orçamento estimado em planilhas desta SEINFRA/SIT.

§1º - Estima-se para o contrato o valor total de R\$xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx

§2º - Nos preços contratados estão incluídos todos os custos com material de consumo, salários, encargos sociais, previdenciários e trabalhistas de todo o pessoal da CONTRATADA, como também fardamento, transporte de qualquer



GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA DO ESTADO
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

natureza, materiais empregados, inclusive ferramentas, utensílios e equipamentos utilizados, depreciação, aluguéis, administração, impostos, taxas, emolumentos e quaisquer outros custos que, direta ou indiretamente, se relacionem com o fiel cumprimento pela CONTRATADA das obrigações.

§3º Os preços unitários das obras ou serviços que não forem contemplados no contrato serão obtidos multiplicando-se o mesmo Fator K proposto pela empresa, pelo preço de referência da tabela adotada pelo órgão, nas mesmas bases vigentes na época da licitação.

§4º Não existindo preço de referência será ele fixado mediante acordo entre as partes, conforme artigo 143, inciso II, parágrafo 2º da Lei 9.433/05.

CLÁUSULA QUARTA - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas para o pagamento deste contrato correrão por conta dos recursos da Dotação Orçamentária a seguir especificada:

Unidade Orçamentária	Destinação de Recurso	Projeto/Atividade	Natureza da Despesa
24801	0.146.000000 0.149.000000	3288	3.3.90.39

CLÁUSULA QUINTA - DAS MEDIÇÕES E PAGAMENTOS

O pagamento do valor contratado será efetuado em parcelas mensais em prazo não superior a 08 (oito) dias, contados a partir da devida APROVAÇÃO da Nota Fiscal/Fatura, correspondente ao Boletim de Medição, devidamente validado pela Fiscalização.

§1º Os Boletins de Medição conterão as quantidades de serviços efetivamente executados em períodos sucessivos de, no máximo, 30 (trinta) dias corridos, coincidindo a data de início do primeiro período com a data de início do prazo de execução constante na Ordem de Serviço e serão aprovados no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos, contados da data final do período a que se refere cada Boletim.

§2º A(s) Nota(s) Fiscal(is)/Fatura(s) que não tiver(em) correspondência com o Boletim de Medição poderá(ão) ser glosada(s) ou REJEITADA(S).

§3º Qualquer pagamento somente será efetuado mediante apresentação da respectiva Nota Fiscal/Fatura em 03 (três) vias, emitida em nome da Contratante, devendo a mencionada Nota Fiscal/Fatura, a partir na segunda medição, estar acompanhada da documentação probatória pertinente, relativa ao recolhimento dos impostos relacionados com a obrigação.

§4º Nenhum pagamento isentará a Contratada das responsabilidades contratuais, nem implicará em aprovação definitiva dos serviços executados, total ou parcialmente.

§5º Em havendo alguma pendência impeditiva do pagamento, a exemplo de erro material na apresentação da nota fiscal/fatura ou dos documentos pertinentes à contratação, ou ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como obrigações financeiras pendentes, decorrentes de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras. **Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para o CONTRATANTE.**

§6º As situações previstas na legislação específica sujeitar-se-ão à emissão de nota fiscal eletrônica.

§7º A atualização monetária dos pagamentos devidos pela Administração, em caso de mora, será calculada considerando a data do vencimento da obrigação e do seu efetivo pagamento, de acordo com a variação do IGP-M da FGV, *pro rata tempore*.

§8º O pagamento da primeira parcela está condicionado, obrigatoriamente, ao cumprimento do estabelecido na Cláusula 07, letra (m).

§9º Os serviços serão medidos mensalmente. No processo de medição deverá constar a real alíquota de ISSQN adotada pelo Município no qual os serviços foram executados.

§10º Nas medições que abrangem mais de um município, o cálculo do ISS deverá ser realizado para cada município abrangido, sendo que as extensões decada município serão verificadas em campo e informadas pelo engenheiro fiscal do projeto ao SIT/COCON/COFIM.



**GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA DO ESTADO
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

CLÁUSULA SEXTA - MANUTENÇÃO DAS CONDIÇÕES DA PROPOSTA – REAJUSTAMENTO E REVISÃO

Os preços são fixos e irrevogáveis durante o transcurso do prazo de 12 meses, contado da data base da Proposta, nos termos do artigo 146 da Lei Estadual nº 9.433/2005, após o que a concessão de reajustamento será feita mediante a aplicação do Índice de reajustamento de Consultoria, referencial DNIT, utilizados pela SEINFRA/SIT, apurados e fornecidos pela Fundação Getúlio Vargas, com a data base da Proposta.

§1º A revisão de preços, dependerá de requerimento da CONTRATADA quando visar recompor o preço que se tornou *insuficiente*, instruído com a documentação que comprove o desequilíbrio econômico-financeiro do contrato, devendo ser instaurada pela própria administração quando colimar recompor o preço que se tornou *excessivo*.

§2º O requerimento de revisão de preços deverá ser formulado pela contratada no prazo máximo de um ano a partir do fato que a ensejou, sob pena de decadência, em consonância com o art. 211 da Lei 10.406/02.

§3º A variação do valor contratual para fazer face ao reajuste de preços previsto no próprio contrato, quando for o caso, as atualizações, compensações ou apenas ações financeiras decorrentes das condições de pagamento nele previstas, bem como o empenho de dotações orçamentárias suplementares até o limite do seu valor corrigido, não caracterizam alteração do mesmo, podendo ser registrados por simples apostila, dispensando a celebração de aditamento.

CLÁUSULA SÉTIMA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

A **CONTRATADA**, além das determinações contidas na **SEÇÃO B – DISPOSIÇÕES ESPECÍFICAS** do instrumento convocatório, que aqui se consideram literalmente transcritas, bem como daquelas decorrentes de lei, obriga-se a:

- a) designar de sua estrutura administrativa um preposto, permanentemente, responsável pela perfeita execução dos serviços, inclusive para atendimento de emergência e para zelar pela prestação contínua e ininterrupta dos serviços, bem como, dentre os que permaneçam no local do trabalho, um que será o responsável pelo bom andamento dos serviços e que possa tomar as providências pertinentes para que sejam corrigidas todas as falhas detectadas;
- b) realizar os serviços objeto deste contrato de acordo com os dados gerais, especificações e condições definidas pela Administração, indicados no Termo de Referência, além das recomendações efetuadas pelo CONTRATANTE;
- c) manter, sob sua exclusiva responsabilidade, toda a supervisão, direção e recursos humanos para execução completa e eficiente dos serviços objeto deste contrato;
- d) zelar pela boa e completa execução dos serviços contratados e facilitar, por todos os meios ao seu alcance, a ampla ação fiscalizadora dos prepostos designados pelo CONTRATANTE, atendendo prontamente às observações e exigências que lhe forem solicitadas;
- e) comunicar ao CONTRATANTE qualquer anormalidade que interfira no bom andamento dos serviços;
- f) atender com presteza as reclamações sobre a qualidade dos serviços executados, providenciando sua imediata correção, sem ônus para o CONTRATANTE;
- g) respeitar e fazer com que seus empregados respeitem as normas de segurança do trabalho, disciplina e demais regulamentos vigentes no CONTRATANTE, bem como atentar para as regras de cortesia no local onde serão executados os serviços;
- h) arcar com todo e qualquer dano ou prejuízo de qualquer natureza causado ao CONTRATANTE e terceiros, por sua culpa, ou em consequência de erros, imperícia própria ou de auxiliares que estejam sob sua responsabilidade, bem como ressarcir o equivalente a todos os danos decorrentes de paralisação ou interrupção dos serviços contratados, exceto quando isto ocorrer por exigência do CONTRATANTE ou ainda por caso fortuito ou força maior, circunstâncias que deverão ser comunicadas no prazo de 48 (quarenta e oito) horas após a sua ocorrência;
- i) manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- j) providenciar e manter atualizadas todas as licenças e alvarás junto às repartições competentes, necessários à execução dos serviços;
- k) efetuar pontualmente o pagamento de todas as taxas e impostos que incidam ou venham a incidir sobre as suas atividades e/ou sobre a execução do objeto do presente contrato, bem como observar e respeitar as Legislações Federal, Estadual e Municipal, relativas aos serviços prestados;
- l) entregar os projetos, em conformidade com os prazos e metas estabelecidos nos cronogramas físicos e financeiros;



GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA DO ESTADO
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

- m) providenciar a devida Anotação de Responsabilidade Técnica - ART, dos Projetos demandados em razão do objeto da contratação, com a identificação de todos os responsáveis pela sua elaboração, devendo apresentar o comprovante de pagamento das ART, antes da emissão da primeira fatura;
- n) acompanhar, quando solicitado, os elementos integrantes da equipe de fiscalização da CONTRATANTE, na inspeção dos locais dos serviços dentro dos dias e horários normais de trabalho ou a qualquer dia e hora, previamente, acordado, fornecendo todos os esclarecimentos;
- o) providenciar imediatamente a execução dos reparos que se fizerem necessários e determinados pela fiscalização da CONTRATANTE, nos serviços já realizados, caso estes estejam em desacordo com as normas, especificações ou orientações por escrito da fiscalização;
- p) cooperar com a fiscalização da CONTRATANTE na execução dos testes e ensaios que se fizerem necessários durante a execução dos serviços, quando estes forem executados pela fiscalização da CONTRATANTE;
- q) a CONTRATADA não poderá alegar falta de ensaios, de testes ou de assessoramento da Fiscalização, como motivo para o não cumprimento dos cronogramas parciais e totais, ficando claro, desde já, que a Contratada é responsável final perante a SEINFRA/SIT, pela execução de todos os itens das diferentes etapas dos serviços, dentro dos prazos parciais e finais contratados;
- r) manter a equipe de técnicos constante da sua proposta, somente podendo substituí-los por elementos de igual ou maior experiência profissional, previamente aprovados pela CONTRATANTE;
- s) manter em bom estado de conservação, equipamentos dos tipos, especificação e quantidades que venham a ser necessários para executar satisfatoriamente os serviços;
- t) adimplir os fornecimentos exigidos pelo instrumento convocatório e pelos quais se obriga, visando à perfeita execução deste contrato;
- u) proporcionar, durante todo o tempo, supervisão adequada, mão-de-obra, transporte e equipamentos de ensaios suficientes para execução dos serviços, até a sua conclusão dentro do prazo requerido no contrato;
- v) manter nos locais de trabalho, pessoal com habilitação e experiência para executar, adequadamente, os serviços contratados;
- w) providenciar imediatamente após o recebimento da respectiva comunicação, a suspensão ou afastamento de qualquer empregado que, a juízo da Fiscalização da SIT, esteja impedindo a boa marcha dos trabalhos ou que, por qualquer motivo, se torne indesejável;

CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

O **CONTRATANTE**, além das obrigações contidas neste contrato por determinação legal, obriga-se a:

- a) Fornecer à Contratada os elementos indispensáveis ao cumprimento do contrato, dentro de no máximo 10 (dez) dias corridos da data da sua assinatura;
- b) Realizar o pagamento pela execução do contrato;
- c) Proceder à publicação resumida do instrumento de contrato e de seus aditamentos na imprensa oficial no prazo legal.

CLÁUSULA NONA - REGIME DE EXECUÇÃO/FORMA DE FORNECIMENTO

(X) Projeto

Empreitada por preço () Global (X) Unitário

CLÁUSULA DÉCIMA - FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO E RECEBIMENTO DO OBJETO

Competirá ao **CONTRATANTE** proceder ao acompanhamento da execução do contrato, ficando esclarecido que a ação ou omissão, total ou parcial, da fiscalização do **CONTRATANTE** não eximirá a **CONTRATADA** de total responsabilidade na execução do contrato.

§1º Fica(m) indicado(s) como fiscal(is) deste Contrato... **[Obs.: deve ser indicado o(s) nome(s) e cadastro(s) respectivos do(s) servidor(es)].**

§2º A fiscalização será exercida no interesse exclusivo da **CONTRATANTE**, não excluindo ou reduzindo a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, sendo que na sua ocorrência, não deverá implicar corresponsabilidade do Poder Público ou de seus agentes e prepostos, salvo seja caracterizada a omissão funcional por parte destes.



GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA DO ESTADO
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

§3º Compete especificamente à Fiscalização:

- b)** Indicar à Contratada todos os elementos indispensáveis ao início dos serviços, no prazo de 02 (dois) dias a contar da emissão da Ordem de Serviço Específica;
- c)** Exigir da Contratada o cumprimento integral do estabelecido na cláusula 7ª, Obrigações da Contratada, destas condições contratuais;
- d)** Exigir o cumprimento integral das Especificações e das Normas Técnicas do DNIT e da SEINFRA/SIT.
- e)** Exigir a imediata substituição de engenheiros, técnicos, encarregados e operários que não correspondam tecnicamente ou disciplinarmente às necessidades dos serviços;
- f)** Decidir, juntamente com o Coordenador de Projetos da SEINFRA/SIT/DPPE, quanto à aceitação de alternativas de projeto, sempre que ocorrer motivo de força maior;
- g)** Esclarecer prontamente as dúvidas que lhes sejam apresentadas pela Contratada;
- h)** Expedir por escrito, através de e-mail ou carta, as determinações e comunicações dirigidas à Contratada;
- i)** Autorizar as providências necessárias junto a terceiros;
- j)** Promover, com presença da Contratada, as medições dos serviços executados;
- k)** Transmitir por escrito, instruções sobre as modificações dos serviços que porventura venham a ser feitas, bem como as alterações de prazo e cronograma;
- l)** Relatar, oportunamente, à SEINFRA/SIT ocorrências ou circunstâncias que possam acarretar dificuldades no desenvolvimento dos serviços em relação a terceiros;
- m)** Dar à SEINFRA/SIT imediata ciência de fatos que possam levar à aplicação de penalidades contra a Contratada, ou mesmo à rescisão do Contrato;
- n)** Validar o Boletim de Medição.

§4º A substituição de qualquer integrante da equipe técnica proposta pela Contratada, durante a execução do contrato, somente será admitida, a critério da SEINFRA/SIT, mediante a comprovação de experiência equivalente ou superior do substituto proposto.

§5º Os serviços deverão desenvolver-se sempre em regime de estreito entendimento entre a Contratada, sua equipe e a Fiscalização, dispondo esta de amplos poderes para atuar no sentido do cumprimento do Contrato.

§6º Com relação às comunicações e Relatórios da Contratada, compete à Fiscalização:

- a)** Pronunciar-se sobre a veracidade das informações prestadas pela Contratada;
- b)** Registrar o andamento dos serviços, tendo em vista as especificações, o prazo e o cronograma;
- c)** Fazer observações cabíveis decorrentes dos registros da Contratada no Relatório;
- d)** Dar solução às consultas feitas pela Contratada, quando dirigidas à Fiscalização;
- e)** Registrar as restrições que lhe pareçam cabíveis quanto ao desempenho da Contratada, seus prepostos e sua equipe;
- f)** Determinar as providências cabíveis para o cumprimento das Especificações e das Normas Técnicas do DNIT e da SEINFRA/SIT.
- g)** Anotar os fatos ou alegações cujo registro se faça necessário.

§7º A SEINFRA/SIT reserva-se o direito de intervir nos serviços quando ficar comprovada a incapacidade técnica da Contratada ou deficiência dos equipamentos e da mão de obra empregados, sem que desse ato resulte o direito da mesma pleitear indenização, seja a que título for.

§8º Realizada a medição final de cada Ordem de Serviço Específica, o recebimento parcial será acompanhado dos seguintes documentos:

- a)** Relação nominal do(s) responsável(is) técnico(s) pelo objeto contratado, com discriminação de categoria(s) e número(s) de registro(s) profissional(is), função(ões) e período de atuação de cada um, conforme ART e proposta do licitante;
- b)** Cópia do Relatório Final.

§9º O adimplemento da obrigação contratual por parte da CONTRATADA ocorre com a efetiva prestação do serviço, a realização do projeto, a entrega do bem, assim como qualquer outro evento contratual, cuja ocorrência esteja vinculada à emissão de documento de cobrança.



GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA DO ESTADO
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

§10º Cumprida a obrigação pela CONTRATADA, caberá ao CONTRATANTE, proceder ao recebimento parcial do objeto de cada Ordem de Serviço Específica, a fim de aferir os serviços ou fornecimentos efetuados, para efeito de emissão da habilitação de pagamento.

§11º O recebimento do objeto se dará segundo o disposto no art. 161 da Lei estadual 9.433/05, observando-se o seguinte:

a) Para cada Ordem de Serviço Específica será emitido um Termo de Recebimento Parcial. O Termo de Recebimento Definitivo será emitido no final do Contrato;

b) No final do Contrato, se a verificação da conformidade do objeto com a especificação, bem assim do cumprimento das obrigações acessórias, puder ser realizada de imediato, será procedido ao recebimento definitivo;

c) Quando, em razão de pendências relacionadas ao objeto de alguma Ordem de Serviço Específica, não for possível proceder-se à verificação imediata da conformidade, será feito o recebimento provisório, nos termos do art. 161. Inciso I, da Lei 9433/2005.

d) Efetuado o recebimento provisório, haverá um período máximo de 90 (noventa) dias, para cumprimento do disposto no Artigo 161 da Lei estadual nº 9.433/05, se for o caso, quando então será procedido o recebimento definitivo.

§12º Esgotado o prazo total para conclusão do recebimento provisório sem qualquer manifestação do órgão ou entidade CONTRATANTE, considerar-se-á definitivamente aceito o objeto contratual, para todos os efeitos.

§13º A administração rejeitará, no todo ou em parte, serviço ou fornecimento em desacordo com as condições pactuadas, podendo, entretanto, se lhe convier, decidir pelo recebimento, neste caso com as deduções cabíveis.

§14º O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato, dentro dos limites estabelecidos pela lei ou pelo contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – PENALIDADES

A CONTRATADA responderá administrativamente pela qualidade e eficiência da execução integral do contrato.

§1º A verificação, durante a realização do contrato, de quaisquer falhas que importem em prejuízo à Administração ou terceiros, serão consideradas como inexecução parcial do contrato.

§2º Será a empresa responsabilizada administrativamente por falhas ou erros na execução do contrato que vierem a acarretar prejuízos ao Estado da Bahia, sem exclusão da responsabilidade criminal e civil por danos morais ou físicos a terceiros, nos termos da Lei.

§3º Com fundamento nos artigos 186 c/c 192 da Lei estadual nº 9.433/05, a CONTRATADA ficará sujeita, no caso de atraso injustificado, assim considerado pela Administração, inexecução parcial ou inexecução total da obrigação, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal, assegurada a prévia e ampla defesa, às seguintes penalidades:

I - advertência;

II - multa sobre o valor total do contrato, recolhida no prazo de 15 (quinze) dias, contados da comunicação oficial, cujos percentuais estão definidos neste instrumento convocatório;

III - suspensão temporária do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com a Administração, pelo prazo não excedente a 5 (cinco) anos;

IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o **licitante** ressarcir o Estado da Bahia pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no subitem anterior.

§4º As sanções de multa podem ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com a de advertência, suspensão temporária do direito de participar de licitação com a Administração e impedimento de licitar e contratar com a Administração e poderão ser descontadas do pagamento a ser efetuado.

§5º Nos casos de inadimplemento ou inexecução total do contrato, por culpa exclusiva da CONTRATADA, cabe a aplicação da penalidade de suspensão temporária do direito de contratar com a Administração, além de multa de 10% (dez por cento) do valor do contrato, independente de rescisão unilateral e demais sanções previstas em lei.

§6º A inexecução contratual, inclusive por atraso injustificado na execução do contrato, sujeitará o contratado à multa de mora, que será graduada de acordo com a gravidade da infração, obedecidos os seguintes limites máximos:



**GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA DO ESTADO
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

I - 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato, em caso de descumprimento total da obrigação, inclusive no de recusa do adjudicatário em firmar o contrato, ou ainda na hipótese de negar-se a efetuar o reforço da caução, dentro de 10 (dez) dias contados da data de sua convocação;

II - 0,3% (três décimos por cento) ao dia, até o trigésimo dia de atraso, sobre o valor da parte do fornecimento ou serviço não realizado;

III - 0,7% (sete décimos por cento) sobre o valor da parte do fornecimento ou serviço não realizado, por cada dia subsequente ao trigésimo.

§7º A aplicação de multa não impede que a Administração rescinda unilateralmente o contrato e aplique as demais sanções previstas na lei.

§8º A multa, aplicada após regular processo administrativo, será descontada da garantia do contratado faltoso, sendo certo que, se o seu valor exceder ao da garantia prestada – quando exigida, além da perda desta, a contratada responderá pela sua diferença, que será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela administração ou, ainda, se for o caso, cobrada judicialmente. Acaso não tenha sido exigida garantia, à Administração se reserva o direito de descontar diretamente do pagamento devido à contratada o valor de qualquer multa porventura imposta.

§9º A sanção de multa não tem caráter compensatório e o seu pagamento não eximirá a contratada da responsabilidade por perdas e danos decorrentes das infrações cometidas.

§10º Será advertido verbalmente o licitante cuja conduta vise perturbar o bom andamento da sessão, podendo a autoridade competente determinar a sua retirada do recinto, caso persista na conduta faltosa.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – RESCISÃO

A inexecução, total ou parcial, do contrato ensejará a sua rescisão, com as consequências contratuais e as previstas na Lei estadual nº 9.433/05.

§1º A rescisão poderá ser determinada por ato unilateral e escrito do contratante nos casos enumerados nos incisos I a XV, XX e XXI do art. 167 da Lei Estadual nº 9.433/05.

§2º Quando a rescisão ocorrer com base nos incisos I e XVI a XX do art. 167 da Lei Estadual nº 9.433/05, sem que haja culpa da contratada, será esta ressarcida dos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido, na forma do § 2º do art. 168.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – VINCULAÇÃO AO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO

Integra o presente contrato, como se nele estivessem transcritas, as cláusulas e condições estabelecidas no processo licitatório referido no preâmbulo deste instrumento, no convocatório e seus anexos e na proposta do licitante vencedor, apresentada na referida licitação.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - CESSÃO DE DIREITOS PATRIMONIAIS

Nos preços a serem pagos pelos serviços ora contratados está incluída a cessão dos direitos patrimoniais relativos à utilização da concepção intelectual em que se fundam os serviços, inclusive os direitos relativos aos estudos, análises, plantas, levantamentos, relatórios, diagnósticos, projetos ou quaisquer criações elaboradas pela CONTRATADA, para embasamento e prestação dos mesmos serviços, passando a pertencer ao Estado os dados, documentos e elementos de informação pertinentes à tecnologia de concepção, desenvolvimento, fixação de suporte físico de qualquer natureza e aplicação do produto em qualquer segmento da Administração Estadual.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - GARANTIA

Para o fiel cumprimento das obrigações do presente contrato, a CONTRATADA, no ato da assinatura, apresentará garantia correspondente a **5% (cinco por cento)** do valor estimado do contrato em favor do CONTRATANTE, podendo optar por uma das modalidades previstas no §1º do art. 136 da Lei estadual 9.433/05.

§1º A CONTRATADA fica obrigada a repor o valor da garantia quando esta for utilizada para cobertura de multas, desde que não tenha havido rescisão do contrato.

§2º Havendo revisões ou reajustes de preços a CONTRATADA atualizará o valor da garantia.



GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA DO ESTADO
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

§3º Para devolução da garantia após o término do contrato, a CONTRATADA não poderá estar inadimplente com as obrigações trabalhistas e previdenciárias dos seus empregados.

§4º O contratado poderá optar por quaisquer das modalidades de garantia previstas na **LEI ESTADUAL 9.433/05**, desde que atendidas as seguintes condições:

- a) Seja efetuada antes da apresentação da 1ª (primeira) fatura, sob pena de suspensão do correspondente pagamento.
- b) Tenha como valor o correspondente a 5% (cinco por cento) do valor global do contrato.
- c) Tenha como validade mínima o prazo de execução contratual acrescido de mais 90 (noventa) dias, após a assinatura do Termo de Recebimento Provisório.

§5º Esta garantia, quando efetuada em dinheiro, será atualizada monetariamente, e devolvida após o recebimento definitivo dos serviços, descontados, se for o caso, multas ou quaisquer débitos da Contratada para com a SEINFRA e, de acordo com o previsto na Lei Estadual 9.433/05.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - FORO

As partes elegem o Foro da Cidade do Salvador, Estado da Bahia, que prevalecerá sobre qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente contrato.

E, por estarem assim justos e contratados, firmam o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma na presença das testemunhas que subscrevem depois de lido e achado conforme.

Salvador, ____ de _____ de 20__.

CONTRATANTE

CONTRATADA

Testemunhas

Testemunhas

Declaro que a Ordem de Serviços - OS foi
subscrita no dia ____/____/____.

Declaro que o extrato do contrato foi publicado no DOE
de ____/____/____.

(nome, cargo e cadastro do declarante)

(nome, cargo e cadastro do declarante)



GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA DO ESTADO
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

ANEXO IV.1

NÃO SE APLICA



**GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA DO ESTADO
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

ANEXO IV.2

MODELO DE DECLARAÇÃO DE CIÊNCIA DOS REQUISITOS TÉCNICOS

Modalidade de Licitação Concorrência	Número 001/2019
--	---------------------------

[AS OPÇÕES DEVEM SER PREVIAMENTE DEFINIDAS PELA ADMINISTRAÇÃO]

() DECLARAÇÃO FIRMADA PELO PRÓPRIO LICITANTE

Em cumprimento ao Instrumento Convocatório acima identificado, declaramos, para os fins da parte final do inciso IV do art. 101 da Lei estadual nº 9.433/05, termos conhecimento de todas as informações e das condições para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.

Salvador ____ de ____ de 20__.

RAZÃO SOCIAL / CNPJ / NOME DO REPRESENTANTE LEGAL / ASSINATURA

(X) DECLARAÇÃO FIRMADA PELO RESPONSÁVEL TÉCNICO

Em cumprimento ao Instrumento Convocatório acima identificado, declaro **ter vistoriado e tomado pleno conhecimento, do local de execução dos serviços, para o total e perfeito cumprimento do contrato.**

Salvador ____ de ____ de 20__.

NOME DO ENGENHEIRO RESPONSÁVEL TÉCNICO / ASSINATURA



RELAÇÃO DOS CONTRATOS DA EMPRESA EM EXECUÇÃO E A INICIAR

[illegible]

(03) Na data da licitação



GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA DO ESTADO
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

ANEXO IV.4

DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE FINANCEIRA LÍQUIDA

Modalidade de Licitação Concorrência	Número 001/2019
--	---------------------------

DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE FINANCEIRA LÍQUIDA		
RODOVIA: TRECHO: SUBTRECHO:	Nº DO EDITAL DATA BASE DA LICITAÇÃO: EXTENSÃO CONTRATUAL	EMPRESA: LOTE: PRAZO:
AC= ATIVO CIRCULANTE AT = ATIVO TOTAL PC= PASSIVO CIRCULANTE ELP= EXIGÍVEL A LONGO PRAZO PL = PATRIMÔNIO LÍQUIDO AC= AT = PC = ELP = PL =	$DFL = (10 \times PL) - VA$ DFL= DISPONIBILIDADE FINANCEIRA LÍQUIDA PL = PATRIMÔNIO LÍQUIDO VA = VALOR RESIDUAL ATUALIZADO DOS CONTRATOS SEM UNIDADES MONETÁRIAS VIGENTES (R\$) DFL = ÍNDICE DE LIQUIDEZ CORRENTE - ILC, maior ou igual a 1,50: $ILC = \frac{AC}{PC}$ ÍNDICE DE ENDIVIDAMENTO GERAL - IEG, menor ou igual a 0,60: $IEG = \frac{PC + ELP}{AT}$ Onde: AC = Ativo Circulante PC = Passivo Circulante ELP = Exigível a Longo Prazo AT = Ativo Total ILC = IEG = NOME E ASSINATURA DO LICITANTE	



(LEI COMPLEMENTAR nº 123/06)
[EXCLUSIVA PARA MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE]

Salvador de de20 .

Concorrência nº 001/2019- fls. 65/78



GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA DO ESTADO
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

ANEXO VI

PROVA DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA
MODELO DE COMPROVAÇÃO DE APTIDÃO DE DESEMPENHO

Modalidade de Licitação Concorrência	Número 001/2019
--	---------------------------

Declaramos, para fins de habilitação em processo licitatório, que a empresa
XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, CNPJ XXXXXXXXXXXXXXX, com endereço na
XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, prestou serviço de xxxxxxxxxxxxxxxx, atendendo integralmente as especificações
contratadas, inexistindo, até a presente data, registros negativos que comprometam a prestação.

RELAÇÃO DOS TRABALHOS SIMILARES REALIZADOS PELA EMPRESA						
Empresa:						
DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	LOCALIZAÇÃ O	CONTRATANTE (nome e endereço)	PARTICIP. INDIV. (I) / CONSÓRCIO (C)	PERÍODO DE EXECUÇÃO		CUSTOS A PREÇOS INICIAIS R\$1.000,00
				INÍCI O	FIM	
DATA:	EMPRESA:	IDENTIFICAÇÃO, QUALIFICAÇÃO E ASSINATURA DO RESPONSÁVEL				

Salvador ____ de _____ de 20__.

RAZÃO SOCIAL / CNPJ / NOME DO REPRESENTANTE LEGAL / ASSINATURA



GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA DO ESTADO
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

ANEXO VI.1

Modalidade de Licitação Concorrência	Número 001/2019
--	---------------------------

IDENTIFICAÇÃO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL DE TÉCNICOS

EMPRESA:		NOME DO TÉCNICO:			Nº DO CPF:	
DATA DE ADMISSÃO:	ESPECIALIZAÇÃO	POS. NA FIRMA	DT NASCIM.	NACION.	TELEFONE:	
INSTRUÇÃO, CURSOS DE EXTENSÃO, PÓS-GRADUAÇÃO, ETC.						
Nº DE ORDEM	ESPECIFICAÇÃO	ESTABELECIMENTO DE ENSINO OU ENTIDADE		LOCALIDADE	DURAÇÃO	ANO DE CONCLUSÃO
EXPERIÊNCIA ESPECÍFICA						
DISCRIMINAÇÃO DO ESTUDO OU PROJETO QUE PARTICIPOU		PARTICIPAÇÃO DO TÉCNICO NO ESTUDO OU PROJETO				
		DATA DE INÍCIO	DATA DO FIM	FUNÇÃO C, P0, P1, P2, P3, P4	ITEM DO SERVIÇO	FIRMA RESPONSÁVEL
INDICADO PARA:		ATUAR COMO: C... P0... P1... P2... P3... P4... T0... T1... T2...		ASSINATURA DO TÉCNICO:	DATA:	
DATA:	EMPRESA:			IDENTIFICAÇÃO, QUALIFICAÇÃO E ASSINATURA DO RESPONSÁVEL		



Modalidade de Licitação Concorrência	Número 001/2019
--	---------------------------

ORDEM	NOME	RELAÇÃO TÉCNICO x FIRMA					DISPONIBILIDADE				
		VINC.	PART.	REG.	FUNÇÃO		SERVIÇO ATUAL			HORAS TRAB.	
					NAT.	ESPECIALIZAÇÃO	DISCRIMINAÇÃO	HORAS	TERM.	COM.	EXTRA
DATA:		NOME DA EMPRESA:					IDENTIFICAÇÃO, QUALIFICAÇÃO E ASSINATURA DO RESPONSÁVEL				
VINC. 1 - ACIONISTA			PART. -	1 - EVENTUAL			REG.				
2 - SÓCIO							1 - TEMPO INTEGRAL DEDIC. EXCLUSIVA				
3 - FUNCIONÁRIO CLT				2 - PERMANENTE			2 - TEMPO INTEGRAL				
4 - AUTÔNOMO							3 - TEMPO PARCIAL				
5 - COMPROMISSO FUTURO							4 - OUTROS				



GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA DO ESTADO
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

ANEXO VI.3

Modalidade de Licitação Concorrência	Número 001/2019
--	---------------------------

RELAÇÃO DOS TRABALHOS SIMILARES REALIZADOS PELA EMPRESA

RELAÇÃO DOS TRABALHOS SIMILARES REALIZADOS PELA EMPRESA						
Empresa:						
DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	LOCALIZAÇÃO	CONTRATANTE (nome e endereço)	PARTICIP. INDIV. (I) / CONSÓRCIO (C)	PERÍODO DE EXECUÇÃO		CUSTOS A PREÇOS INICIAIS R\$1.000,00
				INÍCIO	FIM	
DATA:	EMPRESA:	IDENTIFICAÇÃO, QUALIFICAÇÃO E ASSINATURA DO RESPONSÁVEL				



GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA DO ESTADO
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

ANEXO VI.4

Modalidade de Licitação Concorrência	Número 001/2019
--	---------------------------

FICHA DE IDENTIFICAÇÃO DA EMPRESA

FICHA DE IDENTIFICAÇÃO DA EMPRESA					
Razão Social		Capital Registrado			
Órgão de Registro da Empresa	Nº Registro	Data			
CGC		Órgão de Registro da Última Alteração Contratual			
Diretores ou Sócios Gerente					
Nome	Cargo	Profissão			
Responsáveis Técnicos					
Nome	Qualificação Profissional	Órgão	Região	Nº Registro	
Sede					
Endereço	Cidade	Estado	Fone	Nome do Superintendente	
Filiais					
Endereço	Cidade	Estado	Fone	Nome do Gerente	
Outras Informações Julgadas Convenientes					
Órgão	Região	Número	Órgão	Região	Número
Data		Nome do Representante Legal			
Qualificação		Assinatura do Representante Legal			



GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA DO ESTADO
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

ANEXO-VII

PROVA DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

MODELO DE DECLARAÇÃO DE CIÊNCIA DOS REQUISITOS TÉCNICOS

Modalidade de Licitação	Número 001/2019
-------------------------	--------------------

DECLARAÇÃO FIRMADA PELO PRÓPRIO LICITANTE

Em cumprimento ao Instrumento Convocatório acima identificado, declaramos, para os fins da parte final do inciso IV do art. 101 da Lei estadual nº 9.433/05, termos conhecimento de todas as informações e das condições para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.

Salvador _____ de _____ de 20____.

RAZÃO SOCIAL / CNPJ / NOME DO REPRESENTANTE LEGAL / ASSINATURA

NÃO SE APLICA

ATENÇÃO

1. O Anexo VII, NÃO se Aplica, pois seu conteúdo consta como alínea "c", da Seção C - Modelo para Elaboração da Proposta de Preços / Seção C-1: Modelo de Descrição da Proposta de Preços e Declaração de Elaboração Independente de Proposta.
2. O Documento "Seção C / Seção C-1", deverá ser apresentado obrigatoriamente sob pena de desclassificação.



GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA DO ESTADO
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

ANEXO VIII
PROVA DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA
MODELO DE INDICAÇÃO DAS INSTALAÇÕES E DO APARELHAMENTO

Modalidade de Licitação Concorrência	Número 001/2019
--	---------------------------

() **Declaração de disponibilidade imediata**

Declaro, em observância ao art. 101 da Lei estadual nº 9.433/05, para fins de prova de qualificação técnica, dispor das instalações e do aparelhamento em estrita consonância com os requisitos estabelecidos no instrumento convocatório, conforme relação abaixo, a qual poderá ser verificada por ocasião da fase de habilitação.

Salvador ____ de _____ de 20__.

RAZÃO SOCIAL / CNPJ / NOME DO REPRESENTANTE LEGAL / ASSINATURA

() **Declaração de disponibilidade futura**

Declaro, em observância ao art. 101 da Lei estadual nº 9.433/05, para fins de prova de qualificação técnica, que disporei das instalações e do aparelhamento, conforme relação abaixo, em estrita consonância com os requisitos estabelecidos do instrumento convocatório, **a qual poderá ser verificada após a homologação e adjudicação do objeto**, estando ciente de que a declaração falsa caracteriza o ilícito administrativo previsto no art. 184, V da Lei estadual nº 9.433/05.

Salvador ____ de _____ de 20__.

RAZÃO SOCIAL / CNPJ / NOME DO REPRESENTANTE LEGAL / ASSINATURA



GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA DO ESTADO
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

ANEXO IX

ESPECIFICAÇÃO DE SERVIÇO

Modalidade de Licitação Concorrência	Número 001/2019
--	---------------------------

ESPECIFICAÇÕES GERAIS ABNT:

NBR 6118 - Projeto de estruturas de concreto;

NBR 7187 - Projeto de pontes de concreto armado e de concreto protendido;

NBR 7188 - Carga Móvel Rodoviária e de Pedestres em Pontes, Viadutos, Passarelas e outras Estruturas;

NBR 7197 - Projeto de estruturas de concreto protendido;

NBR 8681 -Ações e segurança nas estruturas;

NBR 6122 - Projeto e execução de fundações;



**GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA DO ESTADO
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

ANEXO X

Recebido em __/__/__

**(Assinatura, identificação do Servidor
Público e respectivo cadastro).**

MODELO DE PETIÇÃO DE IMPUGNAÇÃO

I. Impugnante (identificação completa: razão social, CNPJ, endereço e nome, RG e CPF do representante legal):

II. Órgão/entidade e setor licitante:

III. Modalidade/número de ordem:

IV. Proc. Administrativo nº:

V. Finalidade da licitação/objeto:

VI. Dispositivo(s) questionado(s):(Transcrever)

VII. Razões da impugnação:

Salvador ____ de _____ de 20__.

RAZÃO SOCIAL / CNPJ / NOME DO REPRESENTANTE LEGAL / ASSINATURA



**GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA DO ESTADO
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

ANEXO XI

Recebido em __/__/__

**(Assinatura, identificação do Servidor
Público e respectivo cadastro).**

MODELO DE PETIÇÃO DE RECURSO

I. Licitante recorrente (identificação completa: razão social, CNPJ, endereço e nome, RG e CPF do representante legal):

II. Órgão/entidade e setor licitante:

III. Modalidade/número de ordem:

IV. Proc. Administrativo nº:

V. Finalidade da licitação/objeto:

VI. Ato(s) questionado(s):

VII. Razões de recurso:

Salvador ____ de _____ de 20__.

RAZÃO SOCIAL / CNPJ / NOME DO REPRESENTANTE LEGAL / ASSINATURA